



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 103

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 20 de maio de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Bárbara Chaves) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Congratulação pela conquista das Medalhas de Ouro alcançadas pelos jovens açorianos no Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada e no Campeonato Nacional Individual de Atletismo.**

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Saudação pela atividade do Grupo de Cantares Belaurora na divulgação da música açoriana.**

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usou da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*) e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Protesto contra os atrasos e a falta de resposta a requerimentos.**

O voto supracitado foi rejeitado por maioria, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*) e de terem usado da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*).

Usaram ainda da palavra para protestos a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Após a votação, pediu a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

- **Voto de Protesto pelos recorrentes encerramentos das Termas do Carapacho.**

O voto supracitado foi rejeitado por maioria, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*) e de terem usado da palavra a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), os Srs. Deputados José Ávila (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

- **Voto de Pesar como tributo à memória de todas as vítimas que tiveram o Mar Mediterrâneo como sua última morada.**

Após a apresentação pela Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), José San-Bento (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O voto supracitado foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Antes de entrar na Agenda da Reunião, foi ainda proferida uma declaração política.

Apresentada pela Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*) e Paulo Estêvão

(PPM), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

- **Projeto de Resolução n.º 99/X – “Recomenda ao Governo Regional que promova a igualdade de acesso entre o setor público e o setor privado de saúde”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Maurício, participaram no debate os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Colocado à votação, foi rejeitado por maioria.

Foram proferidas pelos Deputados Luís Maurício (*PSD*) e Ricardo Cabral (*PS*) declarações de voto.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/X – “Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

Participaram no debate os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Lúcia Arruda (*BE*) e Bárbara Chaves (*PS*).

Colocado à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Após a votação, a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*) pediu a palavra para uma declaração de voto.

- **Anteproposta de Lei n.º 13/X – “Amnistia de infrações tributárias praticadas com gasóleo agrícola”**, apresentada pela Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*).

Proferiram intervenções a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Renato Cordeiro (*PSD*), António Parreira (*PS*) e

Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), António Parreira (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Deputada Lúcia Arruda (*BE*).

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteposta de Lei n.º 15/X – “Regime jurídico sobre a atuação dos órgãos de comunicação social em períodos eleitorais”](#), apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Participou no debate o Deputado Francisco Coelho (*PS*) e a Deputada Lúcia Arruda (*BE*).

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de maio de 2015.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Sr. Secretário, faça o favor de fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste **Parreira**

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Maria da **Graça Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Lúcia de Fátima Oliveira **Arruda**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao PTAP. Vamos iniciar com a apresentação de votos, como é habitual.

O primeiro é um voto de congratulação, apresentado pelo Partido Socialista, referente aos atletas açorianos que conquistaram medalhas de ouro em campeonatos nacionais de desporto adaptado.

Para apresentação do voto, tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS):

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Atletas Açorianos conquistam Medalhas de Ouro em Campeonatos Nacionais de Desporto Adaptado

A promoção do Desporto como instrumento promotor da inclusão social, integração e igualdade de oportunidades, constitui um valor de elevado potencial, numa sociedade que se pretende veja cada vez mais solidária, tolerante e inclusiva.

Nesse sentido, desde 1997 que diversas Instituições dos Açores tem vindo a aderir à estratégia implementada pelo Governo Regional, ao nível das políticas de desenvolvimento de atividade física desportiva adaptada, adquirindo material específico, formando recursos humanos, dotando, de condições mínimas de acessibilidade, as infraestruturas desportivas utilizadas e motivando-se para a participação em competições nacionais.

De 3 núcleos formalmente constituídos, em 2001, na ilha de São Miguel, verifica-se que atualmente esse número é de cerca de 90 núcleos e mais de 850

praticantes, com o envolvimento de 36 entidades, dispersas por 7 ilhas dos Açores, com uma oferta de prática de atividade física desportiva adaptada em cerca de 17 modalidades.

A estratégia então delineada em 1997 resultou não só num aumento exponencial da quantidade, da regularidade e da diversidade da prática mas, também, da qualidade espelhada nos títulos nacionais e internacionais obtidos pelos nossos atletas, nas últimas épocas.

Nos dias 9 e 10 de maio, os Açores participaram no **Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada**, na Póvoa de Varzim e no **Campeonato Nacional Individual de Atletismo**, no Luso, com 26 atletas, representando 5 clubes ou entidades, que trouxeram à Região um número considerável de lugares de pódio, com diversos **Campeões Nacionais** em diferentes escalões e disciplinas das modalidades de Natação e Atletismo, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer aqui referir e nomear.

Na modalidade de **Natação**, os Açores participaram, como já referi, no **Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada, da Federação Portuguesa de Natação**, com 2 atletas do Clube Naval de Ponta Delgada, em que o Atleta André Carreiro Ponte sagrou-se Campeão Nacional da Classe S14 (50 metros costas e 100 metros costas), bem como Campeão Nacional e Record Nacional da mesma Classe (200 metros costas).

Na modalidade de **Atletismo**, no **Campeonato Nacional Individual de Atletismo**, organizado pela Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual participaram 24 atletas dos Açores, representando 4 clubes/entidades, tendo conquistado os seguintes títulos:

- Atleta Liliana Sousa, da **Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto**:

Campeã Nacional Competição Adaptada Femininos:

- Lançamento do Peso – 2Kg
- Lançamento do Dardo – 400 gr.

Da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores:

- Atleta Ana Sofia Carvalho

Campeã Nacional Séniores Femininos:

- 100 metros barreiras;
- 400 metros barreiras;
- 800 metros.

- Atleta Isaura Almeida

Campeã Nacional Competição Adaptada Femininos:

- 1.500 metros marcha.

- Atleta Pedro Eleutério

Campeão Nacional Competição Adaptada Masculinos

- 1.500 metros marcha.

Da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira

- Atleta Ana Filipe

● **Campeã Nacional Iniciados femininos:**

- 80 metros barreiras;
- Salto em Comprimento sem Tábua;
- Salto em Comprimento;
- Salto em Altura;
- 400 metros.

- Atleta Melissa Cardoso

● **Campeã Nacional Iniciados femininos:**

- 1.000 metros.

- Atleta Tatiana Godinho

● **Campeã Nacional Juniores Femininos:**

- Salto em comprimento sem Tábua;
- 300 metros;

○ 1.000 metros.

- Atleta Maria Sousa

● **Campeã Nacional Juniores Femininos:**

○ 100 metros;

○ 200 metros;

○ 400 metros.

- Atleta Adriano Nascimento

● **Campeão Nacional Juniores Masculinos:**

○ Lançamento do Peso – 5Kg;

○ Salto em Altura

○ Triatlo (100 metros; Salto em Comprimento e Lançamento do Peso – 5 Kg).

- Atleta Jorge Lourenço

● **Campeão Nacional Atividade Adaptada Masculinos:**

○ Triatlo (100 metros; Salto em Comprimento e Lançamento do Peso – 4 Kg).

- Atleta Luís Pimentel

● **Campeão Nacional Atividade Adaptada Masculinos:**

○ 300 metros;

○ 1.000 metros;

○ Lançamento do dardo – 400 gr.

- Atletas Nelson Tavares, Sandro Ferreira, António Espínola, Luís Pimentel:

● **Campeões Nacionais, na disciplina 4 x 100 metros planos,**

Do Clube Desportivo Escolar “Os Vitorinos”, da Terceira

- Atleta Sandra Cabral

● **Campeã Nacional Iniciados femininos:**

○ 1.500 metros marcha;

○ 800 metros.

- Atleta Paulo Câmara:

- **Campeão Nacional Juniores Masculino:**

- 100 metros;
- 200 metros.

- Atleta Rui Silva:

- **Campeão Nacional Juniores Masculinos:**

- 300 metros;
- 800 metros;
- Salto em Comprimento.

E por fim,

- Atleta Carlos Lima:

- **Campeão Nacional Seniores Masculinos:**

- 100 metros;
- 200 metros;
- 400 metros.

São Títulos que devem orgulhar os Açores e os Açorianos, representando também a conquista de uma sociedade cada vez mais inclusiva, provando-se deste modo de que com trabalho, persistência, dedicação e motivação, é possível alcançar-se os objetivos pretendidos.

Assim sendo, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um **Voto de Congratulação** pela conquista das Medalhas de Ouro por parte dos Atletas André Carreiro Ponte, Liliana Sousa, Ana Sofia Carvalho, Isaura Almeida, Pedro Eleutério, Ana Filipe, Melissa Cardoso, Tatiana Godinho, Maria Sousa, Adriano Nascimento, Jorge Lourenço, Luís Pimentel, Nelson Tavares, Sandro Ferreira, António Espinola, Sandra Cabral, Paulo Câmara, Rui Silva e Carlos Lima,

conquistadas no **Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada** e no **Campeonato Nacional Individual de Atletismo**.

Que deste Voto seja dado conhecimento aos atletas e respetivos treinadores, bem como ao Clube Naval de Ponta Delgada, à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, à Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores, à Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira e ao Clube Desportivo Escolar “Os Vitorinos”.

Horta Sala das sessões, 20 de maio de 2015

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: *Berto Messias, Bárbara Chaves e Lúcio Rodrigues*.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto.

Como é óbvio, tem presente que o desporto adaptado na Região Autónoma dos Açores, junto das instituições, tem aumentado ao longo dos últimos anos e, aliás, a prova disto são os diversos atletas açorianos que têm conseguido alcançar excelentes resultados a nível nacional, tratando-se também, efetivamente, de uma forma de inclusão social e de promover o desporto junto destes jovens, alguns com algumas dificuldades motoras. E, de facto, é um feito notável, com o esforço, a dedicação e o empenho que tem sido feito, desde logo, por parte das suas famílias em apoiar estes jovens e das próprias instituições na Região Autónoma dos Açores, como é óbvio, pesa também, e não poderia deixar de dar uma palavra de apreço a estas famílias e a estas instituições e associar-se a este voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de saudação ao Grupo de Cantares Belaurora. É apresentado pelo PCP e tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Pela carreira do grupo de cantares “Belaurora” e do seu trabalho de recolha, preparação e divulgação da música tradicional açoriana

Em 1985, comemorava-se o Ano Internacional da Juventude. Na Vila de Capelas, em S. Miguel, no âmbito das celebrações, um grupo de jovens procurou o apoio de um professor que estivesse disponível para os iniciar na aprendizagem da música; encontrada essa disponibilidade e vontade, nasceu a 17 de Maio do ano de 1985 um grupo de música e cantares tradicionais que adotou como designação um dos mais belos temas da música açoriana de raiz popular, a Bela Aurora.

Deste então o Grupo de Cantares “Belaurora” tem mantido atividade permanente e dado a conhecer ao Mundo a música tradicional das nossas ilhas. O seu vasto repertório conta com mais de uma centena de títulos e as suas atuações pelos palcos europeus, dos Estados Unidos, Canadá e ilhas da

Macaronésia têm, não só maravilhado quem os ouve, mas também servido o nobre objetivo de divulgação do património musical açoriano para além das fronteiras das nossas ilhas.

Sobre a carreira e a qualidade do trabalho que o Belaurora tem desenvolvido disse, em 1996, Urbano Bettencourt, **“... o Grupo de Cantares Belaurora tem descoberto matéria e motivações para o desenvolvimento de um coerente (e persistente) projecto de dedicação à nossa música popular.**

... quedo-me... à escuta de um rumor-outro que me chega, longínqua Voz de um povo que, na música e por ela, encontrou a chave para a iluminação do quotidiano, das suas sombras e mágoas, solidões e maresias.”

Para além de outros reconhecimentos e méritos conquistados na Região, no País e no Mundo e que fazem parte do espólio das memórias do Belaurora, serão as palavras de ilustres açorianos, das quais me volto a socorrer, que melhor ilustram este trajeto ímpar de recolha e divulgação da música tradicional açoriana.

Em 2004, sobre o Belaurora, Daniel de Sá escreveu, como só ele o sabia fazer, **“... o Belaurora foi por aí adiante em anos e ilhas. Ouviu a voz do povo e cantou com ele e com ele se encantou.**

... E embalou-nos no seu canto, que é nosso também porque este povo somos todos nós.”

O Belaurora constituído por 10 elementos e dirigido, desde sempre, por Carlos Sousa afirmou-se no panorama musical da Região e tem sido uma Escola de formação e divulgação da nossa matriz cultural. Sendo um grupo amador, realiza há 30 anos um trabalho de recolha, preparação e divulgação que não

pode, nem deve passar ao lado dos Representantes do Povo que o Belaurora tão bem canta.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe o seguinte voto de saudação ao Belaurora:

- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário, no dia 20 de Maio de 2015, saúda o Grupo de Cantares “Belaurora” pela atividade de recolha, preparação e divulgação da música tradicional açoriana;
- A Assembleia reconhece o mérito do “Belaurora” na divulgação dos Açores e da cultura açoriana no Mundo;
- A Assembleia saúda o Sr. Carlos Sousa, Diretor Musical e fundador do Belaurora, pelo empenho, disponibilidade e persistência que sempre colocou ao serviço da música e cultura popular.
- Deste voto deve ser dado conhecimento ao “Belaurora”, à Junta de Freguesia de Capelas, à Câmara Municipal de Ponta Delgada e à Direção Regional de Cultura.

O Deputado do PCP: *Aníbal Pires*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo de Cantares Belaurora tanto merece o reconhecimento oficial do Parlamento dos Açores que já foi aqui devidamente homenageado, no tempo próprio, por ocasião das suas Bodas de Prata, a 18 de maio de 2010, com a aprovação unânime de um voto de congratulação proposto pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Cinco anos depois, com este segundo voto agora proposto pelo PCP, só podemos reafirmar a nossa congratulação pelo seu importante trabalho de recolha e de divulgação da música tradicional açoriana e desejar que o Belaurora nunca tenha o seu ocaso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Diz o Belaurora na abertura do seu *site*, e cito por ser tão ilustrativo do âmago daquele grupo, “Dos Descobridores e Povoadores do século XV herdamos os cantares. Do amor à terra e ao trabalho, da nostalgia e da festa fazemos o canto da ilha - ponte a unir tal mar, povos e continentes”.

Ora, o Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto de saudação, aqui apresentado pelo PCP, dirigido a um grupo que tem, efetivamente, traçado um percurso de grande consistência na recolha, na divulgação da nossa música popular, como, aliás, disso dão testemunho as citações aqui aludidas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires dos nossos incontornáveis Daniel de Sá e Urbano Bettencourt.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só poesia!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não só, mas também!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sra. Deputada!

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves substitui a Deputada Graça Silva na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos de protesto. O primeiro é do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE PROTESTO

Contra atrasos e falta de resposta a requerimentos

Em democracia a decisão está confiada à maioria e esta à expressão livre e soberana do povo.

Todavia, quando o cidadão confia o seu voto a uma maioria, seja ela relativa ou absoluta, não se despoja dos seus direitos, isto é, não lhe delega poderes ilimitados. Desde logo porque a democracia é o governo no qual o poder e a responsabilidade cívica se conjugam. Sobretudo porque a democracia sujeita os governos ao Estado de Direito.

Mas se no plano dos princípios assim é, a realidade revela outras práticas, coloca-nos perante o perigo de a democracia se converter em instrumento de e para o autoritarismo, naquilo que Tocqueville já designava de ditadura ou

tirania da maioria, “não sob a força do império de um só”, como na monarquia, mas através da maioria.

A verdadeira democracia, que defendemos e queremos ver exercida, “baseia-se nos princípios do governo da maioria associados aos direitos individuais e das minorias”.

O próprio quadro legislativo regional autónomo desde sempre contempla um conjunto de disposições que concorrem para consagrar direitos às minorias.

Deputado André Bradford (PS): Sim, Sim! No seu tempo então!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Anda à boleia!

O Orador: Entre outros articulados, podemos mencionar as alíneas h) e i) do artigo 31º do nosso Estatuto, segundo as quais...

Deputado André Bradford (PS): Anda um bocadinho à boleia!

O Orador: ... todos os deputados, sem exceção, podem “Requerer e obter do Governo Regional ou dos órgãos de qualquer entidade pública regional os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato”, bem como “formular perguntas orais ou escritas ao Governo Regional, nos termos da lei e do Regimento da Assembleia Legislativa”.

Esse é o mecanismo regimental que permite a cada deputado, seja da maioria ou das oposições, obter informação necessária para responsabilmente, e de modo fundamentado, avaliar e fiscalizar a ação governativa, como lhe compete.

Por sua vez, ao Governo Regional incumbe responder e facultar a informação requerida no prazo máximo de 60 dias, cumprindo-se deste modo a condição de sistema parlamentar que somos, no qual o governo depende e responde politicamente perante os deputados.

Da fixação da norma estatutária e regimental à sua efetiva concretização vai, porém, uma abissal distância.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Realmente! É ir à boleia!

O Orador: A distância que separa o exercício democrático do poder do uso musculado da maioria, ao arrepio de princípios e do cumprimento do que legalmente está estatuído.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Uso muscular e abusivo da Secretária de Estado! Anda à boleia, de helicóptero!

O Orador: Com efeito, além de responder com atraso a dois requerimentos, em cada cinco apresentados pelo PSD, o que por si só é já o incumprimento das normas estatutárias e regimentais, nesta data o PSD/Açores ainda não obteve resposta a 35 requerimentos...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E quantas obteve?

O Orador: ... apresentados ao Governo Regional nesta legislatura.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Parece que tal circunstância, que afasta o Governo da legalidade,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O PSD é o exemplo da legalidade!

O Orador: ... é afinal algo de normal, que não preocupa o Executivo, nem tão pouco o impele ao cumprimento da lei. Esta observação não é um juízo de valor, antes a constatação fria e factual dos procedimentos da governação, porquanto 14 desses requerimentos são deste ano de 2015,...

Deputado André Bradford (PS): E quantos é que são seus?

O Orador: ... 13 arrastam-se desde 2014 e oito remontam a 2013,...

Deputado André Bradford (PS): Não precisa de repetir! Ouvimos!

O Orador: ... o mais antigo dos quais a 8 de março de 2013 – já lá vão 800 dias, quando o legislador fixou 60 para esse efeito de resposta.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E horas?

O Orador: Como se vê, pela mera constatação factual, o Governo Regional, de maioria socialista, tende a dar razão a Tocqueville, quando considerava que a democracia nalgumas mãos acarreta perigos,...

Deputado José San-Bento (PS): Estava a falar de si!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Berta Cabral!

Deputado Francisco César (PS): E o senhor é graxa!

O Orador: ... e entre estes o do esmagamento das minorias.

O governo que diz prestar contas aos açorianos, na verdade um exercício de propaganda pura, afinal quando chamado a prestar contas, aos legítimos representantes do povo açoriano,...

Deputado Francisco César (PS): Os outros também são legítimos, acho eu!

O Orador: ... enjeita a ocasião, em absoluto desrespeito pela lei e pelos mais elementares princípios da democracia.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Protesto contra os atrasos sistemáticos...

Deputado José San-Bento (PS): Não são sistemáticos! São exceções!

O Orador: ... e a falta de resposta do Governo Regional aos requerimentos apresentados nos termos das alíneas h) e i) do artigo 31º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 20 de maio de 2015

Os Deputados: *António Marinho, António Ventura, Joaquim Machado, Luís Garcia e Bruno Belo*

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Entende, legitimamente, o PSD trazer aqui um voto de protesto sobre a alegada não resposta ao atraso...

Vozes de alguns Deputados da bancada PSD: Alegada?!

O Orador: ... nas respostas de requerimentos apresentados pelo PSD e pelos partidos da oposição.

Sr. Deputado Joaquim Machado, permita-me que lhe diga, também o PS tem requerimentos que entraram nesta Casa há mais de 20 anos e ainda hoje não tem qualquer tipo de resposta,...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh, Sr. Deputado, se formos para aí!

O Orador: ... o que não deixa também de ser curioso e julgo ser uma referência...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não havia censura nessa altura!

O Orador: ... pertinente. Dir-me-ão, com certeza, que é uma matéria que se passou há muitos anos, mas, tendo em conta que foi V. Ex.^a que apresentou o voto, julgo que é pertinente tendo em conta as funções governativas que V. Ex.^a tinha na altura.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não deixa de ser pertinente e relevante esta referência aos requerimentos que o PS apresentou há mais de 20 anos aqui e que continuam ainda sem resposta.

Para o Partido Socialista naturalmente que a prestação de contas é fundamental. A prestação de contas aos açorianos e a prestação de contas que o Governo dá a este Parlamento é fundamental.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E afirmo-o enquanto dirigente político e Deputado eleito no PS, com autoridade moral de quem pertence a um partido político que propôs a lei eleitoral que aumentou, como sabem, a pluralidade neste Parlamento.

Deputados José San-Bento e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Não propôs sozinho, em parceria também com o CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Com autoridade moral do partido que aqui apresentou e aprovou o Regimento mais democrático do nosso país.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Regimento mais plural e mais democrático dos Parlamentos que existem em Portugal.

Deputado Luís Garcia (PSD): E isso justifica a não resposta aos requerimentos!

O Orador: Do partido que recentemente apresentou, mesmo sendo o partido de poder, um novo regime de audição prévia dos nomeados para presidir aos conselhos de administração das empresas do SPER, foi o PS que o propôs.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, afirmo com a autoridade moral de quem pertence ao partido que tem este património de reforço da democracia, de reforço da cultura parlamentarista...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e de reforço do escrutínio permanente,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... quer dos açorianos, quer daqueles que estão neste Parlamento ao Governo dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

O Orador: E apreciei, com certeza, as contas enviesadas...

Deputados João Bruto da Costa e Luís Garcia (PSD): Enviesadas?!

O Orador: ... apresentadas aqui pelo Sr. Deputado Joaquim Machado sobre os requerimentos.

Tive, depois de ver a entrada do voto de protesto apresentado pelo PSD, a oportunidade de conversar com a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Parlamentares sobre, podemos chamar assim, a estatística de respostas e requerimentos e, segundo fui informado, em 410 requerimentos estão 70 por responder. Do PSD entraram 222 e estão por responder 40; do CDS entraram 55...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Violámos a lei, mas só um bocadinho!

O Orador: ... e estão por responder 4; do Bloco de Esquerda entraram 47 e estão por responder 12; do PCP entraram 16 e estão por responder 5; e do PPM entraram 66 e estão por responder 4.

Sras. e Srs. Deputados, não está em causa, naturalmente, a utilização desse instrumento; não está em causa, naturalmente, a legitimidade que todos os partidos políticos têm de apresentar requerimentos ao Governo. Isso não está em causa e, para nós, é absolutamente intocável, mas terão de concordar connosco do enorme esforço que o Governo dos Açores tem feito para responder atempadamente e dentro dos prazos estipulados...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Essa é que é a verdade!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso não é verdade! Ainda quer mais provas? São requerimentos de 2013, fora aqueles a que não dão resposta nenhuma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como se provou há bocado!

O Orador: ... a todos os requerimentos que são apresentados pelos partidos da oposição, neste Parlamento.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores querem mais provas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 25% são exceção?!

O Orador: E voltando à referência que fiz ao Regimento, sabem também as Sras. e Srs. Deputados que têm ao seu dispor um mecanismo regimental, no artigo n.º 182 do nosso Regimento, ponto 3, que diz: “Se um requerimento não receber resposta no prazo legal, poderá o seu autor transformá-lo em pergunta oral, pedindo a sua inscrição na Agenda da Reunião Plenária do nosso Parlamento”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Lá chegaremos!

O Orador: Aliás, isso já aconteceu mais do que uma vez.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Lá chegaremos!

O Orador: Recordo-me do CDS que já utilizou esse instrumento, recordo-me do PPM que já o fez por mais do que uma vez, e, portanto, aqui estamos para dar a cara, para responder aos requerimentos, para responder ao escrutínio permanente...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então, por que é que não respondem aos requerimentos? Porque não querem responder!

O Orador: ... que V. Ex.^{as} têm toda a legitimidade para fazer.

Este voto de protesto é mais um exercício deste novo PSD. O PSD que não vence...

Deputado José San-Bento (PS): É verdade!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... os debates políticos pelas suas ideias, mas tenta gerar perceções na sociedade açoriana, tenta instalar narrativas na sociedade açoriana.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Nós recordamos. Em 2008, era a falta de oxigénio democrático e que o povo estava cansado do PS,...

Deputado André Bradford (PS): Afogaram-se no oxigénio!

O Orador: ... o povo voltou a conferir uma maioria absoluta ao Partido Socialista. Em 2012, era o fim de ciclo, o PS está em fim de ciclo, o Governo está em fim de ciclo. Tentaram instalar essa narrativa aos açorianos e outra vez os açorianos não se deixaram enganar e conferiram confiança ao Partido Socialista e agora estão outra vez com esta ideia de uma democracia musculada, com esta ideia de que o Partido Socialista não ouve, não dialoga, não ouve os parceiros.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o senhor a dar provas dadas!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados do PSD, o Partido Socialista ouve, dialoga permanentemente com os parceiros sociais, com os partidos políticos, os senhores é que insistem, permanentemente e sozinhos, cada vez mais isolados, em ficar de fora desse diálogo social, a bem da nossa terra...

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a bem do futuro da Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado André Bradford (PS): Que o diga o Dr. Mota Amaral!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, muito obrigado.

Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados:

Deputado Francisco César (PS): O senhor veio de carro ou veio de helicóptero?

O Orador: Não, não vim de helicóptero, vim a pé, por acaso, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado José San-Bento (PS): Mas se for preciso os doentes esperam por si!

O Orador: Eu julgo que...

Também já esperaram, Sr. Deputado José San-Bento. *(Risos)*

Deputado Francisco César (PS): Mas é porque o senhor é médico!

O Orador: Sra. Presidente, o Sr. Deputado Joaquim Machado traz aqui, e bem, um voto de protesto sobre o atraso que o Governo tem na resposta aos requerimentos a estes Deputados.

Efetivamente, já nos aconteceu, quando não tivemos resposta, transformarmos em perguntas orais, aqui, neste Plenário. O Bloco de Esquerda já fez, o PPM já fez. Mas o que é certo é que o Governo devia responder a tempo e horas e dentro do prazo regimental, que agora, felizmente, existe um prazo que outrora não existia, mas agora existe um prazo que é de 60 dias. E é, de facto, interessante que o Sr. Deputado Joaquim Machado terá memória quando fala da maioria, dos excessos da maioria, naturalmente não se esqueceu dos excessos da sua maioria ou das suas maiorias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não me esqueci! É exatamente por me lembrar deles! Por ter boa memória!

O Orador: Eu lembro-me bem dos excessos das suas maiorias e devo dizer, Sr. Deputado, que chegava ao ponto...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Exatamente por ter boa memória!

O Orador: ... de perseguir não só os titulares de cargos políticos, mas, em alguns casos, as respetivas famílias.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem! Isso é verdade!

O Orador: E, portanto, as pessoas ainda não se esqueceram, pese embora tenha passado 20 anos, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu também não me esqueci de muita coisa!

O Orador: Mas, devo dizer-lhe uma coisa. Concordo consigo que, e aí de nós, devo-lhe dizer também, se, por ventura, o Governo dos Açores caísse numa maioria absoluta deste PSD. Aí de nós se, por ventura, o Governo dos Açores caísse numa maioria absoluta deste PSD, porque eu vou citar-lhe aqui uma frase: “Concordo em absoluto consigo, Sr. Deputado, desde logo porque a democracia é o Governo no qual o poder e a responsabilidade cívica se conjugam”. Eu vou dizer-lhe, acrescentaria “os homens sérios e de palavra dada”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ui!...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(Diálogo entre as bancadas)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da mentira também se fala! E vai-se falar!

Deputado António Marinho (PSD): Lá estás tu a inventar!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que possa usar da palavra.

O Orador: Não, gosto de usar da palavra, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, aqui...

Oh, Sr. Deputado!

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: Eu considero que em relação à matéria de fundo, o PSD, em relação a este voto de protesto, tem toda a razão. Eu considero que a explicação que foi dada pelo Sr. Deputado Berto Messias é absolutamente inaceitável.

“Bom, nós fazemos um grande esforço, mas...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, o senhor é um apêndice! O Sr. Deputado Joaquim Machado vai falar a seguir!

O Orador: ... por vezes, neste caso muitas vezes, nós não cumprimos a lei.” Isto é absolutamente inaceitável. Não têm que fazer um esforço, não têm que fazer um esforço! Têm que cumprir o prazo! Têm que responder às oposições! Têm que responder dentro dos prazos que estão definidos, que é assim que se respeita um regime parlamentar e é isso que têm que fazer. Não têm que fazer um esforço, como se fosse uma benevolência do Governo, têm que responder. Têm que responder dentro do prazo! Não há aqui esforço, há o cumprimento ou o não cumprimento das vossas obrigações legais em relação às oposições. Este é o primeiro ponto.

Eu também tenho requerimentos em atraso. Tenho, por exemplo, um de 28 de janeiro, que ainda não me foi respondido, e tenho um também de 16 de março.

Mas devo dizer o seguinte. Devo dizer que esta situação é inaceitável, mas também há um crescente de episódios que demonstram que o Governo não respeita as oposições.

Eu lembro aqui as declarações de um antiparlamentarismo atroz por parte do Sr. Secretário da Educação e Cultura, que ofendeu todos os Deputados desta câmara...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nunca mais apareceu aqui!

O Orador: ... e que agora faz tudo por tudo para não estar presente nas sessões deste Parlamento.

Eu lembro aqui. Mesmo ontem aconteceu,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... o abandono do Membro do Governo no meio de um debate parlamentar. Estivesse o que não estivesse, a prioridade do ponto de vista da agenda de qualquer Membro do Governo num Parlamento é participar nos debates do Parlamento, não é uma visita a uma escola ou uma visita a uma instalação. O que aconteceu ontem foi inaceitável, por exemplo, em que o Sr. Secretário e o Membro do Governo abandonam um debate sem que ele estivesse concluído.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O senhor é que pediu um intervalo regimental!

O Orador: Há muitas e muitas situações.

Peço um intervalo regimental porque necessitava de documentos, como existiam ali uma série de afirmações que eu penso que eram incontestáveis. E, portanto, nesse sentido, os intervalos regimentais são para ser utilizados. Agora, o senhor, o Membro do Governo é que não tem nada que abandonar o debate parlamentar.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): O Governo estava aqui!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ao que isto chegou!

O Orador: Os senhores e este Governo têm vindo a desrespeitar crescentemente o Parlamento. Não responde aos requerimentos, faz afirmações de carácter antiparlamentar neste Plenário, absolutamente inaceitáveis e tem tido

um conjunto de comportamentos absolutamente inaceitáveis que desrespeitam profundamente os parlamentares que aqui se sentam.

Devo dizer isto.

Agora, há outra questão que considero que é fundamental em relação ao conteúdo do voto que é a referência aqui feita em relação à ditadura ou tirania da maioria como na monarquia, mas através da maioria. Bom, isto é inaceitável.

(Risos dos Deputado Aníbal Pires e da Deputada Renata Correia Botelho)

Isto é absolutamente inaceitável, ou seja, meus senhores, isto fora do contexto, como está, porque não está entre aspas, é algo que o Partido Popular Monárquico não pode acompanhar de forma nenhuma, porque eu não vejo que a Suécia ou a Dinamarca tenham dificuldades do ponto de vista do funcionamento democrático das suas instituições. São absolutamente exemplares...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Até a Espanha!

O Orador: ... e tenho a certeza absoluta que estão muito acima do comportamento democrático desta República. Ou a Noruega, que são países que, do ponto de vista do funcionamento do sistema democrático, estão e medem, do ponto de vista do comportamento democrático, não têm nada a ver com os comportamentos desta República.

E por isso esta referência coloca-me aqui uma dificuldade. Concordando com o voto de protesto, eu nunca, mas nunca poderei votar a favor de um voto de protesto com esta referência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem tu nem eu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional tinha pedido a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Um protesto.

Presidente: Em relação a?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): A ter acusado um Membro do Governo de ter abandonado o Plenário ontem.

Presidente: Tem a palavra. Dispõe de três minutos, Sra. Secretária.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Era o que faltava! Ao que isto chegou!

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de protestar quanto à referência feita e à acusação proferida até num tom bastante intenso pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão por duas ordens de razão. Primeiro porque o Governo estava aqui representado. Estava cá eu, que sou Secretária Regional Adjunta para os Assuntos Parlamentares.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, o Governo não abandonou a sala do Plenário.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Um Membro do Governo!

A Oradora: Em segundo lugar, porque foi por mim própria dada a explicação para a saída do Sr. Secretário,...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

A Oradora: ... que só não ficou até ao fim do debate...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): A sessão plenária estava há muito marcada!

A Oradora: ... porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão, com toda a legitimidade, com certeza, pediu um intervalo regimental. E eu dei essa explicação, ontem.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): A sessão plenária estava há muito marcada!

A Oradora: Parece-me, por isso, que é lamentável que depois de ter sido dada essa explicação, ontem, tendo o Governo permanecido no debate, venha o Sr.

Deputado, hoje, acusar um Membro do Governo de abandonar a sala, o que não corresponde à verdade e não poderia deixar se não de merecer um protesto da minha parte.

Muito obrigada.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade sim senhora! Abandonou a sala!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora acabou de dizer que ele saiu da sala!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para um contraprotesto, dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, a Sra. Secretária pediu e realizou este protesto porque eu acusei, como ela própria referiu, não o Governo, mas um Membro do Governo de ter abandonado este Plenário, no meio de um debate. E eu pergunto: é um facto ou não é um facto que um Membro do Governo abandonou o Plenário? Mas isto é incontestável.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Teve que sair!

O Orador: Está gravado! Por amor de Deus! Todos viram que o Sr. Secretário abandonou este Plenário, abandonou esse debate. Facto número um.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Teve que sair! E insiste!

O Orador: É incontestável. É absolutamente incontestável.

Agora, a segunda questão.

Justifica-se? Não se justifica. Como anteriormente também a ausência do Secretário da Educação e de Secretário da Saúde em debates anteriores em áreas da sua tutela porque estavam a fazer visitas oficiais, não se justifica...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Estive cá eu!

O Orador: ... porque num regime parlamentar a prioridade é responder aos representantes do povo, aos representantes da vossa legitimidade do ponto de vista do Governo e os senhores respondem aqui porque isto é um regime representativo e os senhores, a vossa prioridade é sempre, sempre, sempre responder a este Parlamento e aos representantes do povo. Essa é que é a vossa prioridade.

E, portanto, a mim não me interessa se o Sr. Secretário tinha uma cerimónia aqui ou ali. Em semana parlamentar, até porque ele à partida não sabe a que horas começa e a que horas termina um debate sobre uma determinada matéria, o que ele tem que prever, o que os Membros do Governo têm que prever é que têm a obrigação de prestar esclarecimentos nesta câmara e de participar nesse debate. E essa é a vossa prioridade. Se têm outras coisas a fazer ou se têm que ir cozinhar...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Oh, Sra. Presidente! São só dois minutos!

O Orador: ... ou se têm que passear, isso não tem, e termino já,...

Deputado Berto Messias (*PS*): Sra. Presidente, já passou cinco minutos!

O Orador: ... (ainda não passaram os três minutos, Sr. Deputado)...

Presidente: São só dois, Sr. Deputado, e está a terminar.

O Orador: Já está a terminar, Sra. Presidente, mas só uma parte final, é que isto é injustificado, é uma questão de prioridades, é uma questão de respeito pelo Parlamento e o Governo tem vindo reiteradamente a desrespeitar este Parlamento. É inaceitável, nunca vi em Parlamento nenhum do mundo...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não é verdade! O senhor não diga essas coisas!

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... um Membro do Governo está num debate e, 10 minutos depois, decide, por razões de agenda sair.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Dez minutos depois? Diga a verdade!

Deputado Francisco César (*PS*): Sempre do lado do PSD!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Incomoda-vos! Sempre do lado da razão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda** (*BE*): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente.

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este voto porque entende que num Estado democrático de direito a Assembleia tem o poder de fiscalizar, o Governo, o Executivo tem obrigação de responder e prestar esclarecimentos aos eleitos pelo povo.

O Bloco de Esquerda, como já foi aqui dito, também já teve que recorrer ao Plenário por não ter respostas no prazo legal, portanto, nos 60 dias, e terem ultrapassado bastante os 60 dias, inexplicavelmente.

Não vou referir sequer algumas, e muitas até, das respostas em estilo *fax*, mas vou referir dois assuntos, um outro assunto, perdão, que, no nosso entender, tem muita importância: o requerimento de documentos.

O requerimento de documentos tem sido sistematicamente, de uma forma ou de outra, negado aos Deputados, e dou só um exemplo. O Bloco de Esquerda já

teve que recorrer à CADA. A CADA, para quem não sabe, é a Comissão de Acesso aos Dados Administrativos da Assembleia da República e que gere todos estes documentos administrativos das duas regiões autónomas e na República. O Bloco de Esquerda já teve que recorrer por três vezes, uma das vezes foi relativamente a relatórios da inspeção, nomeadamente à RTP-Açores...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é que é democracia!

A Oradora: ... e outra da Inspeção de Trabalho no próprio Centro de Emprego e, neste momento, o Bloco de Esquerda fez um requerimento, em janeiro, a pedir ao Sr. Secretário da Educação, depois de declarações do Sr. Secretário da Educação relativamente a estudos...

Deputado Luís Garcia (PSD): A Sra. Secretária vai protestar também agora?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Diga?

Deputado Luís Garcia (PSD): Vai protestar?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Gosta de me ver protestar?

Presidente: ... relativos a amianto em três escolas em São Miguel (Arrifes, Canto da Maia e Escola das Capelas), passaram os 60 dias, não vieram os requerimentos, o Bloco de Esquerda recorreu à CADA, a CADA respondeu esta semana ao Bloco de Esquerda que o Sr. Secretário da Educação tinha respondido à Comissão de Acesso a Dados Administrativos que afinal não tinha o estudo, quem tinha o estudo era a Sra. Secretária dos Assuntos Parlamentares.

Deputado Luís Garcia (PSD): Que vergonha!

(Risos do Deputado Luís Garcia)

A Oradora: Portanto, agora vamos ter que pedir à Sra. Secretária dos Assuntos Parlamentares, porque parece que não se entendem e o Executivo é um só, meus senhores. Se o estudo existe, devia ser logo cedido, é um estudo público e, muito mais, ter sido pedido...

Deputado Luís Garcia (PSD): É preciso saber onde é que está o documento! Isto é que é negar informação!

A Oradora: Não, não! O Sr. Secretário da Educação disse que ele tinha mandado fazer um estudo aos Estados Unidos e o estudo estava feito. Portanto, meus senhores, atenção ao que nós dizemos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é grave! Agora vai responder a isto!

A Oradora: ... atenção à responsabilidade e ao cumprimento do Regimento do Estatuto Político-Administrativo, porque isto, sim, faz parte da democracia, do comportamento democrático.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, pede a palavra para?

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Secretária. Sra. Secretária. Peço desculpa.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação, Sra. Presidente, para solicitar à Mesa que seja distribuída, a todas as Sras. e Srs. Deputados e aos órgãos de comunicação social aqui presentes, o Diário de ontem, onde se demonstra a participação que o Sr. Secretário teve no debate e que excedeu claramente os 10 ou 15 minutos referidos pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Muito obrigada.

Deputado Luís Garcia (PSD): E há de comprovar esse Diário que o Sr. Secretário saiu!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não! O Governo estava cá!

Presidente: Obrigada.

Será requerida a transcrição urgente.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para um protesto, que quero fundamentar.

A Sra. Secretária acaba de fazer uma interpretação errada das minhas palavras e da minha referência aos 10 minutos.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Desculpe?!

O Orador: Ou seja, eu quando falei nos 10 minutos, foi que abandonou o debate após 10 minutos. Esta referência é após o intervalo, que não foi 10 minutos, foi 15 minutos. É tão simplesmente como isso.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não seja tão criativo!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, naturalmente que vamos considerar essa sua intervenção não como um protesto, mas como um esclarecimento à sua afirmação. De qualquer forma, será pedida a transcrição urgente do Diário, para que possa ser distribuído por todos, conforme foi requerido na interpelação da Sra. Secretária.

Vamos continuar com o debate referente a este voto.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao voto de protesto que estamos a discutir e que foi apresentado pelo PSD, duas considerações que justificarão a posição que o PCP tomará na votação deste voto.

Em primeiro lugar, e o regime parlamentar e democrático que vivemos prevê mecanismos de proteção às oposições, às diferentes oposições, quando o Governo não responde atempadamente, que o requerimento de documentos seja às perguntas que são feitas por escrito e que vulgarmente se chamam de requerimentos. Todos o sabemos e já hoje, aqui, ficou demonstrado: o Governo não responde de uma maneira, responde de outra. Nós temos sempre mecanismos para obrigar o Governo a responder ou a ceder a informação que é solicitada.

Por outro lado, e relativamente à forma como o PSD coloca este voto de protesto, é bom que se diga que é preciso, para fazer isto, ter moral e capital político para o fazer e V. Ex.^{as} não têm.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Representação Parlamentar do PCP vai-se abster neste voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo, naturalmente, pelo fim daquilo que foi relevante e com muita simpatia para dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que, naturalmente, a referência que está feita à monarquia neste voto de protesto não é uma interpretação, uma conceção do PSD, é apenas, como V. Ex.^a sabe, uma expressão do próprio Tocqueville, que, como todos sabemos, era um convicto republicano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem!

Deputado André Bradford (PS): Ah! O senhor não quer contar essa história! Não está a achar graça nenhuma!

O Orador: E, portanto, aquilo que aqui está não corresponde a uma ideologia nossa, mas apenas a contextualizar estas observações do Tocqueville que, de resto, foram feitas ao sistema do Governo norte-americano.

E seguindo uma ordem de respostas aos Srs. Deputados que intervieram, eu tenho que confessar algum espanto (mas só algum, não totalmente) quanto à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, que, confessando ter também este sentimento de impotência política perante a falta de resposta ou a resposta atrasada do Governo, preferiu fixar a sua intervenção na memória do PSD.

Oh, Sr. Deputado, eu devo dizer-lhe duas coisas. Primeiro, percebo a sua motivação, que tem a ver com uma certa desilusão, talvez recente, e que, relativamente à memória, é exatamente por ter memória dos tempos em que o PSD foi Governo que disse e reafirmo tudo o que disse daquela tribuna. Desde logo, por ter memória do tempo em que o CDS, aproveitando-se de um Deputado dissidente do PSD, constituiu uma maioria dentro deste Parlamento, que o povo nunca lhe tinha dado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem!

Deputado André Bradford (PS): O senhor não quer mudar a história!

O Orador: E, portanto, sobre memória, Sr. Deputado, estamos conversados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era o totalitarismo absoluto!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Berto Messias, que começa por dizer “ao alegado atraso”. Sr. Deputado, não é alegado, é factual, e muito menos enviesado.

Com efeito, nesta legislatura, o PSD apresentou 220 requerimentos.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): 221!

O Orador: Onze ainda estão a tempo de resposta, 67 foram respondidos atrasados, isto é, para além dos 60 dias (67!), 35 não têm resposta, o mais antigo dos quais remonta ao dia 14 de março de 2013, portanto, há sensivelmente 800 dias, o que significa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda não tiveram tempo!

O Orador: ... que só 53,6% dos requerimentos foram respondidos dentro do prazo de 60 dias e o senhor acha que o Governo está a cumprir a sua obrigação?!

Deputado Luís Garcia (PSD): Está a fazer um esforço!

O Orador: Está a fazer um esforço? Ainda que o estivesse a fazer, não se trata aqui de esforço, trata-se de cumprir o que está estatuído tanto no Estatuto da Região Autónoma dos Açores, como no próprio Regimento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Há perguntas que são incómodas! A gente sabe!

O Orador: Diz V. Ex.^a também que podíamos transformar esses requerimentos em perguntas orais e o Governo responderia, mas vários destes requerimentos são a solicitar documentação, fotocópias. Como é que o Governo responde aqui? Como é que o Governo responde aqui, se nós transformarmos esses requerimentos em pergunta oral,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como é que o Governo responde aqui?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque eu estou convencido que as fotocopiadoras do Governo Regional andam todas avariadas, porque há, por exemplo, um requerimento...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não pagaram aos fornecedores!

O Orador: ... feito em julho de 2013, a pedir cópia de documentos, que até hoje não chegou às mãos do PSD.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, só pode ser por uma avaria generalizada das fotocopiadoras.

O Sr. Deputado também diz que há requerimentos que esperam há mais de 20 anos por resposta. Com certeza que há.

Deputado André Bradford (PS): Nestes últimos dias, o povo açoriano voltou a lembrar-se de si!

O Orador: E temos de convir que se é há 20 anos que estamos à espera dessa resposta, 18 são da responsabilidade do PS, mas mesmo que haja, dois, três, quatro, cinco anos de governação do PSD com requerimentos em atraso, eu julgo que só há duas hipóteses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já prescreveu!

O Orador: Ou V. Ex.^{as} não tiveram, chegados ao Governo, capacidade para dar essa resposta...

Deputado Francisco César (PS): Ou foram queimados na sua Secretaria! Já não se lembra!

O Orador: ... e, portanto, trata-se de uma inabilidade ou, então, de facto, eram requerimentos para os quais não havia resposta.

Mais uma questão ainda!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Grande volta!

O Orador: Diz também o Sr. Deputado Berto Messias, com a sua prosaica habitual, que nós temos o Regimento mais plural do país. Admitamos que assim seja. Mas de que vale ter o Regimento mais plural do país,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... se depois não se cumpre?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Cumpre!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem dias! É dia sim, dia não!

O Orador: De que vale ter o Regimento mais plural, se o Governo não cumpre? Se o Regimento não é cumprido, desde logo, pela bancada do Governo? De que vale?

Aqui chegados, voltamos a questionar, Sra. Presidente, por que razão o Governo não responde, como é sua obrigação? Os açorianos, a oposição, o PSD têm o direito de obter resposta, entre outras, a estas questões. Que razões explicam o facto de, desde 2004, o Governo Regional nunca ter procedido à regulamentação das normas de concurso público com vista à instalação de centros de inspeção de viaturas, por exemplo? Que livros editados ou subsidiados pela região e aproximadamente com um número de exemplares disponíveis e desde quando se encontram em depósito da Direção Regional da Cultura ou de outros departamentos governamentais? Se foi ou não, por exemplo, licenciada a instalação de um posto de combustível e gás em frente ao Centro de Saúde da Graciosa, junto a residências? Quais os apoios...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o estudo dos navios?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Estou a terminar, Sra. Presidente.

... atribuídos pelo Governo Regional, de 2004 a 2014, a cada uma das Casas dos Açores?

Talvez mais fácil do que responder a estas e outras perguntas era disponibilizar cópia, por exemplo, de documentação referente às empreitadas das termas da Ferraria, do Carapacho. Ou cópia e documentação de atos inspetivos realizados,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que foste lembrar agora!

O Orador: ... entre outros, às Câmaras do Nordeste e da Lagoa e à Escola Profissional das Capelas. Ou ainda a cópia dos estudos que habilitaram o Governo na definição da tipologia dos dois novos *ferries*.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa é que é!

O Orador: Em que ficamos? Os estudos existem ou não existem? As inspeções encontraram...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: ... matéria suscetível de procedimento criminal e o Governo deu-lhes sequência ou não?

Termino mesmo, Sra. Presidente.

Presidente: Tem mesmo de ser, Sr. Deputado.

O Orador: Não sabemos, faltam as respostas e, convenhamos, a dúvida assume toda a legitimidade, porque, afinal, como diz o povo, “Quem não deve não teme”, contra factos não há argumentos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 20 a favor do PSD; 2 do CDS-PP...

Peço desculpa! Vou repetir.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma declaração de voto.

Secretária: Eu ainda não anunciei a votação.

Presidente: A Sra. Secretária vai anunciar a votação.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 20 a favor do PSD; 1 do BE; 2 abstenções do CDS-PP; 1 do PCP; e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM absteve-se tendo em conta a referência, concordando com o conteúdo, aliás, referenciando outras situações que demonstram a falta de respeito do Governo por esta instituição parlamentar. Eu devo dizer que a referência que aqui é feita à instituição monárquica não está entre aspas e, portanto, está completamente descontextualizada e, nesse sentido, eu não poderia realizar essa mancha no meu currículo,...

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

... enquanto Presidente do Partido Popular Monárquico, de deixar essa mancha para a história, de votar uma referência deste tipo, sabendo perfeitamente que se fosse devidamente contextualizada e se estivesse entre aspas, seria admissível, seria um documento histórico, uma referência histórica. Assim, não posso.

Devo dizer o seguinte...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor absteve-se! Tinha a coragem e votava contra!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Artur Lima!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga, diga!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima terá a sua oportunidade de explicar o seu sentido de voto, eu vou explicar agora o meu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Explique! Mas a mancha está lá!

O Orador: Devo dizer o seguinte. De facto, o nosso sentido de voto, ao não votar contra, também é porque nós admitimos que em relação ao conteúdo do voto de protesto, este voto de protesto é um voto de protesto que o Governo estava a merecer há muito tempo. Aliás, eu penso aqui apresentar votos de protesto também da mesma natureza em relação a episódios que acabei de referenciar, como o abandono de Membros do Governo de debates que se estão a realizar. E quando fiz a referência aos tais 10 minutos, era após os 10 minutos de intervalo. É tão simples como isso.

Depois, devo dizer também que há outra questão relacionada com requerimentos e com o voto do PSD que merece aqui uma referência, que é respostas que não nos são dadas a nós Deputados, mas as respostas que o Governo coloca na comunicação social para dizer que foram eles que despoletaram a situação e para se anteciparem às preocupações legítimas dos parlamentares. Ou seja, muitas das respostas, eu tenho tido oportunidade de verificar e de ter acesso a essas respostas pelos jornais antes de me ser respondido oficialmente, uma semana, duas, três semanas. Portanto, isto também é um comportamento absolutamente inadmissível.

E, portanto, eu devo dizer, eu compreendo que este Governo está com dificuldades de funcionamento, e termino, Sra. Presidente, porque um Governo que diminuiu a sua produção legislativa em 30% (30%!), este Governo Regional produz...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... menos 30% que o Governo que exerceu essas funções na legislatura anterior.

Presidente: Sr. Deputado, tem que se cingir à declaração de voto.

O Orador: E, portanto, é evidente que este Governo tem uma quebra abrupta de produção legislativa.

Presidente: Sr. Deputado, tem que se cingir à declaração de voto.

O Orador: Sim, exatamente.

E os requerimentos seguem o mesmo caminho, ou seja, o Governo tem cada vez maior dificuldade em produzir, do ponto de vista legislativo, e em responder a requerimentos a que é obrigado a responder por lei.

Portanto, isto merece uma censura política, que é aqui feita através deste voto de protesto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que podemos passar ao próximo voto. Também é um voto de protesto apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

As Termas do Carapacho são um dos “ex-líbris” da ilha Graciosa.

Para além disso, são uma das mais importantes infraestruturas que atraem visitantes à ilha, sendo um dos fatores que mais pode contribuir para algum desenvolvimento na frágil economia Graciosense.

Em Julho de 2010, depois de 3,5 milhões de euros de obras, Vasco Cordeiro inaugurou a requalificação daquele empreendimento dizendo que o governo estava orgulhoso daquela obra.

Por ocasião daquela inauguração, em nota pública do gabinete de comunicação do Governo, afirmava-se que aquela era uma infraestrutura “*que marca não só a História da ilha Graciosa, mas que tem lugar cativo nos afetos e na memória coletiva do povo desta ilha*”.

E é verdade, desde 1750, durante a Dinastia de Bragança e governando Portugal El Rei D. José I, que as Termas do Carapacho estão abertas ao público apenas tendo fechado para obras de remodelação.

O problema é que, desde as obras de remodelação inauguradas por Vasco Cordeiro, as Termas já encerraram por várias vezes, tornando-se uma incógnita a sua utilização pois, feitas obras sobre obras, as Termas voltaram mais uma vez a encerrar.

Neste momento, em vésperas de uma nova época alta para o turismo na Graciosa, as Termas do Carapacho estão fechadas, e aquela que é uma das valências mais procuradas não se mostra capaz de dar a resposta sequer quanto à sua reabertura, quais as valências que estarão a funcionar ou quando começam as obras de requalificação sobre a requalificação da inaugurada requalificação.

Parece mentira mas é mesmo assim: depois de inaugurada a requalificação de mais de 3 milhões de euros já foram feitas obras de requalificação daquela requalificação e agora preparam-se mais obras para requalificar as anteriores.

Deputado Luís Garcia (PSD): A bancada do PS está a ficar vazia!

O Orador: Mas não será apenas pela sua dimensão de valência para o turismo que o encerramento das Termas do Carapacho penaliza a ilha Graciosa. Também, e sobretudo, pelo que esse encerramento implica em termos da interrupção da oferta de tratamentos na área da saúde que, durante séculos, granjeou fama medicinal às suas águas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh, Miguel, aguenta-te aí! Foste abandonado!

Deputado Bruno Belo (PSD): Já não é a primeira vez!

O Orador: Os graciosenses desesperam por ver uma das suas “jóias” mais estimadas a ser desbaratada em incerteza e de portas fechadas.

Em toda esta incerteza temos as declarações avulsas dos membros do Governo responsáveis e que, contraditoriamente, nunca assumem a responsabilidade pelo encerramento das Termas.

Some-se a isso o compromisso por parte do Secretário Regional do Turismo e Transportes de que iria concretizar a certificação da oferta termal dos Açores, mas que, vá lá perceber-se, nunca mais voltou a falar nesse assunto pelo que apenas se pode concluir que foi apenas e só mais uma daquelas conversas para encher notas de imprensa mas que nada resolvem.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Por mais do que uma vez o PSD questionou o Governo sobre o encerramento das Termas do Carapacho, mas até hoje impera o absoluto silêncio.

Esse silêncio sobre os maus tratos ao nome da oferta Termal merece o mais veemente repúdio, só superado pelo urgente protesto sobre o encerramento recorrente das Termas do Carapacho, e logo numa ilha em que os efeitos desse encerramento assumem uma dimensão que não é de todo despicienda.

As portas fechadas das Termas do Carapacho são mais um rude golpe para uma ilha que sofre diariamente com o isolamento, a desertificação e a pequenez da sua economia.

A falta de empenho em resolver, de uma vez por todas, a situação das Termas do Carapacho não pode deixar de ser assinalado pelo protesto daqueles que respondem perante os cidadãos da Graciosa e dos Açores e que são os deputados eleitos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD/Açores propõe a aprovação do seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta e lamenta profundamente os recorrentes encerramentos das Termas do Carapacho, infraestrutura secular que é pilar no desenvolvimento da ilha Graciosa e que, novamente está fechada sem se saber quando será a sua reabertura plena.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Luz e Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora da Luz na ilha Graciosa.

Horta, 20 de Maio de 2015

Os Deputados: *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, João Bruto da Costa, Luís Garcia e Bruno Belo*

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS)**: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários, Sras. e Srs. Deputados:

As Termas do Carapacho são, de facto, uma das estruturas que os governos do Partido Socialista tiveram a coragem de recuperar.

Não foram só as termas,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi um sucesso!

O Orador: ... foi o museu, foi o cais comercial, foi a rede viária, foi o aeroporto, foi a Escola Básica e Integrada, foi o lar de idosos, etc., etc..

Deputado André Bradford (PS): Foi a creche!

O Orador: Os governos do Partido Socialista tiveram a coragem de requalificar obras, estruturas fundamentais, muitas feitas pelo PSD, que estavam perfeitamente degradadas e muitas com erros de construção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Erros de construção há muitos!

O Orador: Esta é a prova de que os erros acontecem sempre e acontecem com todos. Só não erra quem nada faz...

Deputado Luís Maurício (PSD): É a desconstrução como o senhor disse!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu passo a vida aqui a ouvi-lo com muita atenção e o senhor...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Faz muito bem!

O Orador: ... e o senhor não quer dispensar um bocadinho do seu tempo para me ouvir? Eu acho que se calhar fazia-lhe bem.

Só não erra quem nada faz.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem nada faz também não erra!

O Orador: Sabe-se que há quem não faça nada precisamente para não correr o risco de errar. Desses, felizmente, a história não falará.

No processo de recuperação das termas nem tudo correu bem, é verdade.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Tudo correu mal!

O Orador: Existem problemas que não escondemos nem nunca quisemos esconder.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não! Então por que é que não respondem ao requerimento?

O Orador: No momento em que este voto está a ser apresentado, aqui, nesta Casa, vai iniciar-se uma nova intervenção...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais uma!

O Orador: ... naquela estrutura que permitirá a abertura de algumas valências ainda neste verão.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais uns milhões! Agora é que é!

O Orador: Se calhar é por isso que surge agora este voto,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Gastar mais uns milhões!

O Orador: ... se calhar este voto aparece para dar ideia que a nova intervenção surge porque o PSD quer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não! Surge porque a obra está mal feita!

O Orador: Mas nada disso, nada disso! Esta intervenção, que esperamos ser a última,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos à espera da certificação das termas!

O Orador: ... já estava programada e vai ao encontro de soluções para erros que surgiram ao longo de todo o processo e que o Governo está muito empenhado em resolver, como não podia deixar de ser.

Acreditamos que aquela estrutura vai servir a Graciosa, como acreditamos que o hotel e o Centro de Apoio a Visitantes da Caldeira também estão a dar um contributo importante para o desenvolvimento do turismo na Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Agora é que é!

O Orador: Os governos do Partido Socialista, e só não vê quem não quer, investiram muito para criar condições para o crescimento do turismo. Por isso,

de 6442 dormidas, em 1996, passamos para mais de 15 mil; por isso passamos de 2200 hóspedes para mais de 6000; por isso passamos de 17451 passageiros embarcados, em 2013, para os 19000 já este ano;...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas também não havia telemóvel e agora já há!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Foi por isso que passaram de dois deputados para um na Graciosa!

O Orador: ... é por isso também que o Partido Socialista aumentou o número de camas, de umas míseras 80 camas para mais de 200.

Há uma frase, adaptada por mim, mas que gostava de recordar aqui, que um partido que está muito ocupado em censurar os outros tem sempre pouco tempo para examinar-se a si próprio.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Por estas razões, meus amigos, o Partido Socialista não poderá viabilizar este voto.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Graciosa não é bem o paraíso cor-de-rosa que o Deputado José Ávila nos tentou aqui passar.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): E é um paraíso!

O Orador: É um paraíso natural, certamente, Sr. Deputado, mas não é o paraíso cor-de-rosa que o Deputado José Ávila aqui nos referiu. Aliás, a questão das Termas do Carapacho é, de facto, um paradigma daquilo que têm sido os erros cometidos, não só na Graciosa, infelizmente, mas um pouco por toda a região, relativamente a algumas infraestruturas que, sendo ou reestruturadas ou criadas de raiz, acabam por apresentar, a prazo, as deficiências que nós todos conhecemos.

Mas como dizia, na Graciosa, não é apenas o problema das Termas do Carapacho, é também a adiada construção da marina, é também a adiada execução do projeto da adega cooperativa, é também as questões ligadas à rede viária. Isto apenas para dar alguns exemplos.

E a Representação Parlamentar do PCP irá acompanhar este voto de protesto, porque julgamos que não há desculpa para que, com a tecnologia existente, com o conhecimento científico que se tem, uma intervenção recente nas Termas do Carapacho tenha, afinal de contas, colocado em causa uma infraestrutura que já funcionava, e bem, até determinada altura. Quando há intervenção do Governo Regional, tudo corre mal.

E, portanto, é necessário protestar contra isto e é, sobretudo, necessário, que se exijam as responsabilidades não só políticas, mas outras responsabilidades devem ser pedidas a quem foi o executor da obra. Mas o dono da obra foi o Governo Regional e, como tal, a responsabilidade política é do Governo Regional. As opções foram tomadas pelo Governo Regional. O resultado está à vista. O protesto é justo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para vir ao debate, mas é inevitável lembrar que este projeto inicial, que era o Termaz, que incluía as Termas da Ferraria, do Carapacho e do Varadouro, nunca é demais lembrar que as Termas do Varadouro continuam esquecidas,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado! É o próximo voto de protesto!

A Oradora: ... essas, graças a Deus, sem defeitos, porque ainda não houve qualquer intervenção...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora aí está!

Deputado Luís Garcia (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... e espero que tiremos as lições dos erros que se têm verificado sistematicamente na recuperação das nossas termas, que são um valiosíssimo património para que, pelo menos, os faialenses, já que vão ter tarde, ao menos que tenham com a correção dos erros anteriores.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que confessar que me surpreende o anúncio do voto contra este protesto por parte do Partido Socialista, especialmente depois de ter ouvido, na passada segunda-feira, na Rádio Graciosa, o Sr. Deputado José Ávila dizer que esta situação, realmente, é inaceitável.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agora aceitou!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso foi na Rádio Graciosa!

O Orador: Foi o que eu ouvi. E, inclusivamente, afirmou que tem levantado internamente muitas questões sobre esta situação.

Deputado Francisco César (PS): E é verdade!

O Orador: A forma que tinha de provar que anda a levantar questões internamente era provando e votando favoravelmente este voto de protesto. Isso, sim, é dar nota pública de que esta situação é verdadeiramente inaceitável.

Deputado André Bradford (PS): Nós somos a prova!

O Orador: Por outro lado, o Sr. Deputado José Ávila do Partido Socialista, em nome do Partido Socialista,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do PS!

O Orador: ... disse aqui que entrou em contradição. Diz que as termas estão recuperadas. Não estão! As termas estão assassinadas,...

Deputado José Ávila (PS): O senhor conhecia as termas antes?

O Orador: ... porque o nome da oferta termal na Graciosa foi assassinado pelas recorrentes obras de recuperação que trouxeram um péssimo nome a uma infraestrutura que está aberta desde 1750...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Ávila (PS): O senhor conhecia as termas antes?

O Orador: ... e que segundo os *sites* de turismo, por esse mundo fora, é referido as Termas do Carapacho e as suas águas medicinais estão ao serviço das pessoas desde 1750, sem nunca terem fechado portas a não ser para obras de recuperação. Pois, nos últimos quatro anos as termas fecharam mais vezes do que se calhar em três séculos anteriores.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este voto de protesto surge pela urgente necessidade que a ilha Graciosa tem de se fazer ouvir, de fazer sentir as suas dificuldades, o desânimo que existe pelo facto da ilha estar a perder tudo aquilo que tinha de melhor, e as Termas do Carapacho são o maior exemplo daquilo que está a ser feito para abandonar a ilha Graciosa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Fala-se do extraordinário incremento do turismo da região e é verdade. Mas a notícia hoje, na Rádio Graciosa, é de que o turismo desceu, em março, na ilha.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): E no trimestre?

O Orador: E o turismo desceu em março na ilha porquê? Porque, de facto, não há estímulo, não há acessibilidade. Uma ilha isolada sem ter oferta de qualidade para dar a quem nos queira visitar. São os horários que não nos servem, são os aviões que estão cheios porque são utilizados equipamentos de pouca dimensão. Mas deixe-me dizer mais o seguinte. A 20 de maio de 2015, anuncia um Deputado do Partido Socialista, neste Parlamento, que vão recomeçar obras nas Termas do Carapacho. O que é que estiveram a fazer estes meses todos para trás? É a 20 de maio, a um mês e meio da abertura da época balnear, que vão anunciar obras? Quem quer visitar a Graciosa, quem todos os anos ia à Graciosa fazer tratamentos nas Termas do Carapacho o que é que vai pensar este ano?

Deputado José Ávila (PS): Oh, senhor, já não iam antes!

O Orador: As vezes que já telefonou para agentes de viagens, para operadores turísticos ou que simplesmente foi enganado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Venham os tempos das banheiras de mármore! Venham esses tempos!

O Orador: ... e chegou à Graciosa e deu de caras com as termas fechadas?

Deixem-me dizer-lhes uma coisa em termos do passado e em termos do presente e do futuro.

Quando Dom Afonso Henriques, Sr. Deputado, fundou Portugal, Portugal tinha zero habitantes, hoje, tem 10 milhões.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Tinha zero habitantes? Que história é essa?

Onde é que o senhor foi buscar isso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo...

O Sr. Deputado José Ávila, pede a palavra para?

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, é para um protesto.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa utilizou...

Deputado Bruno Belo (PSD): Protesto?

Presidente: O Sr. Deputado pede um protesto a?

(*) **Deputado José Ávila (PS):** O Sr. Deputado João Bruto da Costa utilizou o termo “assassinaram” as Termas do Carapacho e parece-me que estes termos não são...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isto é triste!

Deputado António Toste (PS): Não são termos que se usem nesta Casa!

Presidente: Sr. Deputado, eu compreendo que esta figura regimental é sempre difícil porque nos limita a intervenção, obrigando apenas uma das bancadas a intervir uma única vez.

Apesar do excesso da expressão utilizada,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: ... não me parece, Sr. Deputado, sinceramente, que haja motivos para que lhe possa conceder um protesto.

O Orador: Sra. Presidente, eu vou aceitar a sua postura,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faça uma declaração de voto!

O Orador: ... como é evidente,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, as regras regimentais são para todos. O Sr. Deputado José Ávila estava a interpelar a Mesa, eu peço que permitam que ele o possa fazer nas condições necessárias para que seja audível pela Mesa.

Sr. Deputado José Ávila, ia a dizer, em relação à questão que lhe coloquei?

O Orador: Sra. Presidente, tem a ver com o facto do Sr. Deputado João Costa utilizar alguns termos, nesta Casa, que não são os mais condignos para quem está aqui. E, para além disso, também o Sr. Deputado João Bruto da Costa utilizou estatísticas erradamente,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já está a fazer protesto!

O Orador: ... porque não tem nada a ver com aquilo que disse.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, como lhe disse, penso que, apesar de tudo, não há motivo para o protesto. De qualquer forma, fica registada a sua intervenção.

Penso que não há mais intervenções.

Sendo assim, vamos passar à votação.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam...

(Pausa)

Eu peço a todos os Srs. Deputados um pouco da sua atenção, porque, de facto, da forma como os apartes estão em modo barulho, é impossível...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em modo barulho! Muito bem!

Presidente: ... efetivamente...

Tenho que ser criativa, porque, de facto, não é fácil encontrar terminologia.

Sras. e Srs. Deputados, apelo a todos que criem as condições necessárias à votação.

Sras. e Srs. Deputados!

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 20 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio dia e cinco.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Terão mesmo que ocupar os vossos lugares porque temos que recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 20 minutos.

Ainda falta a leitura de um voto.

(Pausa)

O último voto desta manhã é um voto de pesar apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Pesar

O Mar Mediterrâneo não pode continuar a ser a vala comum onde jazem homens, mulheres e crianças que no maior dos desesperos ousam tão temerária travessia.

Estas pessoas fogem da fome e da miséria, são emigrantes económicos, mas cada vez mais, são refugiados das guerras que atravessam os países africanos.

Fogem dos massacres, fogem da fome, fogem do medo, que uma situação de guerra sanguinária semeia por uma vasta área de África.

Guerras que a constante intromissão das potências europeias e outras, num passado recente, ajudaram a semear por toda esta vasta Região.

No mês de Abril, conheceram a morte no Mar Mediterrâneo mais de 1700 pessoas e estima-se que, em 17 anos, o Mar Mediterrâneo foi o destino final de cerca de 25.000 pessoas.

Perante este massacre, a Europa não pode continuar a ser uma fortaleza, que lamenta a morte no mar e fecha as portas a quem quer cá entrar.

Está mais do que na altura de a Europa assumir, de uma vez por todas, que os fluxos migratórios não são uma ameaça para a sua segurança e muito menos à sua cultura. Uma Europa envelhecida não pode encerrar-se sob si própria sob pena de definhar por falta de rejuvenescimento.

Não podemos pactuar com decisões como a que foi tomada em 2014, de corte na operação ‘mare nostrum’ que salvava pessoas, enquanto para preservar a rota do petróleo são gastos rios de dinheiro no combate aos piratas da Somália.

Estamos a falar de uma calamidade humanitária, esta situação não se compadece com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nem se compadece com mais demoras na aplicação de medidas de emergência para salvar vidas.

Somos uma Região de emigração, conhecemos o fenómeno da emigração, e por essa razão estamos mais preparados para compreender quem, desesperado, foge de situações tão terríveis e vê-se obrigado a abandonar a sua terra natal.

Assim, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este Voto de Pesar como tributo à memória de todas as vítimas que tiveram o Mar Mediterrâneo como sua última morada.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento ao Governo Regional, à Assembleia da República e ao Governo da República, ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia e ao Alto Comissário da ONU para os refugiados.

Horta, 20 de Maio de 2015

A Deputada: *Lúcia Arruda*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem, Sra. Deputada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições,

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): O PS manifesta a sua concordância com o teor deste voto. Aliás, o PS, a nível do seu grupo no Parlamento Europeu também já teve oportunidade de explicitar que este é um problema europeu e que deve ter uma solução europeia. Ou seja, este não pode ser visto como um problema dos países que têm fronteira adjacente ao Mar Mediterrâneo, isto tem de ser um problema abordado no âmbito da União Europeia e também achamos que a proposta que já foi apresentada pela Comissão Europeia e que não está a gerar os consensos desejados no âmbito de todos os Estados Membros é um ponto de partida importante para encontrarmos soluções que evitem as situações que o voto pretendeu assinalar e que, com certeza, todos nós lamentamos.

E, por isso, aquilo que é a política de imigração da União Europeia e aquilo que é a política de cooperação da União Europeia tem que ter evoluções e evoluções que se exigem com alguma urgência.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD também vai-se associar ao objeto deste voto por considerar que efetivamente os fluxos migratórios de África para a Europa têm aumentado consideravelmente e isto é uma preocupação, é muita preocupação, porque se tem traduzido em mortes no Mediterrâneo. As pessoas estão a procurar uma vida melhor na Europa, fugindo a guerras, fugindo à pobreza, fugindo à fome, fugindo à violação dos direitos humanos e este é claramente um problema humanitário. É uma tragédia humana, que a Europa está a fazer um esforço para solucionar. Não é um problema fácil, mas é um problema que também nós não

devemos estar alheios. Este Parlamento não deve estar alheio, enquanto responsáveis políticos que somos, mas também enquanto cidadãos deste mundo. Efetivamente, os considerandos do voto, alguns já estão desajustados, uma vez que a Comissão Europeia já apresentou um plano, já tem ações concretas, está a fazer uma evolução nesse sentido. Obviamente que é necessário melhorar a política de imigração, a política de vizinhança,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas o Ministro dos Negócios Estrangeiros ainda não se manifestou!

O Orador: ... mas para aí se caminha. Pior era se nada se estivesse a fazer. Estamos a falar efetivamente de muitas mortes e de uma tragédia comparável só com a Segunda Guerra Mundial.

Em todo esse sentido, o PSD vai-se associar ao objeto do voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM vai abster-se no âmbito deste voto de pesar e vamos, uma vez que não temos tempo, explicar esse posicionamento no âmbito da declaração de voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS; 20 do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sua parte resolutiva, a declaração de voto o que diz é: “Assim, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de pesar como tributo à memória de todas as vítimas que tiveram o Mar Mediterrâneo como sua última morada”.

Eu estou de acordo com este voto de pesar, nesta parte, mas há um conjunto...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a única que interessa!

O Orador: ... de considerandos que são de carácter político...

Deputado André Bradford (PS): Nomeadamente?

O Orador: ... e eu não posso acompanhar o conjunto de considerandos que aqui estão referenciados, porque qual é a solução que o Bloco de Esquerda apresenta para esta matéria? Responsabiliza, desde logo, a Europa.

Eu considero que a Europa tem responsabilidades, mas os Estados Unidos também têm responsabilidades, a China também tem responsabilidades, o fundamentalismo islâmico também tem responsabilidades, não é? Do ponto de vista das rivalidades étnicas e dos próprios regimes, muitos deles corruptos, em África, também têm responsabilidades. A responsabilidade não é apenas da Europa.

É preciso também que estas referências à culpa da Europa, 40 anos depois da descolonização,...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Não foi isso que foi referido! Oh, Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: ... ou em muitos outros casos e muitos outros países, da colonização africana por parte dos franceses, dos ingleses e de outras potências

européias, esta atribuição de responsabilidades exclusivamente à Europa é algo que não pode continuar a ser feito. Há responsabilidades muito alargadas.

Em segundo lugar, também dizer qual é a solução para resolver este problema.

Diz o Bloco que nós não podemos ser uma fortaleza, a Europa não pode ser uma fortaleza e que deve absorver os fluxos migratórios. Eu considero que a Europa não está em condições de o fazer, como nenhum país do mundo está em condições de o fazer.

Deputada Lúcia Arruda (BE): Mas isto é uma declaração de voto?

O Orador: Portanto, os fluxos migratórios têm que ser regulados, tem que ser combatido o tráfico de seres humanos,...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Mas não precisa dizer isso numa declaração de voto!

O Orador: ... as redes de recrutamento ilegais têm que ser combatidas, os problemas sociais e económicos que muitos destes países têm e possuem no âmbito das suas sociedades e dos desequilíbrios do seu desenvolvimento económico tem que ser combatido no local, tem que existir programas de desenvolvimento apoiados pela Europa e outros países ocidentais e, portanto, a questão basicamente é esta: eu estou de acordo que se preste um tributo, uma homenagem a estas vítimas, estou completamente de acordo. Eu não estou de acordo é com o conjunto de considerandos e com a questão, porque o que o Bloco de Esquerda aqui diz é: abram-se as portas e a Europa está em condições de absorver toda a imigração que nos chegar aqui, sem responsabilizar ninguém, nada nem ninguém.

Não é possível! Não só não resolve os problemas dos países de origem, porque esses fluxos continuariam a persistir, a eternizar-se, como a Europa não tem capacidade para resolver este problema. E mais do que isso, provocaria gravíssimos problemas, e que já está a provocar, em muitos países que não têm

capacidade de resposta, como, por exemplo, a Itália, que está a braços com uma enorme dificuldade para resolver estes problemas humanitários.

E, portanto, a forma como este voto está construído, com um conjunto de considerandos em relação a uma política de imigração europeia, e em relação a enfrentar um problema real, que é um problema real, atribuindo culpas exclusivamente à Europa e não apresentando soluções dizendo que devemos ter uma política de portas abertas, pura e simplesmente, na Europa, eu considero que isto não é a solução para a Europa. A solução, termino, Sra. Presidente, é combater as redes de tráfico, é estabilizar os países de origem, é ajudar muitos destes países africanos onde o problema está a ser criado por dificuldades de desenvolvimento económico, ajudar ao desenvolvimento económico destas nações, estabilizar politicamente muitos destes países e fazer um esforço nesse sentido, também aumentando os níveis de fiscalização e de apoio humanitário. É por aí, não é uma política de: “Bom, nós, Europa, temos a capacidade e estamos aqui disponíveis para receber uma imigração completamente descontrolada”. Não temos essa capacidade e é uma irresponsabilidade pensar assim.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

A questão das migrações, é evidente que o voto que nos foi aqui trazido pelo Bloco de Esquerda incide apenas sobre uma situação dramática e trágica que se vive em determinada zona do planeta, designadamente na bacia do mediterrâneo, mas eu gostaria de lembrar que relativamente às questões dos direitos dos migrantes e das suas famílias há uma convenção das Nações Unidas que foi subscrita por Portugal e que reconhece o direito, um direito fundamental, e nós não deixámos de ser um país de emigrantes, fomos em

determinada altura e acolhemos muitos imigrantes, mas a verdade é que não deixámos de ser emigrantes e, portanto, estas situações são muito, muito, muito delicadas e uma vez que este voto, infelizmente, não foi aprovado por unanimidade, eu gostaria de ler apenas um dos, ou melhor, o primeiro artigo da convenção das Nações Unidas sobre os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias e que diz assim: “ Os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias poderão sair livremente de qualquer Estado, incluindo o seu Estado de origem. Este direito somente poderá ser objeto de restrições que, sendo previstas na lei, constituam disposições necessárias para proteger a segurança nacional [coisa que não se trata], a ordem pública [também não se trata], a saúde ou a moral públicas, ou os direitos e liberdades de outrem que se mostrem compatíveis com outros direitos reconhecidos na presente parte desta convenção”.

Isto para dizer que o direito de imigrar é um direito reconhecido pelas Nações Unidas. Qualquer cidadão deste planeta tem como direito reconhecido pelas Nações Unidas o direito de imigrar para procurar melhores condições de vida.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então agora avançar para as declarações políticas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo,

A descontinuidade territorial que se verifica na Região confere à rede regional de transportes uma importância acrescida para a economia das ilhas, seja por via dos bens que cada uma tem que receber de fora, como na capacidade de exportação dos nossos produtos.

Ao longo desses quarenta anos de Autonomia muito se tem feito na infraestruturaco e na definio de regras de serviço público para o transporte de mercadorias e pessoas entre as ilhas e destas para o exterior do arquipélago.

Porém, hoje em dia deparamo-nos com problemas que não são compaginveis com os índices de desenvolvimento que se almejam, nomeadamente porque continuamos a ouvir os produtores e os empresários a queixarem-se, com muita frequência, da falta de capacidade de carga da SATA ou a assistir a limitao de operao em diferentes portos da Região.

Entretanto, aguarda-se com expectativa elevada a conclusão do concurso público internacional, para a entrada em vigor, a 1 de Julho próximo, das novas obrigao de serviço público de transporte aéreo de carga e correio, resultantes da liberalizao do espaço aéreo da Terceira e de São Miguel.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Para já, os representantes institucionais dos comerciantes de pescado e dos empresários vo optando por transferir o escoamento dos seus produtos da via aérea para a via marítima, com todas as consequências daí resultantes para o lucro ou mais-valias, respetivamente nos casos de produtos frescos e/ou perecíveis.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Ao longo de vários anos, desde 2007 precisamente, o CDS-PP propôs, nesta Assembleia, que a Região adquirisse um avião mini cargueiro para facilitar a exportao e a circulao interna dos bons produtos açorianos. Oito anos volvidos continuamos a entender que  uma aposta racional, eficiente e barata.

Este avião mini cargueiro, ao p da proposta de compra dos novos navios, custa 50 vezes menos e  50 vezes mais eficaz. Porque nós não produzimos milhões de quilos de iogurte, nem milhões de toneladas de queijo, nem capturamos milhares de toneladas de peixe, todos os dias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o que nós precisamos é de um meio de transporte rápido, eficiente e barato e, sobretudo, dimensionado à escala das trocas comerciais nos Açores.

Até já fizemos as contas: Se quiserem comprar o avião novo, custa cerca de 1 milhão de dólares; se quiserem comprá-lo com a idade dos DASH Q 200 da SATA, custa cerca de 200 mil dólares;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ouvir, Sra. Secretária!

A Oradora: ... o preço por quilo de carga transportada varia entre 30 a 40 cêntimos; e, se devidamente articulados os horários dos transportes aéreos, consegue-se escoar para o exterior os produtos da pesca, da agricultura, da floricultura, do artesanato ou outro tipo de carga no mesmo dia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em 2011, depois de vários anos de insistência do CDS-PP, a maioria socialista aprovou uma proposta no sentido de realizar um estudo de viabilidade económico-financeira que justificasse a aquisição do avião mini cargueiro. Já passaram quatro anos e ninguém conhece o resultado de tal estudo, se é que ele chegou a ser realizado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Pelo meio, o Governo justificou a aquisição pela SATA dos novos aviões da sua frota inter-ilhas por, entre outras, os DASH assegurarem maior capacidade de transporte de carga. É verdade! Têm maior disponibilidade de espaço do que os antigos, mas continuamos a assistir aos mesmos problemas do passado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é lamentável!

A Oradora: No último Inverno foram várias as queixas que, por exemplo, os pescadores da ilha de São Jorge nos fizeram chegar sobre as dificuldades que sentem sempre que precisam de escoar rapidamente o fruto do seu árduo trabalho para fora da ilha por via aérea. Ora, por falta de capacidade de carga,

ora porque os horários não estavam devidamente articulados com os voos que seguiam para o exterior da Região.

Ainda bem recentemente os prejuízos que foram causados prenderam-se com atrasos verificados à partida dos Açores. Um voo que chega ao Continente português com mais de cinco horas de atraso e já de madrugada não apanha nem compradores acordados nem ligação para o seu destino final.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E a SATA, que se atrasou, não apresentou qualquer justificação ou ressarciu os empresários pelos prejuízos causados.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A economia açoriana está estrangulada pelos transportes, particularmente as ilhas mais pequenas, necessitam de uma rede de transportes articulada, promotora de receita e indutora de mais-valias.

O CDS-PP tem dado, ao longo dos anos, vários contributos nesse sentido, sem megalománias, e devidamente fundamentadas. Infelizmente, persistem problemas e queixas que não são aceitáveis nos dias que correm, muito menos numa Região cujo Governo diz incentivar o empreendedorismo, mas não consegue encontrar um modelo de transporte rápido, articulado, barato e eficaz, por muitos planos que apresente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: De pouco servem todos os subsídios, apoios e incentivos que se possam destinar ao escoamento dos produtos açorianos, se a rede de transportes não for capaz de dar garantias de uma resposta eficiente.

A Deputada Regional: *Ana Espínola*

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista compreende parte das preocupações que estão aqui expressas pelo CDS-PP e pelo seu grupo parlamentar. Aliás, essas preocupações são partilhadas por nós e têm sido trabalhadas por nós desde os últimos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também reconhecemos isso! No início!

O Orador: Há, de facto, um conjunto de limitações e este é um tema que merece discussão e estudo. Se assim não fosse, o Partido Socialista não tinha viabilizado a proposta do CDS-PP no sentido de se estudar a necessidade ou não da existência de um cargueiro inter-ilhas, como também foi realizado um conjunto de estudos no sentido de perceber da necessidade ou não de um avião cargueiro para o continente.

Mas é verdade que se nós cometemos um erro no passado, nós, ou seja, a região cometeu um erro no passado quando passou a transportar a maior parte dos produtos, dentro da região, apenas, quase exclusivamente por avião, sobretudo aqueles que são os produtos perecíveis e os restantes produtos serem feitos através de carga contentorizada, aquilo que nós temos vindo a trabalhar é no sentido de melhorar. Nós, hoje, temos uma frota que, indiscutivelmente, da parte da SATA, permite, inter-ilhas, resolver parte do problema da carga. Nessa matéria, penso que não há grande discussão. Hoje, o problema que temos ao

nível da carga aérea é sobretudo na saída para o continente e não no inter-ilhas. Acontece, eventualmente, numa e em outra ilha essa dificuldade,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema é esse!

O Orador: ... mas o maior problema que temos é sobretudo no escoamento de carga para o continente. E acontece muitas vezes porque as aeronaves que estão disponíveis são aeronaves mais pequenas, A320, que não têm a capacidade de carga que tem o A310.

Neste sentido, aquilo que nós trabalhamos com o Governo da República e propusemos ao Governo da República e que acabou por ser aceite, foi um conjunto de Obrigações de Serviço Público, ao nível da carga, que permitem que essa carga possa ser feita, a partir do dia 1 de junho, como foi referido, através de avião cargueiro ou através de uma subcontratação na eventualidade de isso não ser viável.

Portanto, este é um trabalho que está a ser realizado pela parte do Governo Regional, que o Partido Socialista tem trabalhado nessa área.

É importante também esclarecer aqui um conjunto de questões.

Há carga que nunca será viável ao nível aéreo, porque nós não podemos, porque a carga aérea, por uma questão de capacidade, eleva o preço dos produtos transportados. Há carga que terá sempre de ser transportada de uma forma contentorizada; há outra que, por ter um peso, por ser mais leve e ter uma necessidade de ser transportada mais rápido, terá que ser feita por avião.

Neste sentido, o que nós temos de trabalhar é para melhorar os canais de distribuição. Melhorar os canais de distribuição no inter-ilhas na carga contentorizada, também introduzindo o conceito de carga rodada, e isto já está a ser feito com a introdução dos novos transportes marítimos inter-ilhas, os novos barcos que, com a operação estabilizada, poderão permitir o transporte, exatamente, de carga rodada, com a construção dos novos navios também essa situação poderá ser melhorada e ao nível daquilo que são as Obrigações de

Serviço Público para o continente em termos de carga, isso também irá melhorar. Ou seja, aquilo que nós temos vindo a fazer é melhorar a distribuição dos nossos produtos, a capacidade de criar um mercado interno que funcione bem.

Portanto, há aqui um trabalho que está a ser feito e neste sentido nós achamos que o trabalho que está a ser feito é bom.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:...

Deputado Francisco César (PS): Não vais falar da SATA! Já ninguém pode!

O Orador: A declaração política do CDS-PP feita pela Sra. Deputada Ana Espínola colocou novamente, e bem, a questão como ela deve ser colocada.

Há uma proposta de um partido nesta Assembleia que foi feita em devido tempo, 2011, segundo recordou a Sra. Deputada Ana Espínola, que foi aprovada nesta Casa, nomeadamente o estudo relativo à viabilidade da utilização de um avião cargueiro no inter-ilhas, para transporte de carga, naturalmente, nos Açores, e passados quatro anos o Governo Regional esqueceu-se de estudar...

Deputado Francisco César (PS): Está mais do que estudado!

O Orador: ... porque um estudo desses não demora quatro anos.

E, mais uma vez, se verifica que não é a primeira vez, passo o pleonasma, que o Governo e a maioria socialista aprovam um projeto de resolução, uma iniciativa dos partidos da oposição, fazem a boa figura de serem magnânimos e

aprovarem aquilo que apelidam de boas ideias dos partidos da oposição, mas depois, a seguir, pura e simplesmente, esquecem-se de estudar aquilo que votaram e prometeram que iam estudar. Não é essa a primeira vez que isso acontece. Relativamente ao Grupo Parlamentar do PSD, já, por diversas vezes, foram aprovados projetos de resolução e, inclusive, alterações ao Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores e, com todo o descaramento, é dito ou que não está a ser estudado ou que nem vai ser feito, como foi o caso de uma proposta que o PSD fez na área da saúde e que o Secretário Regional da Saúde, na altura, disse que tinha aprovado, mas não era para fazer. Vamos lá a ver se nos entendemos!

A responsabilidade política das decisões de cada um dos partidos, incluindo da maioria, é para cumprir, a partir do dia em que as iniciativas forem aprovadas.

No caso concreto do avião cargueiro, o que o PSD tem para afirmar é que o estudo podia ter sido feito porque foi aprovado. Inclusive, pela maioria socialista, já devia estar pronto.

Em segundo lugar, se esse estudo comprovar que é viável, o transporte de carga aérea através de um avião cargueiro no inter-ilhas, o PSD dará o seu apoio a essa iniciativa, se for viável, mas, em primeira instância, tenham paciência, depois de aprovarem as iniciativas a que se comprometeram, os senhores têm que aparecer e ninguém compreende, nenhum açoriano compreende que, passados quatro anos, o estudo que os senhores disseram que iam fazer e que o Governo disse que ia fazer ainda não esteja feito.

Ainda bem que se recordou mais uma vez que os compromissos que o PS, em alguns momentos, diz e promete que vai fazer, pura e simplesmente, ficam esquecidos dentro da gaveta. O chamado veto de gaveta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda há poucos dias, os nossos jornais noticiavam a fraca capacidade de exportação da Região Autónoma dos Açores.

É evidente que esta fraca capacidade de exportação e também a débil ligação económica existente entre as diversas ilhas da nossa região, o tal mercado interno de que o Partido Socialista tanto fala e que está muito longe de ter intensificado e melhorado as capacidades, estas duas lacunas, do ponto de vista da nossa economia, a falta de capacidade do ponto de vista da exportação que tem valores muitíssimo baixos, tendo em comparação o resto do país, e também a falta de ligação do mercado interno, estas duas características têm impedido o desenvolvimento económico e o desenvolvimento económico é absolutamente fundamental para a criação de emprego. E esta falta de capacidade do Partido Socialista nesta matéria, quer em conceber políticas, quer em implementar políticas, tem vindo a suceder legislatura após legislatura.

O CDS-PP teve a oportunidade de apresentar já, por diversas vezes, nesta Casa, e contou com o voto favorável do PPM, a ideia, o projeto do avião cargueiro. Lembro-me que nas primeiras vezes o Governo Regional e a bancada do Partido Socialista tiveram a oportunidade até de ridicularizar a proposta, dizer que não fazia sentido, inclusivamente, algumas das vezes, avançaram com números em que mostram que era inviável.

A verdade é que depois de confrontado com a necessidade de provar essas afirmações de inviabilidade da proposta, nunca o conseguiu fazer. Aqui há uns anos, comprometeu-se, finalmente, em realizar um estudo em relação ao avião cargueiro para que se tivesse a consciência se era ou não uma boa alternativa, uma vez que o Governo e o Partido Socialista não têm alternativas ou não têm implementado políticas que tenham tido sucesso, como é evidente pelos números. E o que se verificou é que depois de terem aprovado, e o Deputado do Partido Socialista, Francisco César, anunciou aqui, como mérito seu,...

Deputado Francisco César (PS): Ah! Meu?

O Orador: ... e como mérito do seu partido, terem aprovado o estudo,...

Como mérito do seu partido, de que o senhor faz parte, portanto, se é do seu partido, também é seu, não é? Pronto.

Deputado Francisco César (PS): Sim, mas o senhor disse “seu”! Aqui trabalhamos em coletivo!

O Orador: Embora, eu acho que às vezes o Sr. Deputado participa pouco no mérito e participa muito em outras questões.

Deputado Berto Messias (PS): O que quer dizer com isso?

O Orador: Eu considero é que é fundamental...

Exatamente aquilo que significa em português, é só ler o dicionário.

Eu devo dizer,...

Deputado Berto Messias (PS): Isso chama-se cobardia política!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim, senhor! Os senhores também usam expressões muito adequadas!

O Orador: ... em relação a esta questão, não vamos entrar em apartes em relação a estas questões.

Deputado Berto Messias (PS): Cobardia política!

(Pausa)

O Orador: Sra. Presidente, parece que não se podem fazer apreciações à condução política e às opções do Partido Socialista, que há logo um nervosismo e a tentativa de começarem a insultar quem aqui pensa de forma diferente.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade! Ninguém o insultou!

O Orador: Eu devo dizer o seguinte. O que eu estava aqui a dizer é que ninguém, e o orador foi o Sr. Deputado Francisco César, e se quiserem vamos por aí (eu não estava a querer ir por aí), o Sr. Deputado Francisco César apresentou aqui um mérito do Partido Socialista e esse mérito era, “Nós! Nós aprovámos um estudo”. Mas de que vale esse mérito, essa opção de ter aprovado um estudo que não se faz? É que eu gostava que me explicassem isto! É que não se pode fazer uma referência, nós até tivemos a benevolência, tivemos a abertura de espírito de aprovar um estudo e depois, ao fim de quatro anos, esse estudo não está feito. Digam-me que tipo de argumentos, se este argumento é aceitável. É evidente que este tipo de argumentos não é aceitável e era essa a referência que eu estava a fazer.

Os senhores têm aqui um problema, e termino, Sra. Presidente. Demonstrou-se que temos uma fraquíssima capacidade de exportação, demonstrou-se que nós temos uma muito fraca ligação em relação ao mercado interno e tudo isto atrasa o desenvolvimento económico da região. Os senhores não têm soluções e as soluções que são apresentadas pelos outros partidos, neste caso pelo CDS, os senhores, pura e simplesmente, como aqui já foi dito, colocam na gaveta. E, portanto, nesse sentido, é evidente que as vossas responsabilidades são muito grandes nessa matéria, as responsabilidades do Partido Socialista e de um Governo Regional que tem a região numa situação difícil e um dos fatores...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... é, de facto, e termino, Sra. Presidente, uma política péssima, a falta de soluções de implementação de soluções para o desenvolvimento do transporte de mercadorias. Esta é que é a questão.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a brincar com a gente! Temos feito reformas sucessivas!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar esta intervenção por dizer à Sra. Deputada que as suas preocupações são também as preocupações do Governo: que a região seja bem servida pelos transportes, até porque, pelas nossas características arquipelágicas, a nossa dependência de um bom sistema de transportes é grande, quer para a mobilidade de pessoas, quer para o transporte de mercadorias, como referiu e bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então por que é que não fez?

A Oradora: Também pelas características das nossas ilhas, sabemos bem que basta uma situação de mau tempo para que o normal funcionamento da operação seja profundamente afetado. Até, não raras vezes ao longo do ano, essas situações arrastam-se por um, dois, três dias e tratam-se de fatores que estão completamente fora do nosso controlo. No entanto, cabe-nos trabalhar para que, quando esses fatores não se verificam, a região disponha da melhor resposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que é assim em todo o mundo!

A Oradora: E é isso que o Governo tem feito. Tem trabalhado de forma a garantir, a todas as ilhas, sem exceção, a melhor resposta e as melhores acessibilidades,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: ... quer às pessoas, quer aos passageiros.

Não estava à espera do seu apoio, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado! Só queria reafirmá-lo!

Deputado José Ávila (PS): O senhor é a pessoa mais inteligente à face da terra!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas não faça essa cara!

A Oradora: Na sequência destas preocupações que o Governo Regional partilha e no âmbito do trabalho que entendemos que temos que fazer para servir cada vez melhor os açorianos, as novas Obrigações de Serviço Público inter-ilhas foram desenhadas para dar resposta a todas as ilhas, em matéria de carga e em matéria de passageiros, e, no que respeita às Obrigações de Serviço Público nacionais, nomeadamente com o território do continente e, no decurso dessas obrigações, está em curso um concurso público para uma ligação regular de um avião cargueiro, que será, certamente, uma mais-valia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que não está! Não é!

A Oradora: ... no escoamento da produção regional, nomeadamente naquilo que se refere a pescado em primeira venda, que foi uma das preocupações que a Sra. Deputada manifestou e bem.

O prazo para entrega das propostas termina no próximo dia 19 de junho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um erro estratégico!

A Oradora: Posso também acrescentar que a Direção Regional das Pescas, a própria companhia aérea açoriana, a SATA e a Direção Regional dos

Transportes, estão a trabalhar em conjunto no sentido de estudar as melhores alternativas para horários e carga.

Julgo que com as novas Obrigações de Serviço Público e os novos modelos de ligações à região inauguramos um novo tempo e os benefícios que daí advirão serão muitos.

Eu gostaria, portanto, de encarar este novo tempo com otimismo e com esperança, na certeza de que todos os dias faremos mais e melhor pela nossa região.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Agora é que vai ser!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, dou então a palavra à Sra. Deputada Ana Espínola para encerrar esta declaração política.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que assistimos aqui foi que o Partido Socialista e o Governo Regional, embora se mostrem preocupados e atentos com esta situação, o que na realidade acontece é que estas situações de dificuldade de escoar os produtos a tempo e horas de cada uma das nove ilhas da região acontece muito frequentemente e não está resolvido, não está sanado e está longe de o ser. E esta é uma preocupação do CDS-PP e é uma preocupação de todos os empresários que fizeram investimentos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e que se veem confrontados com dificuldades em escoar todos os seus produtos e até mesmo em receber os produtos que vêm do exterior da

região. E é público, porque isto sai na comunicação social e preocupa os empresários, preocupa-nos a nós e devia preocupar também o Governo.

E isto chega-se ao ponto, por exemplo, na situação do pescado fresco, a exportação do pescado fresco, que é preciso conjugar uma série de fatores. É quase um jogo no Euromilhões para se conseguir fazer a exportação do produto fresco a tempo e horas e fazer com que ele chegue ao seu local de destino a tempo e horas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É preciso ter as condições meteorológicas que consigam que um barco saia para o mar,...

Deputado Francisco César (PS): Quanto a isso não podemos fazer nada!

A Oradora: ... que eles façam uma boa pescaria, é preciso ter um comprador e depois, ao fim e ao cabo, ainda é preciso que haja capacidade de carga da SATA e interligação dos voos para que chegue a tempo e horas aos sítios certos.

Deputado Francisco César (PS): Isso nunca vai ser resolvido!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Portanto, é quase um tiro no escuro investir num setor com todas estas condicionantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o CDS-PP já apresentou aqui soluções para este problema,...

Deputado José Ávila (PS): Ao contrário de outros!

A Oradora: ... como foi a aquisição do avião mini cargueiro.

Portanto, não nos limitamos a criticar, também apresentamos soluções.

Quanto ao estudo, estamos à espera dele, ainda não vimos a luz do dia, nem quanto à posição do PS relativamente à aquisição do avião mini cargueiro como forma de transporte de carga inter-ilhas, não só apenas para o exterior da região,

mas inter-ilhas, porque também é importante fomentar o transporte e o comércio dos nossos produtos no mercado interno.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos assim os nossos trabalhos esta manhã. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Um bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Entramos no ponto seis da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 99/X – “Recomenda ao Governo Regional que promova a igualdade de acesso entre o setor público e o setor privado de saúde”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum e para a apresentação da iniciativa dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sob um clima de suspeição generalizada sobre os profissionais de saúde, lançou o Governo a 30 de julho de 2014 a Portaria n.º 52/2014 que regulamenta o Regime de reembolsos aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde.

Esse clima de suspeição generalizada acabou, no nosso entender, por – não identificando, até ao momento, os prevaricadores, o que se exige de forma célere que se faça – por prejudicar todos os Açorianos beneficiários do SRS.

Sendo uma exclusiva competência da Região, a gestão das políticas de Saúde, a via açoriana, socialista para a saúde, em vez de a utilizar para fazer diferente, resolve cortar e limitar de forma drástica o acesso aos reembolsos, permitindo apenas – na esmagadora das vezes, melhor dizendo, uma única vez em cada ano – que os utentes possam reembolsar o que gastaram em exames ou tratamentos.

Partindo do pressuposto errado de que o Sistema Público dá resposta a tudo, mesmo associado ao sistema de convenções, entretanto concretizado em algumas áreas, e que quem recorre ao sector privado o faz por luxo e porque tem capacidade financeira para o fazer, castiga, num momento de grave crise financeira, as Famílias Açorianas, que para além de pagarem as consultas no sector privado, por incapacidade de resposta do sector público, se vêm agora, repito, castigadas pelo Governo Socialista dos Açores, a pagar exames e tratamentos de que necessitam para reaver a sua Saúde.

Penalizados são os doentes crónicos, os Idosos, numa Região onde faltam mais de 60 Médicos de Família, onde mais de 40 000 Açorianos não têm outra alternativa do que, ou entrar pelas urgências Hospitalares ou pagar do seu bolso se quiserem usufruir de cuidados de saúde, onde as listas de espera para Consulta nos Hospitais aumentarem a olhos vistos, fruto, também, do erro que este Governo cometeu de bloquear a ida de Médicos Especialistas aos Centros de Saúde das nossas Ilhas.

Este novo sistema de reembolsos mostra-se absolutamente discriminatório, porquanto, para uma mesma doença, no sector público ou convencionado, o doente não tem qualquer limite no número de tratamentos a efetuar, de análises clínicas a realizar, de exames a fazer, quando no sector privado só o poderá fazer – reembolsando os seus custos – uma única vez em cada ano;

Este novo sistema de reembolsos mostra-se absolutamente discriminatório porquanto no sector público ou convencionado são pagos exames que quando efetuados no sistema privado não são reembolsados. Refiro-me a um simples eletrocardiograma, Ecocardiograma ou mesmo marcadores tumorais utilizados na avaliação da reativação da doença tumoral que não são contemplados nas tabelas de reembolsos;

Este novo sistema de reembolsos mostra-se absolutamente discriminatório porquanto um mesmo exame é pago ao sistema convencionado pela Região por um preço e o mesmo exame quando solicitado pelo sector privado é reembolsado a partir de um preço mais baixo;

Este novo sistema de reembolsos é absolutamente discriminatório porque em Ilhas sem oferta privada de cuidados de saúde – Fisioterapia, Laboratórios de Análises Clínicas, por exemplo – um doente que seja portador de uma requisição daqueles exames do sector privado não tem possibilidade de fazer os exames na sua Ilha, porque o sistema público lhe está vedado;

Este sistema de reembolsos é indutor de desemprego, porquanto o acesso por parte dos utentes a convenções apenas e só através do sector público, fez com que aqueles empresários que tinham sido estimulados a investir; que tinham sido apoiados por dinheiros públicos para alargar a sua capacidade de resposta, vêm-se agora com estruturas sobredimensionadas que para as manter abertas, tiveram que despedir colaboradores e baixar vencimentos.

Como afirmou o Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Farmacêuticos em Comissão de Assuntos Sociais, este sistema de reembolsos é um absurdo!

É neste contexto que sete meses após a baixa à Comissão, o PSD apresenta este Projeto de Resolução, que visa assegurar a igualdade de acesso entre o sector público e o sector privado de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde, recomendando ao Governo a revogação da Portaria n.º 52/2014 de 30 de julho,

permitindo por nova Portaria a correção de todos os fatores de desigualdade; que se reforce a ação inspetiva da Inspeção Regional de Saúde, cujo exercício de 2014 foi considerada pelo próprio Inspetor Coordenador como negativa, por falta de recursos humanos; que se utilizem as Normas de Orientação Clínica como base de um exercício regulador da ação Clínica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Parlamento não elabora Portarias. Elas são um instrumento da ação governativa regular que só o Governo pode usar. Ao Parlamento cabe, neste caso, exercer um direito de discordância política perante o seu conteúdo.

É isso que o PSD hoje aqui traz: a discordância política perante o novo modelo de reembolsos e um apelo ao Governo para que se corrija uma violação na equidade de acesso aos cuidados de saúde, fazendo com que todos os exames da tabela convencionada estejam contidos na tabela de reembolsos com o mesmo custo e sem limitações à sua realização, a não ser aquela que apenas e só decorre da necessidade justificada de os fazer, independentemente do rendimento de cada um, porque cada cidadão cumpre de forma proporcional com os seus impostos para o bem comum.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em primeiro lugar, **não concorda** com o Projeto de Resolução que sugere a promoção da igualdade de acesso entre o Sector Público e o Sector Privado de Saúde e que promove a cessação da vigência da Portaria n.º 52/2014 de 30 de julho de 2014, proposta apresentada pelo PSD.

A Portaria n.º 52/2014 de 30 de julho de 2014 veio estabelecer critérios que melhoram o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que as políticas de Saúde da Região Autónoma dos Açores deverão ir, sempre, e com firmeza, no sentido de reforçar o Sistema Público Regional, aumentar a sua produtividade, elevar a sua segurança e a sua qualidade e quando houver necessidade suplementar deverá os açorianos recorrer ao sector privado, por via do sector público convencionado para resolverem os seus problemas com mais celeridade.

A Medicina privada é necessária e importante mas, deve ser regulada.

A prioridade para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para o Governo Regional dos Açores é reforçar e estruturar o sector público.

Nos casos de dificuldades de acesso, o sector convencionado é uma estratégia equilibrada.

E, quando as pessoas optarem pelo sector privado, o Governo Regional dos Açores tem uma mais-valia nas suas políticas de apoio que são os reembolsos dos atos efetuados na medicina privada. É uma medida implementada com muito esforço, nos Açores que proporciona um importante apoio aos açorianos.

É relevante sublinhar que esta mais-valia do apoio às pessoas, não existe, nem acontece com os doentes, no Continente Português.

O apoio aos doentes é incomparavelmente melhor nos Açores.

Podia ser mais? Podia.

Mas, as açorianas, os açorianos e as pessoas que optaram por viver nos Açores sabem que o Governo Regional dos Açores suportado pelo Partido Socialista é

responsável e equilibrado. Neste atual momento, é impossível e demagógico apoiar de forma desmurada na totalidade, o sector privado de saúde da Região Autónoma dos Açores.

A regulação criteriosa e responsável é necessária e imprescindível.

Foi isto que o Governo Regional dos Açores planeou quando elaborou e implementou a Portaria n.º 52/2014 de 30 de julho de 2014.

A prioridade para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é o sector público de saúde.

Essa estratégia política é uma nítida e evidente diferença de política entre o Partido que suporta os sucessivos governos socialistas na Região e o principal partido da oposição.

A prioridade para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (repeto novamente) é o sector público de saúde.

É, sempre, bom lembrar a todos os açorianos que a política dos reembolsos dos atos efetuados no sector privado são uma grande mais-valia que o Governo Regional dos Açores proporciona aos utentes que fazem a sua opção pelo sector privado de saúde.

A nova tabela de reembolsos estabelecida pela Portaria n.º 52/2014 é uma realidade e um avanço na organização da saúde nos Açores.

Foi elaborada com maior Justiça Social.

Os reembolsos passaram a ser atribuídos de acordo com o respetivo rendimento médio mensal por membro do seu agregado familiar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende ser uma medida justa e equilibrada.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que os mais frágeis, os mais débeis, financeiramente e as pessoas com mais dificuldades devem ser os mais apoiados.

Os Açorianos sabem que esta orientação política será, sempre, uma prioridade para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os utentes açorianos sabem que os doentes são tratados com segurança, com qualidade e com, cada vez, mais cuidado quando se dirigem às instituições públicas de saúde da Região.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que há, sempre, necessidade de aperfeiçoamentos para melhorar a Saúde dos açorianos.

A Saúde nos Açores necessita de uma permanente atenção para dar continuidade à melhoria do seu funcionamento e no apoio aos utentes com responsabilidade e equilíbrio.

A dinâmica do aperfeiçoamento das medidas deve estar sempre presente.

Pode-se, sempre, aperfeiçoar.

Há, sempre, onde melhorar.

Pode-se, sempre, aperfeiçoar a organização dos serviços prestados.

É, sempre, possível melhorar a coordenação dos recursos existentes.

É sempre, possível aprimorar a implementação de novos projetos.

É sempre, possível apoiar mais pessoas e mais atos de saúde.

Todavia é necessário, sempre, garantir a sustentabilidade funcional e financeira.

Todavia, temos que manter e evoluir a qualidade e a segurança dos cuidados prestados aos açorianos e às açorianas, estes são os consistentes objetivos do Governo Regional dos Açores e da Secretaria Regional da Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista já recomendou à Secretaria Regional da Saúde aperfeiçoamentos à Portaria n.º 52/2014.

Os açorianos sabem do esforço do Governo Regional dos Açores na contínua melhoria dos apoios às pessoas.

As açorianas e os açorianos sabem que a política de apoio do Governo Regional dos Açores, como a dos reembolsos aos utentes, houve uma grande evolução e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista regista a sua positividade.

Todos sabemos que estamos melhor e com melhores cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista regista e sublinha o ponto 5 do Projeto de Resolução agora apresentado como o reforço da ação inspetiva da Inspeção Regional de Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que a verificação do cumprimento das normas é uma medida que eliminará situações menos esclarecidas, para o bem da saúde da Região Autónoma dos Açores. Esta recomendação já foi efetuada pelo Governo Regional dos Açores, brevemente, a Inspeção Regional de Saúde incorporará mais três inspetores na sua estrutura.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que a prioridade das políticas de saúde do Governo Regional dos Açores tem sido bem orientada, sempre, para solucionar os problemas, eliminar o sofrimento e tratar os doentes com qualidade, sobretudo, os mais necessitados e os mais frágeis da comunidade açoriana.

Repito. **A prioridade** é reforçar o Sistema Público de Saúde, modernizar as suas infraestruturas, melhorar a sua capacidade de resposta e aumentar a sua produtividade.

A prioridade é rentabilizar os serviços, os profissionais ligados à Saúde e os equipamentos públicos isto tem sido incrementado pelos sucessivos governos socialistas.

A prioridade tem sido traduzida no forte investimento nas infraestruturas de Saúde na Região Autónoma dos Açores.

Para dar o exemplo o Hospital da Terceira; Bloco C do Hospital da Horta; o Centro de Saúde da Graciosa; ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem tido um “resultadão” na Graciosa!

O Orador: ... Centro de Saúde da Madalena; Centro de Saúde de S. Maria; e agora e para breve o Centro de Saúde de Ponta Delgada vai ser uma realidade, uma grande mais-valia para os açorianos.

A prioridade é o investimento efetuado na fixação e na formação dos recursos humanos, assumida pelo Governo Regional dos Açores.

Em suma, o Serviço Regional de Saúde está, hoje, muito melhor do que há dez anos atrás e estará melhor daqui a dez anos depois.

Houve uma melhoria de qualidade na prestação dos serviços de saúde em todas as ilhas da Região.

A evolução tem sido positiva.

O progresso é uma realidade.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que as orientações políticas para a Saúde do Governo Regional dos Açores, já, traduziram ganhos em saúde, melhoramento da qualidade da prestação de cuidados de saúde às pessoas e com os aperfeiçoamentos contínuos e desenvolvidos, certamente, a consistência e a qualidade do Serviço Regional de Saúde será, ainda, melhor.

O nosso Sistema Regional de Saúde tem mais e melhores infraestruturas, mais recursos humanos diferenciados, mais tecnologia e mais técnicos qualificados, que estão a contribuir para o melhoramento, para o progresso e fortalecendo a confiança dos açorianos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que devemos levar a cabo evoluções e estar disponíveis para os aperfeiçoamentos possíveis e responsáveis que reforcem a importância do Sistema Regional de Saúde, a capacidade de criar oportunidades diferenciais na estrutura e na prestação de bens e serviços aos açorianos.

O Serviço Regional de Saúde dos Açores prestigia a nossa Autonomia.

O Serviço Regional de Saúde dos Açores é motivo de orgulho dos Açorianos.

A população açoriana sabe que vamos continuar a fazer um trajeto positivo, sabe que estamos, sempre, disponíveis, para melhorar e aperfeiçoar, para servir, cada vez, melhor todos os Açorianos”.

Por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra a proposta de resolução apresentada pelo PSD.

Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria em primeiro lugar fazer uma referência à parte da intervenção do Deputado Luís Maurício na apresentação desta iniciativa do PSD e que certamente no Parlamento Regional ou em qualquer outro Parlamento a oposição ou as oposições manifestam as suas posições de discordância política, mas em primeira instância, o objetivo do Parlamento, e no caso do Parlamento dos Açores, a iniciativa deve ser legislativa e não apenas para afirmar uma discordância política ou uma recomendação através de um Projeto de Resolução que Vs. Exas. estão aqui a apresentar e julgo que no caso do PSD faria todo o sentido, até pela dimensão do Grupo Parlamentar, que tivessem optado ou que optassem por outra figura, designadamente legislativa ao invés desta figura de recomendação.

Aliás, seria aceitável num grupo parlamentar de pequena dimensão ou numa representação parlamentar que isso acontecesse. Num grupo parlamentar com a dimensão do PSD julgo que faria mais sentido e seria mais compreensível para todos nós que se utilizassem outras figuras, designadamente a iniciativa legislativa.

Relativamente à iniciativa que o PSD aqui nos traz, a Representação Parlamentar do PCP tem a seguinte opinião e que passo a transmiti-la.

Os problemas que estão na origem desta iniciativa do PSD estão justamente relacionados com as questões que levantámos nesta casa, numa interpelação sobre a saúde, em outubro do ano passado e afirmei na altura que a complexidade dos problemas do Serviço Regional de Saúde (SRS) não se compadece com intervenções casuísticas, não integradas, meramente orientadas para dar respostas rápidas a descontentamentos imediatos e mais ou menos localizados, referindo-me exatamente às políticas do Governo Regional e do Partido Socialista.

Essa política conduz não a um sistema coerente e eficaz, mas sim a uma manta de retalhos, com duplicações e carências de meios e recursos, caro, ineficaz, que gera desigualdades sociais e geográficas no acesso e, na prática, ingerível.

Esta proposta do PSD parece-nos, desde logo, cair ou enfermar do mesmo problema, do mesmo hábito, do mesmo vício, que também tem caracterizado a política de saúde do Governo Regional que como me referi em outubro do ano passado tivemos oportunidade de debater aqui e de afirmar esta posição. Esta iniciativa do PSD em vez de abordar as questões de fundo, de procurar resolver os problemas fundamentais do Serviço Regional de Saúde, limita-se a minorá-las, com sucesso relativo, pago a peso de ouro, afirmando claramente a sua opção preferencial pelo sector privado, desviando recursos financeiros que deviam ser investidos no Serviço Regional de Saúde, o sistema a quem compete efetivamente garantir a saúde a todas as açorianos e a todos os açorianos.

Mas, se isto é verdade em relação à proposta do PSD, a verdade é que exatamente o mesmo pode ser dito em relação à Portaria que Vs. Exas.

pretendem que seja revista e, portanto, a Portaria n.º 52/2014. Mas diferenças neste caso aqui, na proposta do PSD acabam por ser apenas meras nuances.

Se o PSD se precipita em abrir todas as portas à medicina privada sem tentar resolver os problemas do sistema público, também o Governo Regional se precipitou com as reduções nos reembolsos, sem ter garantido primeiro que não estava a limitar ainda mais o acesso dos açorianos aos cuidados de saúde!

Ambos, PS e PSD, sempre tão parecidos, sempre tão iguais, se limitam a desviar recursos do sector público para o sector privado, não tomando qualquer medida concreta para suprir as lacunas e as dificuldades do Serviço Regional de Saúde.

E fazem-no, como foi afirmado durante os trabalhos da Comissão, sem que esteja completo um diagnóstico objetivo da capacidade instalada. Quero citar, neste caso, alguém cujo conhecimento sobre estas matérias é vastamente superior ao meu, o Enfermeiro Tiago Lopes, Presidente da Secção Regional da Ordem dos Enfermeiros e passo a citar:

“(...) não se podem definir políticas de saúde sem antes definir a capacidade de produção. O atual cenário socioeconómico não tem capacidade de resposta total, por isso torna-se imperioso definir prioridades e lacunas, de forma a ter um Sistema Regional de Saúde sustentável.” Citei.

Ora, para o PCP/Açores, esta é uma das questões essenciais, que tivemos oportunidade de frisar em outubro passado: não teremos um bom Serviço Regional de Saúde sem um bom planeamento.

E a verdade é que não temos um bom planeamento da saúde. Temos um diagnóstico incompleto, uma capacidade de produção desconhecida ou secreta, um Plano Regional de Saúde insuficientemente fundamentado, que é

frequentemente subalternizado, atropelado, ignorado e medidas que são tomadas de baixo para cima, com pouca ou nenhuma discussão pública, como neste caso da Portaria n.º 52/2014, que naturalmente não são compreendidas, nem aceites pela comunidade de Saúde nem pelos utentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o PCP/Açores o que se impõe é um conjunto de medidas estratégicas, de longo alcance, que visam melhorar o acesso dos açorianos e das açorianas aos cuidados de saúde e reforçar a capacidade e a eficácia da resposta do Serviço Regional de Saúde e que passarei a enumerar com brevidade:

- É preciso inverter o ciclo vicioso da doença e da despesa e colocar a medicina preventiva, familiar e de proximidade no centro do Serviço Regional de Saúde. O investimento público na prevenção e na medicina familiar e de proximidade deve ser a principal prioridade do Serviço Regional de Saúde.
- É necessário eliminar as taxas moderadoras, e nesse sentido demos já entrada, como é sabido, de uma proposta neste Parlamento, como forma de melhorar o acesso de todos os açorianos aos cuidados de saúde;
- É necessário reforçar a rede local de atendimento de saúde, como forma de aproximar os cidadãos dos cuidados de saúde e prevenção.
- A Planificação e a participação dos agentes e sujeitos do Serviço Regional de Saúde têm de ser os mecanismos essenciais do sistema e nesse sentido defendemos a criação de Conselhos de Saúde de nível Local, de Ilha e a nível Regional. A Elaboração do Plano Regional de Saúde deve ser feita de baixo para cima, ao contrário do que tem acontecido atualmente.
- É necessário repensar a estrutura orgânica do Serviço, nomeadamente mantendo e valorizando as Unidades de Saúde de Ilha e o seu papel, acabando com o modelo dos hospitais empresa e reformulando o papel da Saudaçor.

- Finalmente a valorização dos profissionais do Serviço Regional de Saúde e do seu papel enquanto agentes ativos de promoção da saúde e de proteção das populações tem de ser uma outra área prioritária.

Estas são algumas das medidas de fundo que defendemos e que, como se percebe, pouco ou nada têm a ver quer com a política seguida até agora pelo Governo Regional, quer com o paliativo que o PSD aqui nos apresenta.

Nesta primeira intervenção não vou ainda anunciar o sentido de voto do PCP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faz bem! Pode chumbar!

O Orador: ... porque quero perceber melhor a posição do PSD sobre este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente o Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, porque no nosso entender o que está em causa neste Projeto de Resolução é tão e somente o acesso aos cuidados de saúde e o bem-estar das pessoas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem! Ouviu, Sr. Deputado Aníbal Pires?

A Oradora: A Portaria n.º 52/2014, de 30 de julho, vem no seguimento de outras medidas nesta área de primeiro corta-se ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a austeridade socialista!

A Oradora: ... e depois logo se vê como resolver.

Quando por falta de profissionais de saúde, quando por falta de serviços eficientes, quando as listas de espera estão em crescente, não se pode penalizar os doentes por fatores de mera contabilidade.

Não aceitamos que por mera lógica contabilística seja uma norma administrativa a vir limitar o número de reembolsos, ou melhor dizendo, de tratamentos, quando o doente precisa, substituindo a lógica do conhecimento médico à lógica administrativa contabilístico-financeira.

Mais uma vez o Governo Regional andou mal, pois no nosso entender deveria criar no serviço público de saúde as condições para atender de forma correta e atempada todos os utentes e só depois cortar desta forma administrativa os reembolsos de tratamentos e atendimentos que o Serviço Regional de Saúde desse uma resposta atempada e cabal.

É evidente que a constante desorçamentação a que o Serviço Regional de Saúde tem vindo a ser alvo ao longo dos anos coloca hoje problemas sérios, mas a responsabilidade que deve ser imputada aos sucessivos governos do PS não pode ser hoje penalizadora dos cuidados de saúde aos açorianos e açorianas.

É patente na portaria atual outro conceito que tem feito escola desde há uns tempos a esta parte no Governo Regional dos Açores, que é o pagamento dos serviços de saúde conforme o rendimento das famílias.

Ainda há pouco este conceito ficou bem patente na portaria relativamente à deslocação de doentes e que ao contrário do que já foi dito aqui pelo PS ficou confirmado um corte significativo no acesso à saúde por uma grande maioria de açorianos e açorianas.

Este conceito e esta prática é em tudo contrária ao espírito que deve presidir ao Serviço Regional de Saúde como consequência do Serviço Nacional de Saúde.

Em suma, o apoio do Bloco de Esquerda à proposta do PS tem tão somente como base a salvaguarda do doente enquanto não forem tomadas medidas

necessárias para uma resposta cabal e atempada a todos os açorianos e açorianas no Sistema Regional de Saúde.

Não podia deixar o BE de passar o momento em que estamos a discutir relações relacionadas com a saúde para assim, e aqui neste assunto, juntar a voz do Bloco de Esquerda ao Governo Regional dos Açores no que diz respeito à sua luta contra o pagamento do Serviço Regional ao Serviço Nacional de Saúde de atendimento aos doentes deslocados.

No entender do Bloco de Esquerda esta pretensão do Governo da República ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Da República?

A Oradora: ... é totalmente descabida, perversa, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Perversa?!

A Oradora: ... desprovida de solidariedade nacional e atenta contra os direitos dos cidadãos e cidadãs dos Açores. Portanto, na nossa opinião é até ilegal.

Obrigada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições, sendo assim vamos então ...

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho aqui a este plenário juntar-me a este debate para realçar a posição do Governo sobre esta matéria e penso que mais do que tecer considerações sobre a proposta do PSD em que já foram anteriormente explanadas as diferentes

razões pelas quais esta proposta não merece a nossa concordância e acho que o Sr. Deputado Aníbal Pires fê-lo com extrema clareza, venho antes realçar a postura que os diferentes partidos tiveram nesta matéria.

Relativamente a esta Portaria, as alterações que foram introduzidas, foi sempre dito por parte do Governo que qualquer um dos partidos representados nesta Casa ou mesmo qualquer entidade civil e da sociedade que tivesse algo a acrescentar sobre esta matéria, desde que o fizesse fundamentadamente iria com certeza, da nossa parte, merecer a devida atenção e foi por isso e nessa sequência que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou ao Governo Regional propostas de alteração à Portaria ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta propostas de alteração a uma Portaria? Pareceu-me que havia um Parlamento!

O Orador: ... que vinham de alguma forma ao encontro daquilo que eram as pretensões de algumas entidades que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista resolveu auscultar.

Sobre essas matérias e cumprindo aquilo que foi sempre um desiderato do Governo Regional relativamente a esta questão de debater de uma forma aprofundada estes reembolsos, este sistema de reembolsos, até inclusive o número de dados, tentar de uma forma científica perceber se correspondiam ou não àquilo que eram as necessidades da população, tendo obviamente sempre em conta que existe um Serviço Regional de Saúde e que é esse Serviço Regional de Saúde que nós pretendemos defender em primeiro lugar, o Governo Regional decidiu aceitar algumas das propostas do Partido Socialista e por isso, e nessa sequência, irão ser alteradas não só o número, por exemplo das provas de tolerância oral à glicose para quatro, as análises referentes aos testes de urina que também irão ser devidamente aumentadas, iremos também fazer a

introdução neste sistema de reembolsos de algo que nos parece extremamente importante e que é possível hoje, porque a Portaria n.º 52/2004 foi publicada. Foi decidido pelo Governo sob proposta do Partido Socialista introduzir na Portaria dos reembolsos ...

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Onde? Quando?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma proposta de vão de escada?

O Orador: ... a vacina contra o rotavírus e isso será uma mais-valia para os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Será também alterado o reembolso da vacina pneumocócica de acordo com aquilo que cientificamente ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tinha razão! Uma maioria socialista! Ao que isto chegou! Dispensam o Parlamento!

O Orador: ... foi provado relativamente à vacina antipneumocócica que a proteção não era só às crianças, mas também aos grupos de risco e idosos, e será por isso alterada a Portaria também no sentido de participar a todos os adultos que pretendam fazer a vacina antipneumocócica na totalidade, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Onde é que estão?

O Orador: ... de acordo com os escalões de IRS na totalidade para os rendimentos mais baixos a vacina nas doses preconizadas para os adultos.

Isto foram alterações a esta Portaria que nos foram propostas pelo Partido Socialista e segundo aquilo que é meu conhecimento até hoje ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a inicial de quem é?

O Orador: ... e que tenha entrado na Secretaria Regional da Saúde é a única proposta de alteração, a única alteração proposta por um partido desta Casa e é neste espírito construtivo ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah! Podemos mandar bilhetes para lá!

Deputado Berto Messias e Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... que o Governo irá continuar a rever as portarias que aqui apresentam.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Afinal a proposta do PSD já produziu resultados!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, realçar ou sublinhar os princípios e a base de que parte o Partido Socialista para a avaliação das medidas assumidas nesta Portaria e que é errada no nosso entender ...

Deputado Francisco César (PS): Diga que não é correta!

O Orador: ... e é errada porque parte do princípio que a procura de um cidadão por um serviço de saúde privado é uma opção. É mentira!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Serviço Regional de Saúde não dá cobertura de forma integral aos cidadãos desta terra.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Há mais de 40 mil açorianos sem médico de família.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Há falta de 60 médicos de família nos Açores. Para além disso 60% deles têm mais do que 55 anos. É uma população medicamente envelhecida e o PSD, Sr. Deputado Aníbal Pires, sobre esta e outras matérias já fez e já assumiu propostas de fundo. Promoveu, defendeu a criação de unidades de saúde familiares que permitiram, através dessa nova forma de organização e através da obtenção de sinergias dos diferentes recursos humanos que as compõem, – permitir, dizia – uma cobertura da população mais abrangente deixando menos açorianos sem médico de família, mas aquilo que o PSD aqui e o Governo dos Açores defendem é o contrário daquilo que o PS e António Costa defendem lá fora, porque aquilo que António Costa hoje apresentou como proposta de programa de Governo (se for Primeiro-Ministro e todos nós esperamos que não ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Todos nós?!

O Orador: ... a 6 de junho na sua convenção) o Sr. Presidente António Costa defendeu, no seu programa eleitoral, que deveriam ser criadas mais cem unidades de saúde familiares.

O Governo Regional dos Açores não quer que as unidades de saúde familiares se estabeleçam nos Açores.

Portanto, o discurso regional é diferente do discurso socialista nacional, ...

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Também aqui há reembolsos e lá fora não há!

O Orador: ... mas o PS parte de outra incongruência que é a de que (como eu referi na minha intervenção inicial) as pessoas têm capacidade financeira para procurar o serviço privado e se o têm, têm de pagar por isso em toda a sua extensão.

Já expliquei Sr. Deputado que a insuficiente cobertura do setor público faz com que a procura do setor privado seja uma necessidade e não seja uma opção, seja uma obrigação e não seja uma opção dos mesmos cidadãos, Sr. Deputado.

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas já agora, oh, Sr. Deputado e Sr. Secretário Regional, gostaria de vos perguntar afinal se esse serviço público é assim tão eficiente, o que é que mudou (que eu não dei por nada disso relativamente à cobertura da população) de 2005 para 2011, quando o artigo 1.º da Portaria n.º 9/2005, de 27 de janeiro, dizia “os utentes do Serviço Regional da Saúde que por sua iniciativa [aí o Partido Socialista reconhecia a iniciativa livre dos cidadãos] e sem a intervenção dos serviços públicos de saúde recorram aos serviços privados de saúde para consultas, exames complementares de diagnóstico e tratamento podem ser reembolsados das correspondentes despesas.”

Esta Portaria foi assinada por um Sr. Deputado e ex. Secretário Regional da Saúde, Dr. Domingos Cunha.

O que é que mudou depois de 2011 quando a Portaria n.º 65/2011, de 22 de julho, assinada pelo Secretário Regional da Saúde, Miguel Sousa Correia, dizia no ponto um: “Os utentes do Serviço Regional de Saúde que por sua iniciativa e sem referenciação dos serviços públicos de saúde recorram à prestação de cuidados de saúde em serviços privados de saúde possam ser reembolsados das correspondentes despesas?”

O que é que mudou neste PS?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era bom que explicassem!

O Orador: O que é que mudou nos Açores que levou a que em 2005 e 2011 os açorianos pudessem ser reembolsados das suas despesas de saúde e agora não podem?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O que mudou é a falência e a má gestão dos serviços de saúde ao longo dos anos, Sr. Secretário.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O que falhou é a incapacidade financeira que os senhores têm para não assumir a saúde como uma prioridade para os cidadãos que residem nesta terra.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Diz o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral que este sistema apoia os mais frágeis e apoia os mais necessitados.

Oh, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, o senhor não vive neste mundo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Vivo e os açorianos sabem!

O Orador: Não conhece a realidade dos Açores, porque sabe o que é que acontece, Sr. Deputado Regional? Vou dizer-lhe: os idosos que neste momento vivem em lares e que antes viam as fraldas, os resguardos que diariamente necessitavam serem reembolsados na totalidade, agora têm que apresentar um talão referente à sua nota de liquidação do IRS do ano anterior para que sejam reembolsados em relação às fraldas e aos resguardos que utilizam.

Foi isso que mudou!

Deputado Francisco César (PS): Qual é o mal disso?

O Orador: O mal disso?

Oh, Sr. Deputado Francisco César, é que as pessoas que estão nos lares muitas delas não têm capacidade financeira para suportar essa despesa, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O senhor ignora a realidade dos Açores. Isso é muito grave!

Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, a ação social nos Açores e bem, através de protocolo, estabelece acordos de cooperação com as instituições privadas de solidariedade social. Esses acordos permitem uma cobertura de despesas que inclui também, em muitas das circunstâncias, para não dizer na totalidade, a existência de médicos que prestam cuidados a esses utentes que estão internados.

Como é evidente esses médicos exercem essa função em regime privado, pois esses idosos que até essa altura ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É o estado social socialista!

O Orador: ... não pagavam rigorosamente, pelas análises que esses médicos nessas instituições privadas de solidariedade social pediam a esses idosos nada, passam agora a pagar quase tudo na totalidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouviu bem, Sr. Deputado? Que vergonha!

O Orador: Acha que isso é proteger os mais fracos e os mais frágeis, Sr. Deputado?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Deputado e Sr. Secretário Regional, mas afinal o que é que melhorou do anterior sistema para este sistema quando no anterior sistema, Srs. Deputados, uma endoscopia que é um exame ao estômago (muitos de nós se calhar aqui já o

fizemos) era comparticipada no anterior sistema de reembolsos em 24,19€? Agora é zero.

O que é que melhorou, Srs. Deputados, quando no anterior sistema de reembolsos uma colonoscopia total era comparticipada pelo Serviço Regional de Saúde em 39,65€ e agora é zero?

O que é que melhorou, Srs. Deputados, quando no anterior sistema de reembolsos a realização de uma rectosigmoidoscopia era reembolsada em 6,74€ e agora é zero?

O que é que melhorou, Srs. Deputados?

Em nada melhorou, Srs. Deputados.

A Via Açoriana socialista o que fez foi um corte na prestação dos cuidados de saúde, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque antes não limitava os reembolsos, antes permitia que eles fossem reembolsados independentemente do número de vezes que os doentes faziam exames e faziam análises, por exemplo, e outros exames complementares de diagnóstico e agora na maioria das vezes só podem ser reembolsados uma única vez.

Oh, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isso não tem outra expressão mais simples para sintetizar a atitude do Governo: um corte!

Quem antes reembolsava o que reembolsava e agora reembolsa absolutamente menos e quase nada em muitos dos parâmetros é um corte.

Deputado Luís Garcia (PSD): Austeridade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Austeridade do estado social!

O Orador: Foi o corte que os senhores assumiram nas prestações sociais e nos reembolsos aos doentes, partindo do princípio que o sistema público respondia a tudo e mais alguma coisa e que a população se encontrava coberta pelo

sistema público. Mais! Que haviam as tais irregularidades que o senhor no dia 1 de outubro de 2014 anunciou no Jornal *Açoriano Oriental* dizendo: “Inspeção investiga burlas no Serviço Regional de Saúde.”

Segundo o Secretário Regional da Saúde as burlas envolvem valores, passo a citar: “[que está entre aspas] bastante elevados”; e os casos vão chegar à barra do tribunal: “Investigação de Inspeção Regional da Saúde alargada a todas as ilhas deverá estar concluída até ao final do ano.”

É mais uma das suas afirmações que nunca se cumpre, Sr. Secretário.

Esta notícia é de 1 de outubro de 2014. O final do ano foi 31 de dezembro de 2014. Estamos a 19 de maio de 2015 e ainda continuamos à espera dos prevaricadores que o senhor não os consegue identificar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Deputado José San-Bento sabe quem são!

O Orador: Finalmente, e nesta segunda intervenção, não queria deixar de manifestar em nome do PSD a estranheza das propostas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que chegam em carta, pressuponho fechada, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): SMS!

O Orador: ... escrita num bilhete recortado, talvez amarelado pelo tempo, à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Deputado José Ávila (PS): É como as coisas da SATA!

O Orador: Oh, Sr. Secretário Regional, a proposta do PSD feita aqui, neste Parlamento, com as limitações decorrentes como eu expliquei na minha intervenção inicial, Sr. Deputado Aníbal Pires, de que este Parlamento não elabora portarias, nem é através de um decreto legislativo regional que essas

matérias se regulamentam, queria dizer que as minhas propostas, em nome do PSD, passam claramente por aquilo que eu disse daquela tribuna.

Os valores que o Governo pretende pagar ao setor convencionado têm que ser iguais aos valores base para cálculo do reembolso.

Deputado José San-Bento (PS): E a nível nacional como é que é?

O Orador: Não se compreende que uma mesma análise no setor convencionado o senhor se disponha a pagar um valor, quando no setor privado, para cálculo do reembolso, o senhor baixa esse valor.

Portanto, à partida, ...

Deputado José San-Bento (PS): Diga como é feito a nível nacional!

O Orador: ... e para cálculo do reembolso, o Governo já está a meter dinheiro no bolso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, a nossa proposta (e não a mandámos por bilhete nenhum, nem tão pouco em envelope fechado. É aqui, neste Parlamento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e a si transmitida olhos nos olhos) é de que, a exemplo do que se passa no sistema convencionado, em que o senhor não coloca qualquer limite ao número de tratamentos ou exames aos utentes que para lá vão e que só têm acesso através do sistema público,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque será?

O Orador: ... também se elimine o limite do número de tratamentos e de exames reembolsados no setor privado.

Mais! A nossa proposta vai no sentido de se igualizarem os exames contidos na tabela do setor convencionado e na tabela do setor privado.

Há muitos e muitos exames que o senhor paga no setor convencionado e não os coloca na tabela de reembolsos do sistema privado.

Portanto, a nossa proposta é que haja uma igualização entre os dois sistemas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ficou bem demonstrado quem é que está a dar cabo do estado social!

Deputado Luís Garcia (PSD): Se fosse lá fora era austeridade, aqui não é! É uma racionalização!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte da Representação Parlamentar do PPM também nos chegaram inúmeras queixas por parte dos utentes ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dos corvinos!

O Orador: ... e dos corvinos, com certeza, há um descontentamento muito grande em relação a esta matéria, porque como se sabe e em particular ou também na ilha do Corvo o sistema de saúde público não dá uma resposta suficiente, não a resposta necessária aos doentes e às pessoas que recorrem ao sistema público e por isso há uma relação com o sistema privado que neste momento sofreu cortes bastante substanciais e que em muito prejudicam as famílias.

Portanto, nesse sentido, nós consideramos, valorizamos esta proposta do Partido Social Democrata e vamos votá-la favoravelmente.

Devo dizer que o próprio Secretário Regional da Saúde reconhece as insuficiências e os erros que cometeu no âmbito da aprovação da portaria em questão, mas tenta corrigir essa questão dizendo que recebeu um conjunto de

propostas por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que vai atender àquelas que foram as preocupações que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lhe manifestou.

Devo dizer que mais uma vez se repetem os episódios em que este Parlamento é menorizado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O comportamento não pode ser este.

Não há nenhuma relação de privilégio do ponto de vista constitucional ou estatutário entre o grupo parlamentar que apoia o Governo e os restantes grupos parlamentares.

Há uma discussão de um conjunto de políticas que deve ser clara, transparente e límpida e que deve ser observada, que deve ser discutida publicamente neste Parlamento e cada um deve apresentar as alternativas que considera válidas em nome dos Açores e num sistema político em que todos vêm e em que a discussão é transparente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, escreva ao Sr. Secretário!

O Orador: Devo dizer que esta diplomacia de gabinete é regressar ao séc. XIX em que a cidadania está afastada dos grandes assuntos que interessam a população, não é informada, não é discutida e não é discutida democraticamente e para ser discutida democraticamente e com transparência tem que ser discutida neste Parlamento. Essa prática é inaceitável.

Se o Partido Socialista tem alterações a sugerir, se o grupo parlamentar tem alterações, esse diálogo é um diálogo que tem de passar pelo Parlamento. É esse o comportamento.

Deputado Berto Messias (PS): É! Vão telefonar para si antes!

O Orador: Ora, o que acontece é que além das bravatas antiparlamentares por parte dos Membros do Governo, da ausência cada vez maior da parte do Vice-Presidente do Governo e do Presidente do Governo neste Parlamento, ...

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Isto é uma portaria!

Deputado André Bradford (*PS*): Isto é uma coisa inacreditável!

O Orador: ... da ausência e da retirada no meio de debates parlamentares temos agora mais um episódio triste em que um Membro do Governo diz que sim, que está em diálogo, em diálogo em circuito interno entre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo, o que quer dizer que neste momento o Partido Socialista com estas práticas e o Governo Regional estão de facto a tentar minorizar o Parlamento dos Açores.

Pensei que fosse distração, agora tenho a certeza que é estratégia e que é o vosso objetivo minorizar o Parlamento dos Açores, minorizar a democracia nos Açores.

Deputado André Bradford (*PS*): O senhor tem pouco que fazer! Tem que arranjar mais ocupações!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Secretários Regionais:

No dia 30 de setembro, o CDS, um dia antes de entrar em vigor esta Portaria, reagiu contra esta portaria de reembolsos e, portanto, saúda o PSD que vem no sentido de vir naquela que foi a intervenção política do CDS.

Mas discordamos num princípio, Sr. Deputado Luís Maurício, ou em dois.

O primeiro é que enquanto nesta Portaria o PSD quer um regresso ao passado, nós queremos ir para o futuro e o que nós defendíamos no dia 30 de setembro, como já defendíamos antes, é que a Portaria de reembolsos fosse atualizada e aumentada. O que o senhor propõe é que se regressasse à antiga que nós queríamos aumentar e atualizar.

Portanto, nessa matéria uma discordância e voltamos a insistir que esta é incorreta e que é preciso atualizar e aumentar e não apenas um regresso ao passado como prevê o PSD.

De resto, já foi aqui falado da menorização do Parlamento.

Sr. Deputado Luís Maurício, estou em franca discordância consigo e acho que um partido da oposição que vem aqui capitular perante o Governo, a dizer que o Governo que faça porque nós nos demitimos de fazer tabelas, ... Queria eu que neste Parlamento todas as tabelas fossem discutidas cêntimo a cêntimo e propostas aqui em decreto legislativo regional para serem democraticamente discutidas e não ser uma imposição do Governo que nós depois aceitamos a seguir. Queria eu que muita matéria não fosse regulamentada apenas e só pelo Governo, que fosse feita neste Parlamento, que a tabela de reembolsos fosse feita neste Parlamento e que nós aqui legislássemos e democraticamente pudéssemos até fazer alterações como o Sr. Secretário aceita do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Julgo que discutindo aqui a tabela de reembolsos, discutindo aqui valores, quem sabe se não teríamos nós chegado a valores mais interessantes e mais amigáveis dos açorianos.

Discordamos também do Governo quando impôs que um açoriano leve a sua declaração de IRS para ser reembolsado. Denunciámos isso na altura própria, que era discriminatório e que era uma devassa da vida privada das pessoas. Denunciámos isso também a tempo e horas, como denunciámos também que as unidades de saúde deixem de ter uma tesouraria por muito pequena que seja e que para se fazer um reembolso de 1€ ou de alguns cêntimos seja necessário uma transferência bancária, quando sabemos que há hoje em dia pessoas que não têm sequer NIB, como por exemplo uma criança, e quando se sabe que o recibo é passado em nome da criança não se pode fazer a transferência. É 1€, é 2€ e a criança não tem NIB e não pode receber o dinheiro. Lá vai a manigância de se fazer para o NIB do pai e da mãe, porque o funcionário também às vezes

recusa e bem, porque o doente é que tem direito ao reembolso e não o seu progenitor.

Portanto, nessa matéria o CDS orgulha-se de ter estado à frente. Como na vacina pneumocócica nos orgulhamos de aqui propor que fosse comparticipada e propusemos aqui até a tabela de comparticipação, até como devia ser feito e até aqui claramente neste Parlamento não deixámos ao livre arbítrio do Governo como quer o Sr. Deputado Luís Maurício e o PSD deixar que a tabela de reembolsos seja deixada ao livre arbítrio do Governo. Não pode ser. Queremos que seja este Parlamento.

Como também propusemos aqui, e que está a dar frutos hoje em dia, foi a bolsa para formação de médicos de clínica geral e familiar que está a dar resultados, hoje em dia está a dar resultados. Foi majorada essa especialidade por proposta do CDS.

Infelizmente, o Governo também está a talhar caminho contrário nessa matéria ao ir no sentido de dar incentivos de fixação por quatro ou cinco anos o que não garante que os médicos fiquem cá e sobretudo que os nossos jovens não voltem à terra.

Como também fizemos aqui propostas sempre no regime de deslocação de doentes, como também denunciámos e não tivemos o acompanhamento de mais ninguém de algumas irregularidades cometidas no Serviço Regional de Saúde, como por exemplo no sistema de prevenção, os abusos. Fiquei aqui sozinho a falar muitas vezes. Não tive o apoio de ninguém.

Quando se propõe o reforço da ação inspetiva?

Mas há suspeitas. Juntou-se ao Deputado José San-Bento nas suspeitas de fraude no Serviço Regional de Saúde?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Não conheço e estou à espera efetivamente que o Sr. Deputado José San-Bento que disse aqui que já tinham identificado duas clínicas em São

Miguel. Estou à espera que sejam ... Se já foi tomada alguma atitude que ainda não sei, se já foram punidos que ainda não sei ...

Deputado José San-Bento (PS): Pergunte à Ordem dos Médicos!

O Orador: Portanto, era preciso saber o que é que se passa nessa matéria.

O que proponho é que a saúde seja uma realidade diferente na Região Autónoma dos Açores do que é no continente, muito diferente.

Portanto, as normas clínicas não são só as da Direção Geral de Saúde, são também adaptadas à nossa região, ao nosso meio, às ilhas sem medicina privada. A boa prática não deve ser uma condição imposta, deve ser uma condição natural do exercício da medicina, Sr. Deputado Luís Maurício e Grupo Parlamentar do PSD. Não é por legislação que vamos fazer isso.

Portanto, há aqui logo ...

Concordo consigo quando há e se denuncia, como se denunciou depois aí algumas situações que deixaram de ser incompreensivelmente comparticipados. Estamos absolutamente de acordo nessa matéria, mas há mais situações que deixaram de ser comparticipadas.

Agora não posso é admitir que o Parlamento se demita das suas funções, que o Parlamento deixe de legislar, que o Parlamento deixe de fiscalizar e que sobretudo deixe de ter capacidade de propositura.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, dispõem de cerca de dois minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, peço desculpa mas tenho a fazer-lhe uma correção relativamente a uma parte da sua segunda intervenção, quando a determinada altura V. Ex.^a refere o discurso socialista do PS.

Oh, Sr. Deputado, o PS não tem um discurso socialista, nem nos Açores, nem na República. Eu diria, Sr. Deputado, que nem sequer social-democrata, quanto mais agora socialista.

Deputado André Bradford (PS): Isso é verdade!

O Orador: Portanto, em nome do rigor julgo que era importante dizer isto.

Relativamente à iniciativa dizer o seguinte. Estou em parte de acordo (senão no todo, pelo menos em parte de acordo) com o Deputado Artur Lima quando aquilo que é fundamental efetivamente ... Embora V. Ex.^{as} no segundo ponto façam uma ressalvazinha até aprovação do novo regime que consolide.

De qualquer forma aquilo que V. Ex.^{as} estão a propor é, efetivamente, um regresso ao passado, mas para o PCP aquilo que se impõe verdadeiramente é o aumento da capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde e é por aí que nós temos de ir. É pôr o Serviço Regional de Saúde a dar uma cabal resposta às necessidades dos serviços de saúde ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é por aí que nós temos de caminhar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As políticas do Partido Socialista são diferentes das do Partido Social Democrata e estão registadas e foram ditas há pouco por mim em relação às orientações do Partido Social Democrata.

O que nós pretendemos, o que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores o que pretendem é fortalecer o sistema público de saúde na região.

Esta é a nossa orientação política, esta foi sempre a nossa orientação política ao longo desses anos nos governos socialistas e nós não vamos fugir desta orientação porque é nossa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Estão a acabar com o estado social na região!

O Orador: Quando o Sr. Deputado Luís Maurício diz que as pessoas deixaram de ter reembolso, não é verdade.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não?

O Orador: Nós queremos é, como disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, reforçar a capacidade do setor público, esgotar toda a sua possibilidade, potenciar a sua capacidade instalada e depois, se por acaso houver travamento de acessibilidade, nós derivamos para o setor convencionado.

Aí os doentes podem procurar as pessoas que podem ajudar de uma forma mais célere quando as instituições públicas de saúde não dão a resposta a sério.

Estamos a trabalhar sempre nisto, estamos sempre predispostos a melhorar, a aperfeiçoar e quando o Sr. Deputado diz: “O que é que mudou na saúde da Região Autónoma dos Açores?”

Basta só fazer uma retrospectiva dos últimos anos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por exemplo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga lá na Graciosa o que é que mudou?

O Orador: Nos últimos anos tem havido uma evolução na saúde nos Açores evidente.

As açorianas e os açorianos sabem que as coisas melhoraram muito nos últimos 10, 20 anos e isto é importante.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por exemplo?

O Orador: Basta elencar uma data de indicadores. Faz-se mais consultas de especialidade, faz-se mais consultas nos centros de saúde, faz-se mais consultas de várias especialidades, faz-se mais meios complementares de diagnóstico, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai dizer que inventaram a telemedicina!

O Orador: ... mas substancialmente mais.

Agora a oferta precisa de aumentar, precisamos de melhorar, precisamos de aperfeiçoar e este aperfeiçoamento das políticas do Governo Regional dos Açores tem que ser sempre. Todos os dias temos que refletir para melhorar o bem-estar das pessoas que estão em todas as ilhas dos Açores ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e este é um dever de todos os políticos, de todos os deputados, de todos os governantes: pensar, planear, implementar, avaliar e melhorar. Isto é o que tem acontecido. Isto foi o que nós fizemos: foi dirigir ao Governo as nossas preocupações, as nossas sugestões, as nossas recomendações para o bem-estar e melhoramento da prestação dos cuidados de saúde aos açorianos. É isso que estamos aqui a fazer, é isso que vamos sempre fazer e é isso que estamos aqui incumbidos de fazer.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação ao nosso sistema e em relação ao discurso nacional e ao discurso regional.

Nós aqui nos Açores temos uma saúde incomparavelmente melhor do que no continente em termos de apoio. Nós apoiamos as pessoas onde lá fora não apoiam.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por exemplo...

O Orador: O sistema de reembolsos por exemplo, Sr. Deputado.

Queremos é um setor público forte, queremos o convencionado a trabalhar para resolver problemas, mas ainda temos a possibilidade de apoiar as pessoas que

optam pelo setor privado e vão fazer os seus reembolsos o que não acontece lá fora no continente.

Os açorianos sabem que isto acontece.

Quando há pessoas que não são daqui dos Açores e vêm viver para cá percebem a diferença, porque lá recebem nada, zero, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já receberam mais!

O Orador: ... e aqui o Governo Regional com esforço apoia as pessoas que recorrem ao setor privado.

Nós temos políticas diferentes.

Que dão prioridade ao setor privado? Não!

Nós achamos que o setor privado é importante, mas a nossa opção e a nossa prioridade é o setor público para que toda a gente, os mais frágeis, os mais debilitados tenham a mesma qualidade, a mesma segurança nos tratamentos nas instituições públicas dos Açores.

Quando dizem que não há prioridade na saúde, que o Governo não tem, basta só olhar para o orçamento que foi apresentado no ano passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E para a dívida também!

O Orador: Mais 85 milhões para a saúde. O Governo tem isso como prioridade, sempre teve como prioridade. É isto que faz com que os açorianos deem a confiança ao Partido Socialista nas várias eleições que têm feito aqui nos Açores.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não em todas as ilhas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quando dizem as propostas que nós fizemos, as recomendações. Nós temos esse dever.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão não está na bancada.

Nós fazemos de forma certa. Entregamos ao Governo para refletirem, sobretudo para avaliarem as nossas propostas, porque têm mais dados que nós muitas vezes para decidirem o que se pode melhorar e aperfeiçoar.

Isto é que é o nosso dever como deputados. É como políticos melhorar a qualidade e a segurança da prestação dos cuidados dos açorianos. Essa é a nossa função.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso que nós estamos aqui ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a saúde nos Açores, nos últimos anos, tem vindo a aumentar a sua qualidade e a sua segurança.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já me começa a faltar um bocadinho e acho que aos açorianos o discurso da quantidade.

Oh, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, com todo o respeito e consideração que lhe tenho, julgo que o que interessa a nós profissionais de saúde (com muito gosto e com muita honra) mais do que a quantidade há de ser ainda a qualidade e quando a qualidade se aliar à quantidade e se conseguir conciliar uma coisa com a outra então aí temos uma medicina verdadeiramente ao serviço do utente, porque o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, que na nossa profissão, na medicina geral ou noutra qualquer especialidade, que se quisermos aviar

(permita-me o termo) cinco numa hora a gente também avia, mas depois esses cinco têm que voltar passado um mês. Depois têm de voltar passado outro mês ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ou um dia!

O Orador: ... e estão a tirar o lugar a 15, enquanto se nós fizermos uma coisa com qualidade se calhar o problema destes cinco fica resolvido e não têm mais que voltar e permitem que outros cinco entrem no sistema.

Julgo que defender a quantidade com a quantidade não é de modo nenhum o que deve ser um Serviço Regional de Saúde.

Mas, oh, Sr. Secretário, já que aceitou umas propostazinhas ali do Grupo Parlamentar do PS, permita-me então aqui que também lhe faça umas propostazinhas. Pode ser que o senhor aceite, não sei!

Pode ser que o senhor aceite!

Oh, Sr. Secretário, vamos cá ver.

Falou-se aqui dos reembolsos e das tabelas.

Portanto, a tabela da fisioterapia, Sr. Secretário, que o senhor quando resolveu fazer alterações dizia que havia dois sistemas: um em São Miguel, outro na Terceira.

Na Terceira o nível de reembolsos, a quantidade de dinheiro, era imensamente superior à de São Miguel.

Ora bem, o senhor acabou com o sistema da Terceira, mas o que não se compreende é porque é que acaba num e depois acaba por fazer no outro exatamente o mesmo sistema que havia numa ilha.

Portanto, queria que o senhor me explicasse essa aparente contradição e se está disponível para repor essa pretensa desigualdade que o senhor dizia que era uma desigualdade e acaba com ela e depois por pressão que o senhor sofreu (aliás, disse nos corredores de um hospital), o senhor volta a pôr no sistema de convenções para a medicina física e reabilitação.

Está disposto a corrigir o erro e aplicar o sistema melhor e a corrigir esta fórmula, Sr. Secretário?

Depois, oh, Sr. Secretário, há aqui coisas que realmente não se percebem. Quando o hospital não dá resposta no sistema de convenções o doente pode fazer uma sessão, duas sessões, três sessões, quatro sessões. Se for pelo sistema de reembolsos e na privada só pode fazer uma série e depois tem que ir a uma junta médica para ver se necessita de fazer outra série. É uma desigualdade.

Está disposto a corrigir essa desigualdade, Sr. Secretário?

E já agora, Sr. Secretário, já que estamos a falar português, acho que o acordo ortográfico entrou em vigor obrigatório, mas também não é preciso exagerar.

O senhor é capaz de nos explicar o que é que quer dizer um lumbago, que eu não sei o que é?

E uma rasgadura que eu também não sei o que é?

E também é capaz de me explicar o que é o manguito rotador do ombro que eu também não sei o que é, Sr. Secretário?

Deputado André Bradford (PS): É melhor não! Não é uma boa ideia!

O Orador: É o que está aqui escrito e é o que está escrito na tabela. Portanto, o manguito rotador do ombro, Sr. Secretário.

É uma proposta que lhe faço. Se também está disponível para alterar estes termos para português, passar manguito para o devido português ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral explica isso!

O Orador: ... e pôr os termos corretos aqui, Sr. Secretário.

O senhor confirma estes termos todos, estão na sua Portaria n.º 52, e se está disponível?

Porque essa coisa do manguito dar um lombar e a seguir acontecer uma rasgadura pode ser uma coisa muito complicada, Sr. Secretário.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Talvez seja necessário a gente corrigir mesmo isso para português correto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário vai explicar a rasgadura e o manguito!

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Começaria por responder de uma forma muito direta às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Luís Maurício e dizer que é com alguma estranheza que vejo o Sr. Deputado Luís Maurício falar deste assunto com uma moral como se o PSD tivesse sobre esta matéria uma propositura diferente.

Tal como o Sr. Deputado Artur Lima já me corrigiu por duas vezes, é apenas na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira que existe esse sistema de reembolsos.

Como sabe a nível nacional, no Governo do PSD/CDS-PP não existem reembolsos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Madeira por acaso é PSD!

O Orador: ... ou seja, os açorianos, tal como o Sr. Deputado Ricardo Cabral fez questão de destacar, e os madeirenses são os únicos do país que têm acesso a um sistema de reembolsos e ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Madeira ainda é PSD, Sr. Secretário!

O Orador: ... por isso é importante e parece-me que aqui é importante realçar o esforço que o Governo Regional faz nessa matéria de paralelamente à

manutenção de sistema público, à manutenção de um sistema convencionado, ter também um reembolso a um sistema privado de saúde que é feito por escolha do próprio utente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não, não! Está enganado!

O Orador: Devo dizer, Sr. Deputado, que na intervenção que fez foi buscar os preâmbulos ou terá ido buscar o artigo 1.º das anteriores portarias de reembolsos e estranhamente não leu o artigo 1.º da atual portaria de reembolsos que diz (tal como o Sr. Deputado diz que existia nas anteriores) que “os açorianos não beneficiários de subsistemas que por sua iniciativa recorram à prestação de cuidados de saúde em serviços privados podem ser reembolsados.” Ou seja, Sr. Deputado, não percebo a analogia que fez ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Já lhe vou explicar a seguir!

O Orador: ... com as duas anteriores portarias quando esta portaria tem exatamente o mesmo texto.

Em relação à capacidade do serviço público poder ou não poder dar resposta, ou não ter resposta atempada para os seus utentes, devo lembrar, Sr. Deputado, que a única diferença que talvez tenhamos sobre esta matéria é que na nossa perspetiva o recurso ao sistema privado deve ser feito de forma convencionada e não de forma livre.

Os açorianos continuam a recorrer ao sistema privado quando o sistema público não dá resposta. Só que neste caso, Sr. Deputado, temos o registo claro e concreto que o sistema público não está a dar resposta e a partir desse registo que não há resposta no sistema público encaminhamos os doentes para o sistema convencionado. Não deixamos os doentes à sua sorte à procura de um sistema que lhes dê resposta privada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah não! Tem que voltar à Graciosa para ouvir mais algumas coisas!

O Orador: E se houver necessidade de encaminhamento para o sistema privado é feito através do sistema público de saúde.

Em relação a alguns itens que o Sr. Deputado de vez em quando refere que foram retirados da Portaria é importante perceber porque é que foram e é importante perceber qual a visão do Governo sobre essa matéria, Sr. Deputado, e uma delas é a colonoscopia.

Porque é que a colonoscopia não aparece no sistema de reembolso, Sr. Deputado?

Por um simples facto: a Região Autónoma dos Açores está a apostar num rastreio organizado populacional da neoplasia do cólon e reto em que é feito um rastreio a toda a população e na necessidade de ser feita uma colonoscopia, essa colonoscopia é feita no sistema público de saúde.

Logo se há uma necessidade de colonoscopia em algumas situações ...

Deputado Luís Maurício (PSD): E a endoscopia? Há rastreio ao cancro do estômago? Também há?

O Orador: ... é por aí, é através de uma boa e rigorosa ... Até no seguimento das normas de orientação clínica, como o Sr. Deputado Artur Lima ou como o Sr. Deputado também defendeu, que é através de um sistema organizado de rastreio que devem ser feitas as colonoscopias e não de forma livre por decisão ou do próprio, ou do médico.

Por isso, Sr. Deputado, há aqui uma contradição relativamente aquilo que disse.

Deputado Luís Maurício (PSD): Há, há!

O Orador: Ou seguimos as normas de orientação clínica, ou seguimos as boas práticas clínicas nesta matéria, ou permitimos que haja reembolsos livres nas colonoscopias.

Em relação à diferença que o Sr. Deputado muitas vezes refere nos valores dos reembolsos, das análises dos reembolsos para o sistema convencionado, o Sr. Deputado esquece-se de um pequeno pormenor: esses valores muitas vezes

refletem aquilo que é a taxa moderadora que os utentes no sistema convencionado têm que pagar no privado ao qual decorrem e por isso há alguma diferença entre os valores, porque se fossem as tabelas idênticas, um utente que fosse ao sistema privado estaria beneficiado relativamente a um utente que fosse a um sistema convencionado e tivesse que pagar a taxa moderadora das suas análises e se for ver, Sr. Deputado, vai ver que é esse o valor que muitas vezes faz a diferença entre as duas tabelas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é, não!

O Orador: Presumo que o Sr. Deputado provavelmente pensa como eu, que não deve haver diferenças de valores relativamente aos utentes, quer de um lado, quer do outro.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas há! Há muitas diferenças!

O Orador: Para esclarecer aqui um assunto que é um pouco à margem desta discussão, mas que me parece também importante esclarecer e que já foi por várias vezes levantado relativamente às fraldas no Serviço Regional de Saúde.

Aquilo que a Inspeção Regional de Saúde tem que fazer sobre essa matéria é identificar os factos e transmiti-los ao Ministério Público. Isso foi feito pela Inspeção Regional de Saúde. Não é a Direção Regional de Saúde, não é a Secretaria Regional da Saúde que fazem o julgamento em praça pública de cada uma das situações identificadas pela IES.

Aquilo que nós damos nota é que foram identificadas situações, foram; dentro da ordem de montantes que nós referimos são essas situações que foram reportadas ao Ministério Público.

É o Ministério Público, é o sistema de justiça português, que tem de dar resposta de uma forma clara a essas situações e julgar os factos que lhes foram apresentados pela Inspeção Regional de Saúde.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão (não está, mas irá certamente ouvir), ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Passe à frente!

Deputado André Bradford (PS): Lê nos Diários!

O Orador: ... relativamente àquilo que são as propostas de cada um dos partidos e a forma com que nós podemos ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, estou a dirigir-lhe a palavra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, depois não se pode queixar que os Membros do Governo não estão aqui para lhe dar resposta às suas questões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem razão!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ora bem!

O Orador: Foi feita aqui uma intervenção direta, foi feita aqui uma interpelação a um Membro do Governo, o Membro do Governo está a tentar responder ao Sr. Deputado e o Sr. Deputado por acaso não estava na sala.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Isto para lhe dizer o quê, Sr. Deputado?

Obviamente este pequeno episódio não é paradigmático daquilo que se passa habitualmente nesta Casa, mas é também para responder que os Membros do Governo às vezes também têm estas necessidades tal como o Sr. Deputado aqui revelou.

Em relação à questão da Portaria ou à relação da participação deste Parlamento nesta discussão, permita-me lembrar-lhe que se trata de uma Portaria, que é um documento legislativo da competência do Governo e é dentro desse âmbito que nós como Governo aceitamos as recomendações, ou os pareceres, não só dos partidos políticos, Sr. Deputado, de qualquer entidade que resolva de uma forma construtiva colaborar connosco na melhoria destes diplomas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, relativamente aos dois sistemas diferentes de reembolsos entre São Miguel e Terceira aquilo que disse na altura (e permita-me que esclareça aqui) é que o sistema de reembolsos (o sistema de

reembolsos e não o convencionado) vigorava de duas maneiras diferentes entre as duas ilhas.

Na ilha de São Miguel eram os próprios utentes que iam ao centro de saúde buscar o reembolso e na ilha Terceira eram os prestadores do serviço que iam ao centro de saúde buscar a comparticipação do centro de saúde por todos os utentes aos quais tinham prestado o serviço e foi essa a alteração que nós fizemos. Uniformizámos porque nos parece que deve ser uniforme para todas as ilhas do arquipélago, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não é?

O Orador: ... independentemente do sistema que esteja montado esse tipo de prestação.

Aquilo que o Sr. Deputado provavelmente nos está a querer referir é que na ilha de São Miguel e na ilha do Faial o hospital abriu um sistema convencionado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso mesmo!

O Orador: É isso que o Sr. Deputado me está a querer referir e aquilo que lhe posso responder é: é uma decisão própria do órgão de gestão do hospital e é assim que funciona o sistema convencionado. De acordo com aquilo que é a sua perspetiva de poder ou não fornecer o serviço aos seus utentes e se acha que não tem capacidade de o fazer, abre convenções para o poder fazer dentro do sistema privado.

O Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira tem toda a capacidade, como teve o Hospital do Divino Espírito Santo, como teve o Hospital da Horta de abrir uma convenção nesta área caso assim o considere necessário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É exatamente isso!

O Orador: Em relação ao lumbago, à rasgadura e ao manguito rotador do ombro, Sr. Deputado, infelizmente não lhe posso aceitar essa sugestão ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: ... por uma razão muito simples e passo-lhe a explicar.

Essa denominação, essa listagem é a listagem oficial, publicada pela ACSS para Portugal e validada pela ACSS para Portugal.

A tradução do ICD9 assim está feita para Portugal e é essa a tradução oficial em uso até nos sistemas de informação do próprio país e por isso um código responde a uma designação e sendo essa a designação oficial para o país nós não podemos alterar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Secretário, ausentei-me 30 segundos. Em sete anos de presença aqui no Parlamento não faltei um único dia do plenário. Um único dia!

Portanto, não há ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O seu relógio deve precisar de pilha!

O Orador: Não é verdade?

Deputado Francisco César (PS): Tem a certeza disso, Sr. Deputado?

O Orador: Tenho a certeza absoluta. Não faltei um único dia da realização dos plenários aqui no nosso Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): Vai ter que pedir desculpa!

O Orador: Se estiver enganado é um lapso, mas tenho (já me estão a deixar na dúvida!) quase a certeza absoluta que não faltei um único dia.

Deputado Francisco César (PS): Por acaso faltou!

O Orador: Portanto, assiduidade é comigo. Sempre foi em todas as tarefas e funções que desempenhei na nossa sociedade.

Devo dizer o seguinte: o Sr. Secretário não percebeu aquilo que lhe tinha dito. Obviamente que estamos a falar de uma portaria, mas obviamente que aquilo que lhe transmiti aqui no âmbito do assunto que tenho focado recorrentemente, que tem a ver com a desvalorização por parte do Governo em relação ao Parlamento que é evidente, as provas acumulam-se, é que esse debate deve ser realizado aqui.

Portanto, se o Partido Socialista tem alterações para sugerir, deve-se discuti-las aqui.

Veja bem. Isso é o normal nas democracias parlamentares.

Como é que funcionava em anteriores sistemas, por exemplo, em sistemas corporativos?

Os sistemas corporativos funcionavam assim, ou seja, as recomendações eram enviadas internamente através da Assembleia Nacional para o Governo à nação. Isto é uma democracia. Portanto, isto significa que mesmo as sugestões do partido governamental devem ser debatidas no âmbito do Parlamento e este é que é o caminho normal e não o contrário.

Porque veja bem: se a moda pega, nós temos um conjunto enorme de competências e de portarias que passam a ser discutidas não na sede da democracia açoriana, mas sim internamente entre o Governo e o Partido Socialista.

Daqui a pouco pergunto o que é que nós estamos aqui a fazer? Não é?

Porque é evidente que esse não é o comportamento correto.

Se o Grupo Parlamentar (e falo do grupo parlamentar) do Partido Socialista (o grupo, outra coisa são os partidos, mas o senhor referenciou o grupo) tem alterações para lhe sugerir, obviamente que tem instrumentos regimentais para apresentar aqui neste Parlamento e que isso se discuta de forma transparente e democrática, porque isto não é uma estrutura política corporativa. Não estamos aqui a falar do integralismo lusitano. Estamos aqui a falar no âmbito de uma

democracia e as coisas numa democracia funcionam em debate parlamentar e em debate livre e transparente e não de forma orgânica como o senhor agora refere preferir.

Os senhores começam a acumular um conjunto de práticas que são práticas com muita história ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estalinistas!

O Orador: ... no nosso sistema parlamentar, mas nós há 40 anos fundámos uma democracia que age de forma diferente e nos Açores tem de permanecer assim.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Vamos por partes.

A Portaria e o n.º 1 das três portarias, a de 2005, a de 2011 e a de 30 de julho de 2014 que estamos aqui a assinalar.

É evidente que todas elas dizem que o doente tem direito ao reembolso.

Agora, a grande diferença, Sr. Secretário (e eu não deixo passar isso em claro, a sua capacidade com alguma habilidade de me tentar iludir), ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! O Sr. Secretário não é capaz disso!

O Orador: ... é que até dia 30 de setembro de 2014 não havia limites aos reembolsos. A diferença entre o n.º 1 das três portarias é que nesta portaria V. Ex.^a e o seu Governo limitam os reembolsos. Essa é que é a verdade.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor foi apanhado, Sr. Secretário!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não nos queira iludir, Sr. Secretário Regional.

Depois, a Via Açoriana, o lá e o cá, lá não se fazem reembolsos, aqui é que se fazem.

Oh, Sr. Secretário Regional e Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, a questão não é essa.

Deputado José San-Bento (PS): Ah, é!

Deputado Ricardo Cabral (PS): É, é!

O Orador: A questão é que esta Via Açoriana tem que ser utilizada para se fazer aqui diferente do que se faz nos outros sítios, mas não é isso. Não, Sr. Secretário Regional!

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Os reembolsos!

O Orador: É que antes não havia limitações e agora há limitações.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a diferença. Não é o lá e o cá, Sr. Secretário, porque se houvesse até ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Há o lá e o cá!

O Orador: Não, não, não, Sr. Secretário Regional!

É que até dia 30 de setembro de 2014 os seus antecessores nunca colocaram limitações aos reembolsos. Nunca eliminaram como o senhor elimina aqui avaliações básicas e exames básicos da capacidade de serem reembolsados.

Essa é que é a diferença. É que antes era possível reembolsar e agora não é possível.

A Via Açoriana foi utilizada a partir de 1 de outubro de 2014 para dificultar o acesso dos açorianos aos cuidados de saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a questão, Sr. Secretário.

Relativamente ao acesso ao sistema público, o Sr. Secretário aqui também tentou iludir, novamente reafirmando que o sistema público responde a tudo e quando não responde, o sistema convencionado, isto é, as entidades com as

quais os senhores contratualizam para prestar um serviço de fisioterapia, um TAC, um conjunto de análises, respondem.

Oh, Sr. Secretário, mas o senhor tem de ser honesto intelectualmente. Tem que dizer aqui que só têm acesso ao sistema convencionado quem entra pelo sistema público. O sistema privado não pode (e no meu entender bem) enviar diretamente para o sistema convencionado. O que quer dizer também que o sistema público só permite o acesso ao sistema convencionado desde que o cidadão entre pelo sistema público e o sistema público (repito!) não dá a resposta integral aos cidadãos dos Açores ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e é errado os senhores pensarem que o recurso à medicina privada é uma opção dos cidadãos. Isto é falso!

Deputado André Bradford (PS): Não é!

O Orador: É uma obrigação em muitas circunstâncias e ao esforço que os cidadãos fazem para terem saúde nas entidades privadas, os senhores castigaram com a possibilidade desde o dia 1 de outubro de 2014 desses mesmos açorianos que para além da consulta, terem de pagar os exames a que são sujeitos para reaverem a sua saúde. Essa é que é a verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Nós não propomos na nossa iniciativa voltar ao passado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Volta ao passado!

O Orador: O que nós propomos é que essa Portaria seja suspensa e que um novo regime seja implementado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Estamos de acordo!

O Orador: ... e que até lá evidentemente não se crie um vazio e se aplique aquilo que até então estava em vigor, mas o novo regime tem que passar por um conjunto de premissas que eu identifiquei. Exames que são pagos pela região no setor convencionado têm que ser reembolsados no setor privado.

Todos os exames que são prescritos no setor convencionado têm a possibilidade, ou deverão ter a possibilidade de serem prescritos e reembolsados no setor privado.

O preço que o senhor fixa e que o senhor paga às entidades com as quais o senhor contratualiza tem que ser o mesmo preço que deve estar contido na tabela dos reembolsos.

Essas são claramente as nossas propostas, Sr. Secretário Regional.

É evidente, Sr. Secretário, que lhe queria dizer nesta intervenção, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma última afirmação.

O Governo existe para governar e o Parlamento existe para fiscalizar.

Deputado Francisco César (PS): Legislar! Legislar entre outras coisas!

O Orador: Agora o que é preciso é resistir à tentação, Sr. Secretário Regional, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de governar no Parlamento.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra. Dispõe de cerca de dois minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Oh, Sr. Secretário, muito rapidamente sobre o seguinte.

Nós defendemos que os reembolsos devem ser aumentados porque foram introduzidas nos Açores taxas moderadoras e essas taxas moderadoras devem servir para beneficiar os utentes e não para financiar o sistema de uma forma abstrata e pagar algumas dívidas que nós não sabemos como.

Portanto, elas estavam predestinadas ou destinadas a pagar os tratamentos de radioterapia que ainda hoje não acontecem, mas isso era outra discussão.

Agora, oh, Sr. Secretário, vamos lá ver uma coisa.

O Governo existe para governar, para criar as condições de igualdade de acesso ao Serviço Regional de Saúde, portanto, se há uma unidade de saúde que está divergente das outras, o Governo tem de pegar nessa unidade de saúde e pô-la no caminho convergente, de modo a que todos tenham os mesmos direitos e o mesmo acesso à saúde. Se o hospital da Terceira está fora dessa convergência compete ao Governo dar indicações à administração para que faça o mesmo sistema de convenções que tem o Hospital da Horta e o Hospital de Ponta Delgada.

Está ou não está disponível para fazer esta sugestão, dar esta instrução, ou o que lhe queira chamar ao Conselho de Administração do Hospital de Angra?

Ou então o senhor está a discriminar efetivamente utentes que são servidos por aquele hospital de referência.

E já agora, Sr. Secretário, também se está disponível para acabar com as taxas moderadoras naquilo que não é dependente da vontade do doente?

Dou-lhe um exemplo: quando vai a uma urgência e lhe é prescrito uma série de análises para fazer, não é de sua vontade ir consumir aquilo, portanto, ninguém o pode moderar, porque é um médico que o prescreve, se está disponível a acabar com isso na tabela de taxa moderadora?

Se está disponível também para acabar com essa taxa moderadora naquilo que não é dependente da vontade do doente, ou seja, por exemplo, nas análises clínicas?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

Respondendo talvez, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Luís Maurício sobre a visão que o Governo tem sobre esta matéria, penso que ficou, Sr. Deputado, dois aspetos.

Em primeiro lugar, estamos aqui a falar de um benefício que os açorianos têm e que quem vive no continente não tem.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima já me fez por várias vezes questão de relembrar que a nossa outra Região Autónoma tem o mesmo sistema de reembolsos, no entanto, no continente não existe e isso é um benefício de quem vive na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Muito bem!

O Orador: Querer passar isto para segundo plano, porque aumentou, porque reduziu, porque de alguma forma alterou o sistema que estava em vigor, Sr. Deputado, é querer esconder esta realidade. Os açorianos têm este benefício em detrimento do continente e nesse aspeto, porque é um aspeto social e é um aspeto pelo qual este Governo, apoiado por este grupo parlamentar, se debate, nos parece que era fundamental manter, tal como tivemos, no entanto, regulamentá-lo de forma a que fosse justo para todos. Por isso, Sr. Deputado, parece-nos que fica claro que há uma intenção do Governo em continuar a apoiar as açorianas e os açorianos.

Relativamente ao que foi dito pelo Sr. Deputado Luís Maurício ao Sr. Deputado Artur Lima e àquele que foi o desafio que fez nesta diferença que há entre as diferentes instituições, devo talvez explicar um pouco melhor esta questão ao Sr. Deputado e dizer-lhe que nem todas as unidades de saúde da região têm o mesmo tipo de prestação de convenções associada ou regulamentada com entidades privadas, isto porque vai de acordo com aquilo que é a capacidade de resposta de cada uma dessas entidades para uma determinada área. Se essa área, se essa entidade ou se essa unidade tem a noção ou afirma, aquilo que o Governo tem de fazer sobre esta matéria é fiscalizar o acesso e não esta questão se tem ou não tem convenções. Se essa entidade considera que os seus utentes estão servidos dentro de uma outra iniciativa que o Governo teve que foi o estabelecimento dos tempos máximos de resposta garantidos, não há necessidade de essa entidade fazer convenções, porque dá resposta aos seus utentes ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não dá!

O Orador: ... dentro dos tempos máximos de resposta garantidos.

Aquilo com que eu me comprometo para consigo, Sr. Deputado, nesta matéria, é fiscalizar os tempos máximos de resposta garantidos dentro do Hospital Santo Espírito da ilha Terceira ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos embora!

O Orador: ... e se estiver fora daquilo que está preconizado para esta área da medicina física e reabilitação exigir ao hospital que faça as convenções para que isso fique resolvido.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conheço quatro casos que estão à espera há muito tempo!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício, dispõem de muito pouco tempo, cerca de um minuto.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para mais uma vez reafirmar o princípio da Via Açoriana.

O Sr. Secretário Regional insiste em comparar aquilo que aqui se faz com aquilo que se faz no Serviço Nacional de Saúde.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Claro!

O Orador: Evidentemente! Olhe, no Serviço Nacional de Saúde, Sr. Secretário Regional, opera-se em quatro meses. O senhor aqui obriga os açorianos a esperar três anos para serem operados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: No Serviço Nacional de Saúde graças a uma reforma dos cuidados primários de saúde (justiça seja feita, iniciada por um governo socialista e prosseguida por todos os outros que vieram de forma consecutiva) foram criadas centenas de unidades de saúde familiares cobrindo mais um milhão de portugueses na área dos cuidados primários.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Quantos utentes sem médico?

O Orador: O senhor aqui insiste em contratar gente sem qualificação, sem capacidade de dar resposta eficaz aos açorianos nos centros de saúde. Nem especialista de medicina geral e familiar o senhor consegue contratar.

Olhe, e lá fora, Sr. Secretário Regional, a propósito das taxas moderadoras ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... foi um governo do PSD que aboliu os 5€ diários que o seu Ministro Correia de Campos procurava aplicar a partir do 11.º dia de internamento.

É isso que se fez lá fora e o que se fez cá foi abolir o sistema de reembolsos que não tinha qualquer limite para um sistema de reembolsos que permite apenas e só um reembolso em cada ano civil.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Grande volta!

O Orador: A Via Açoriana foi utilizada por si e pelo PS para limitar o acesso dos açorianos aos cuidados de saúde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (*PS*): É bom que os açorianos saibam que o senhor defende este Governo da República!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ele já não é cabeça de lista!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Grande volta! É impressionante!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos continuar com os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Luís Maurício pede a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista acabou de chumbar nesta Casa um Projeto de Resolução que permitia aos açorianos poderem usufruir de uma capacidade de reembolso que até dia 30 de setembro de 2014 usufruíam.

O Partido Socialista chumbou este Projeto de Resolução num princípio de que os açorianos tinham acesso integral no sistema público dos cuidados de saúde.

O Partido Socialista chumbou este Projeto de Resolução neste Parlamento porque partiu do princípio que o recurso dos açorianos aos cuidados privados de saúde eram uma opção e não uma obrigação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Isso é uma declaração de voto?

O Orador: O Partido Socialista neste Parlamento chumbou esta resolução porque achou que a Via Açoriana para a saúde era limitar os reembolsos no setor privado, não só em termos de número em cada um dos anos civis, mas também relativamente aos exames nele contidos.

O que o PSD procurou aqui fazer foi mais uma vez defender os mais frágeis, defender aqueles que não têm capacidade económica para no sistema privado obterem uma resposta que o sistema público não dá.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez nesta Casa discutimos a saúde e discutimos orientações políticas diferentes.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem a sua Via Açoriana no reforço do setor público, fazendo tudo para que a qualidade e a segurança sejam feitas nas instituições públicas, com um aumento das infraestruturas, um aumento das consultas, um aumento da qualidade, em detrimento da orientação política do PSD que é a privada.

Aí, nós entendemos que a privada é importante, mas tem que ser regulada para não haver distrações e não haver situações menos agradáveis para a saúde da região.

As orientações são diferentes, os açorianos sabem das diferenças, por isso é que refletem e quando votam, votam nessas diferenças.

Tenho dito.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(A Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos no ponto sete da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/X – “Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores”.**

Para apresentação do diploma dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todo o processo de utilização e aproveitamento de recursos naturais, desde a sua prospeção e revelação até à sua exploração e cessação, tem múltiplas especificidades e interesses por vezes conflitantes.

Estes pressupostos, associados aos naturais constrangimentos do sistema insular, exigem nos Açores, por maioria de razão, um adequado planeamento e gestão.

O planeamento e gestão de recursos minerais é um processo particularmente complexo, pois a exploração incide sobre recursos do subsolo não renováveis à escala humana e distribuídos geograficamente em função de condições territoriais e geológicas.

Nesse sentido, o Governo dos Açores propõe hoje à Assembleia Legislativa Regional um Instrumento de Gestão Territorial que abrange todo o arquipélago, e tem um carácter inovador no nosso País, pois não existe nenhum plano semelhante a nível nacional.

Carácter inédito que explica o tempo dedicado ao estudo e elaboração do Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores, que passarei a designar por PAE.

Esta iniciativa decorre do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, e tem por objetivo o ordenamento e gestão integrada das áreas de exploração de recursos minerais não metálicos, conhecidos por pedreiras e saibreiras.

O diploma que propomos reflete, assim, a estratégia regional para o sector extrativo, assente em três propósitos:

Em primeiro lugar, a maximização do aproveitamento dos recursos minerais não metálicos da Região;

Em segundo lugar, a integração e valorização territorial desta atividade económica;

E em terceiro lugar, a compatibilização da atividade extrativa e do desenvolvimento socioeconómico com valores ambientais e paisagísticos.

Nesse sentido, o PAE está organizado em quatro grandes áreas territoriais, áreas que passo a elencar e sumariamente a explicar:

Em primeiro lugar, são definidas as áreas de gestão, que correspondem às zonas preferencialmente destinadas à extração de recursos minerais não metálicos, e cuja delimitação e demais normativo aplicáveis terão de ser transpostas para os Planos Municipais de Ordenamento do Território ou Planos Especiais de Ordenamento do Território.

Em segundo lugar, as áreas de integração ambiental e paisagística, que correspondem a zonas associadas a valores ambientais e patrimoniais em que há explorações e ainda outras em laboração.

Nestes casos, a extração de massas minerais ativas licenciadas continuará a sua atividade até ao termo da respetiva licença, que implica posteriormente um Plano Ambiental de Recuperação Paisagística, após a sua cessação, isto para que a nossa paisagem não fique desfigurada.

Após essa recuperação paisagística e ambiental não será permitida a emissão de novas licenças.

E sobre este ponto permitam-me sublinhar que não há oposição dos industriais. Obtivemos, no decurso do Plano, consenso, uma posição que deve e merece ser publicamente reconhecida pela sua responsabilidade ambiental e social.

Já os Espaços não interditos à atividade extrativa, que também fazem parte deste Plano, são áreas que não apresentam interdições e condicionantes à atividade designadas no âmbito do PAE ou outras interdições adicionais

decorrentes de instrumentos de gestão territorial e da legislação em vigor, mas que nunca foram exploradas para este efeito, como por exemplo acontece no concelho do Nordeste, na ilha de São Miguel.

Nesses espaços, é possível o licenciamento desde que o explorador comprove que é incomportável transportar os inertes desde a área de gestão e apresente um estudo socioeconómico e um estudo ambiental.

Trata-se, portanto, de uma cláusula de salvaguarda que confere a este diploma a flexibilidade e dinamismo que entendemos dever ter.

Nesse sentido, aliás, o diploma prevê ainda um Mecanismo de reforço limitado. Ou seja, está prevista a possibilidade de delimitação de novas Áreas de Gestão, expansão ou realocização das áreas atuais existentes.

O recurso ao mecanismo de reforço limitado é da responsabilidade das entidades da administração pública competentes em matéria de ordenamento do território e em matéria da regulamentação, licenciamento e fiscalização da atividade industrial, e que apenas pode abranger espaços não interditos à atividade extrativa.

Por fim, são ainda definidos os espaços interditos à atividade extrativa.

Nestes, como o próprio nome indica, aplicam-se restrições às atividades extrativas, por serem, por exemplo espaços da Rede Natura ou outras áreas classificadas.

Termino, destacando que para a elaboração do PAE foi contratada, na sequência do concurso público, a empresa DHV associada à empresa Simbiente Açores.

Ambas entenderam solicitar a coordenação da Universidade dos Açores, coordenação esta que foi feita através do Professor Doutor Virgílio Cruz, ao longo dos trabalhos, como coordenador geral dos trabalhos.

A proposta de Plano elaborada foi remetida a todas as autarquias da Região para emissão de parecer prévio ao período de discussão pública que se realizou de 27

de maio a 12 de julho de 2013, tendo sido promovidas sessões de esclarecimento ao público em todas as ilhas.

Indo além daquilo que a legislação obriga em matéria de discussão pública, foram ainda realizados *workshops* em todas as ilhas da nossa Região.

Aliás, todo o processo de elaboração do PAE foi acompanhado e aprovado por uma Comissão Consultiva que englobou diversos departamentos do Governo dos Açores em matérias de Ambiente, licenciamento das atividades de prospeção e exploração de massas minerais, Turismo, Recursos Florestais, Equipamentos e Transportes Terrestres, Organização e Administração Pública e, ainda, da IROA, do Laboratório Regional de Engenharia Civil, da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, da AICOPA e de uma organização não-governamental na área do Ambiente.

Foi ainda realizada uma avaliação ambiental estratégica que tem um nível macro quando comparada a um estudo de impacto ambiental.

Esta é a nossa forma de trabalhar, com seriedade e para que os Planos elaborados sejam efetivamente uma ferramenta que melhore a qualidade de vida dos Açores e contribua para o desenvolvimento sustentável.

Consideramos, pois, que esta proposta além de técnica e cientificamente fundamentada, resultante de uma alargada auscultação pública e envolvimento de entidades, é igualmente merecedor de consenso nesta Casa, permitindo assim, na nossa Região, a conciliação sustentável de uma importante atividade económica com a essencial proteção ambiental e paisagística na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Este é de facto um diploma importante e estruturante para a região.

Era efetivamente hora de proceder à regulamentação de um setor tão importante e ao mesmo tempo sensível, como é o caso das atividades extrativas.

Esta é uma temática complexa, densa, muito técnica e de difícil análise.

Por isso, aqui, também elogio o esforço e disponibilidade por parte do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, na prestação de todas as informações e esclarecimentos que foram solicitados pelos Deputados nos trabalhos da Comissão Parlamentar.

Percebe-se a preocupação paisagística e ambiental, bem como a vontade de promover equilíbrios entre esta e as atividades económicas que requerem o recurso à atividade extrativa.

No entanto, temos algumas dúvidas.

Este diploma regulariza a situação de quem já está no setor, mas pode fechar portas a novos investimentos ou investidores, o que pode levar ao aparecimento de monopólios e posições dominantes de mercado, favorecendo quem já está instalado no setor das atividades extrativas, mesmo sabendo que se prevê uma redução da pressão da construção civil sobre a extração de inertes nos próximos anos, fruto do abrandamento ao nível das grandes obras.

Há aqui vários interesses em jogo, como em todas as áreas, diga-se, sendo este um tema claramente delicado e que requer um tratamento cuidado.

Há ainda uma importante questão a salientar que é da reparação paisagística e ambiental das zonas de extração que já não estejam a ser utilizadas ou que passem a estar em situação ilegal.

O modo como essa recuperação vai ser feita é remetido para a regulamentação do diploma que só será realizada depois da aprovação do mesmo.

Como tal, é importante que durante esse período de regulamentação sejam tidas em conta possíveis dificuldades ou impossibilidades por parte de alguns proprietários de terrenos de proceder à regularização paisagística e ambiental.

Portanto, têm que ser encontrados mecanismos para que esse trabalho de recuperação seja feito nos casos em que o proprietário se recusa fazê-lo ou não tenha condições, ou que não possa efetivamente proceder a esse trabalho, que será um trabalho difícil e também dispendioso.

Por outro lado, se este diploma quer regular atividades extrativas, ao mesmo tempo atrai para as competências municipais e para os mecanismos de reforço limitado um poder de flexibilização que, se permite por um lado agilizar procedimentos, também pode vir a desvirtuar o espírito do diploma, que é: o diploma regula e as competências municipais e os mecanismos de reforço limitado desregulam aquilo que o diploma pretende regular.

São dúvidas que mantemos e todos sabemos que é mais fácil legislar do que implementar e fiscalizar o cumprimento de uma lei nova.

O PSD vai, no entanto, apesar destas dúvidas e destas reticências que aqui mantemos, votar favoravelmente este diploma, mas reserva-se, no entanto, no direito de mais tarde e se necessário for, voltar a trazer esta temática a debate e propor as alterações devidas caso se venha a verificar que o diploma tal como for aprovado não sirva a 100% os interesses da região e os objetivos a que hoje se propõe.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional:

Um Plano de Ordenamento de Território para as atividades extrativas, que venha conciliar a atividade económica da exploração de recursos inertes com os valores paisagísticos, salvaguardando ao mesmo tempo as questões ambientais, constitui sem dúvida, um instrumento de gestão do território importante para a Região.

Um documento desta natureza deve ser objetivo, preciso, rigoroso, e de interpretação clara e inequívoca, no entanto, e uma vez que este é um plano sectorial que deriva necessariamente do PROTA, que é em si subjetivo, em algumas partes enviesado, e que em se baseia em documentos algo conflituosos, está à partida concionado.

E a prova disso, é que a proposta aqui em discussão, peca exatamente por suscitar algumas dúvidas, desde logo no que se refere aos mecanismos de reforço limitado, cuja percentagem é calculada com base num fator de ponderação, que resulta numa análise da evolução do sector, simulando um cenário para cada ilha.

Primeiro, desconhecem-se quais foram os pressupostos utilizados para esta análise evolutiva do sector ilha a ilha.

Depois, desconhece-se se estas áreas, que criam a possibilidade dum reforço de licenciamento de novas áreas de extração, localizadas fora das áreas de gestão, garantem que exista de facto, áreas adicionais com interesse para a extração de inertes, independentemente da percentagem que tenha sido à partida definida.

Porque Sr. Secretário, vinte vezes zero é zero, trinta vezes zero são igualmente zero.

Deputado Manuel Pereira (PS): Ah, é? Que descoberta!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do CDS-PP também tem sérias dúvidas quanto à exequibilidade de alguns aspetos desta proposta, nomeadamente a imposição do prazo de 90 dias, para a adaptação dos planos especiais e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Sras. e Srs. Deputados:

Muitas vezes esta adaptação exige estudos, que além de complexos, o que leva tempo, acarretam custos elevados, que poderão levar à necessidade de recorrer a financiamento. E como todos nós sabemos, existem autarquias que não têm capacidade de endividamento.

Finalmente, e não menos importante, este plano para a atividade extrativa, gera situações, que em determinadas ilhas, levará a que exista apenas uma área extrativa, gerando monopólios altamente penalizadores, uma vez que, como todos nós sabemos, sem a livre concorrência de mercado, os preços deste inertes serão seguramente mais elevados, prejudicando claramente a economia local.

E portanto, o Grupo Parlamentar do CDS-PP continua a ter muitas reservas em relação a esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Lúcia Arruda.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional:

O Bloco de Esquerda saúda esta iniciativa do Governo Regional que pela primeira vez apresentou um Plano de Ordenamento do Território aplicável a toda a região relativamente a um setor da atividade económica que depende da exploração de recursos geológicos e, por isso, provocador de impactos ambientais sérios.

Importa ainda salientar, do nosso ponto de vista, a definição de áreas como passivos ambientais para as quais se perspetiva recuperação e cuja prioridade e celeridade na sua recuperação são de elevada importância o que respeita à preservação ambiental, mas também como reforço da nossa imagem turística.

A apresentação deste documento pela filosofia que tem subjacente, espera o Bloco de Esquerda que inaugure uma nova era na região de concessão de poderes públicos regionais e municipais sobre o território, nomeadamente que se dê mais importância à recuperação do edificado em detrimento da especulação de solos e imobiliária, sendo esta nova concessão movida pela racionalidade de conceitos urbanísticos sustentáveis e não fruto de resultados de qualquer crise económica.

Este crescimento desgovernado tem tido consequências de pressão na necessidade de mais e mais recursos geológicos, com as consequentes mazelas ambientais que todos nós conhecemos.

Por isso, fazemos voto que a apresentação deste diploma seja a concretização de uma nova política de gestão territorial e urbana na região e que este diploma ganhe vida para além das boas intenções que o norteiam.

Em consonância, o Bloco de Esquerda votará a favor.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários Regionais:

A generalidade da proposta que nos traz aqui o Governo Regional aponta para alguma flexibilização dos processos e tem, julgo eu e salvo melhor opinião, como objetivo aumentar a oferta e a disponibilidade de materiais inertes, o que, digamos, até devido ao momento de retração no setor, por exemplo, da construção civil, que estamos a atravessar, esta tendência no momento não tem uma grande justificação.

Por outro lado, há aqui algumas reservas que nós temos relativamente a esta iniciativa que o Governo nos traz aqui, desde logo, o facto de poder ser autorizada a extração em zonas da reserva ecológica, que aliás decorre das propostas depois apresentadas em Comissão.

Em relação a esta questão, eu gostava de recordar que já há uma obrigação de reposição das condições ambientais após o fim da extração, mas que isso até nem sequer garante que não se tenha entretanto destruído de forma irreparável algumas espécies vegetais e eventualmente animais.

Portanto, julgo que deve aqui haver, ou devia aqui haver, digamos, mais alguma precaução relativamente a estas questões.

Face a estas dúvidas ou nalguns casos até certezas, a Representação Parlamentar do PCP não poderá dar o voto favorável a esta iniciativa que o Governo nos traz aqui, reconhecendo no entanto que é importante que exista um Plano de Ordenamento do Território para as atividades extrativas, julgamos é que devia haver, digamos, aqui mais algum cuidado relativamente às questões de ordem ambiental.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem agora a palavra.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa região como os Açores, em que a preservação da natureza, dos seus habitats e dos seus ecossistemas é vital para o seu desenvolvimento económico e social, para o desenvolvimento ao nível do turismo de natureza, onde importa valorizar a paisagem e os recursos naturais, a existência de um território bem classificado e definido, em que todas as normas e as regras a aplicar a cada sector de atividade, existem de facto, constitui um aspeto fundamental.

A existência de um planeamento ambiental adequado constitui um instrumento fundamental para se atingir o desenvolvimento sustentável que queremos para as nossas ilhas, onde se definem estratégias, metodologias, regras e normas claras.

Por definição, os Planos Sectoriais são instrumentos de programação e de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território regional, relativos a diversos sectores da administração pública regional autónoma, dos quais se realçam os domínios dos transportes, recursos hídricos, saúde, etc., e onde se inclui os recursos naturais só para nomear alguns.

Neste contexto, realce-se, por exemplo, a criação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, do Plano Estratégico para a Gestão dos Resíduos dos Açores, ou

mesmo a aprovação do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, aprovados nesta Casa há já alguns anos.

Ou seja, o Plano Sectorial que estamos agora a analisar, e que iremos votar, não aparece de um modo isolado, mas sim englobado numa estratégia de planeamento e ordenamento do território que os governos do PS ao longo dos últimos anos têm implementado nos Açores e que simplesmente não existia antes, nomeadamente em termos ambientais.

Hoje em cima da mesa, temos assim a análise de uma proposta de plano sectorial para o ordenamento das atividades extrativas na Região Autónoma dos Açores que permitirá compatibilizar a extração de recursos minerais não metálicos, com a valorização dos componentes ambientais e de paisagem, sem esquecer a componente económica a que está subjacente à atividade industrial de extração de inertes, de forma a que o desenvolvimento desta atividade se realize de um modo sustentável (economicamente) e no respeito dos valores ambientais em presença.

Só deste modo, atingiremos um equilíbrio entre a atividade extrativa e a qualidade ambiental, desejável para o desenvolvimento dos Açores.

Refira-se que este não é um plano que incida diretamente sobre os particulares, pelo que as regras aqui definidas terão que ser vertidas em IGT de classificação inferior, ou seja, nos PMOT e os PEOT, num período máximo de 90 dias a contar da entrada em vigor do Plano de Atividades Extrativas (PAE), conforme aprovado nesta Casa em 2010, sobre proposta também do Partido Socialista, sendo igualmente referido no presente plano quais os moldes de adaptação das regras do Plano Setorial ao nível dos PDM's.

Só após essa adaptação é que teremos um Plano Sectorial de atividades extrativas realmente aplicável ao nosso território.

O diploma que estamos hoje a discutir inclui uma componente bastante técnica, onde são determinadas Normas Gerais, orientadoras e que decorrem da

existência do PROTA, bem como a definição de Normas Específicas por ilha, onde são delimitadas Áreas de Gestão e Áreas de Integração Ambiental e Paisagística.

Por fim, é ainda de referir que este Plano prevê, para cada ilha, a possibilidade de ampliação de áreas de extração, cuja definição do fator de crescimento é dado através da adoção de um Mecanismo de Reforço Limitado e tendo em conta as necessidades atuais e futuras ao nível da extração de inertes, o que cria aqui também um fator de não monopólio desta extração de inertes, porque poderá haver ampliações e a criação de novas áreas de extração ou mesmo a partilha de áreas de extração por várias empresas, o que não criará um efeito monopólio nas empresas de atividades extrativas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devido ao elevado interesse económico que a exploração das massas minerais confere aos industriais da área e para a Região, bem como à sensibilidade do mesmo em termos ambientais, o Governo dos Açores promoveu um amplo debate e discussão da proposta, solicitando pareceres a autarquias e associações de empresários (Câmaras de Comércio, Associações Industriais), dando tempo suficiente para que todos os intervenientes no sector pudessem dar o seu contributo.

Promoveu ainda um período de participação pública bastante alargado, em que os contributos emitidos foram ponderados e tidos em conta na versão final do Plano, tal como se pode verificar quando analisamos o Relatório de Ponderação da Participação Pública disponível do *site* do Governo Regional.

Ao nível da Comissão (CAPAT) foram também solicitados pareceres a todos os conselhos de ilha, tendo-se alargado prazos de receção dos mesmos, de forma a que todos os conselheiros da Região pudessem ter oportunidade de emitir as suas opiniões.

Fizeram-se audições. Todos estes fatores são bem demonstrativos do empenho e dedicação que o Governo dos Açores incutiu neste processo, e que o GPPS vê toda a relevância que aqui sejam realçados.

Esta é, assim, uma proposta de Plano Sectorial em que no seu percurso todas as partes interessadas deram os seus contributos, tendo os mesmos sido incluídos na proposta em análise, sempre que se manifestaram relevantes e pertinentes. Foi, assim, um plano amplamente debatido, chegando a nós, neste Plenário um documento consensual e abrangente a nível das entidades ouvidas.

Tratando-se de um Instrumento de Gestão Territorial importante ao nível da correta gestão do território, que consideramos compatibiliza a atividade extrativa dos recursos minerais com as boas práticas ambientais e com a proteção e conservação da natureza, o GPPS dará o seu voto favorável à iniciativa.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados:

O Bloco de Esquerda, tendo tido conhecimento agora que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume as propostas de diploma em Comissão, vai fazer uma retificação relativamente ao seu voto. Nós vamos abster-nos exatamente pelas razões que passo a explicar e que tem a ver com as alterações feitas em Comissão que o Partido Socialista agora as assume como parte integrante do diploma e que tem a ver com a exceção das reservas ecológicas.

Este é um princípio que nós não podemos prescindir. Portanto, fica aqui explicada a alteração de voto.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu gostaria, nesta minha intervenção, de uma vez mais referenciar o enorme consenso que se gerou à volta deste Plano ao longo da sua elaboração e o reconhecimento que todas as partes envolvidas lhe fizeram de ser um documento que vem regular, sim, a atividade extrativa na região não esquecendo e tendo por ponto de honra, permitam-me dizer assim, a preservação dos nossos valores ambientais.

Passando agora de uma forma mais direta a responder às questões que os Srs. Deputados entenderam levantar neste debate, eu começaria por referenciar as questões que o Sr. Deputado Luís Rendeiro levantou e tentar com uma explicação que me parece plausível, e que o conteúdo e filosofia do Plano refletem, que é o receio de que isto possa patrocinar ou favorecer o aparecimento de monopólios em algumas das ilhas da nossa região.

Eu acho que no diploma estão bem patentes as regras em que tudo isto se vai articular.

Quando se definem áreas de gestão nas ilhas todas em função das disponibilidades de inertes que o Grupo de Trabalho que elaborou este Plano procurou e definiu, e quando se vislumbra ou quando se diz que nestas áreas de gestão podem ser licenciadas as atividades extrativas às várias empresas concorrentes, não se está, obviamente, a limitar ou a direcionar para quem já está no mercado.

Naturalmente que estas que já estão no mercado podem continuar, mas se outras surgirem nestas áreas, se respeitarem as regras que o diploma institui, naturalmente que poderão ser licenciadas e desenvolver a sua atividade com toda a naturalidade.

Relativamente à recuperação paisagística, como muito bem referiu, ainda há necessidade de fazer a regulamentação de alguns pontos, mas devo referir que no Plano que agora estamos a debater, no seu ponto 6 do anexo, e nas normas 64 e seguintes, para além de referir a necessidade da regulamentação destas atividades de recuperação paisagística o diploma contempla um conjunto de regras, um conjunto de normas, são as normas 64 e seguintes, que já indicam os procedimentos que devem ser feitos, tanto os procedimentos da administração pública regional, das entidades licenciadoras, como aqueles que abandonaram estas zonas ou aqueles que já não estão em atividade devem respeitar.

Portanto, reconhecendo que é necessário ainda proceder a essa regulamentação, já existem aqui indicações de como isto deve ser feito, obviamente.

Relativamente ao mecanismo do reforço limitado, o mecanismo de reforço limitado define, em função daquilo que são as características de cada uma das ilhas, as potencialidades em termos de assistência de matérias inertes passíveis de ser exploradas, a tendência dos mercados, a necessidade de cada uma das ilhas que foram devida e detalhadamente avaliadas, definiu percentagens que se situam entre os 10 e os 20%, com exceção do Corvo, que são as áreas que percentualmente podem ser acrescidas às áreas de gestão definidas no diploma.

Devo também referir que na generalidade ou mesmo na totalidade dos casos, as áreas de gestão, definidas em todas as ilhas da região, são superiores àquelas que neste momento estão licenciadas.

Portanto, o diploma só por si já permite alguma expansão, se necessário for, das áreas atualmente em exploração desde que respeitados os condicionalismos ambientais que o mesmo diploma também refere.

Do ponto de vista da exequibilidade e daquilo que a Sra. Deputada Graça Silveira referiu relativamente à questão da adaptabilidade aos Planos Municipais no prazo de 90 dias, isto decorre do regime jurídico...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Da lei?

O Orador: ... da gestão do território. Portanto, é mesmo assim, terá que ser assim e terá que ser um esforço para que esta circunstância seja de facto cumprida.

Numa apreciação final permitam-me dizer que com aquilo que está definido em termos de áreas de gestão no Plano, com aquilo que está definido em termos de mecanismo de reforço limitado percentualmente para as diversas ilhas em função dos indicadores que eu já tive oportunidade de referenciar.

Aquilo que está definido em termos da definição de zonas interditas, das zonas de proteção e todas as circunstâncias afetas a esta matéria, parece-me que temos aqui um diploma respeitador do ambiente e, por outro lado, regulamentador de toda a atividade extrativa que nele está contemplada.

Só para serenar também o espírito do Sr. Deputado Aníbal Pires e da Sra. Deputada Lúcia Arruda, relativamente ao que se refere às zonas da reserva ecológica, eu devo referir que este detalhe surgiu, e ainda bem, da consulta que a CAPAT entendeu fazer aos diferentes conselhos de ilha numa filosofia que desde o princípio da elaboração e discussão deste diploma sempre esteve presente.

Destas consultas surgiu de facto este aspeto e permitiu que se aprofundasse um pouco mais esta matéria e que se verificasse e se concluísse que o regime jurídico que regula a reserva ecológica nacional, na qual nós estamos incluídos, permite, em determinadas circunstâncias, a exploração de inertes e de outro tipo de atividades desde que devidamente apreciadas e respeitando devidamente os valores ambientais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ou é reserva ou não é reserva!

O Orador: Por isso se entendeu sugerir em sede de Comissão esta alteração.

Por isso, estamos convictos de que com esse detalhe o Plano na sua versão atual é mais restritivo do que aquilo que é o regulamento da reserva ecológica nacional e por isso se sugeriu que se procedesse a essa alteração no sentido de

compatibilizar a atividade extrativa nessas zonas no respeito pelo que o seu regulamento observa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Presidente: Agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 20 minutos.

Vamos então continuar com o nosso debate. A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM apresentamos algumas das reservas que já aqui foram referenciadas pelo PSD, pelo PCP e pelo CDS, e também temos uma preocupação local, que tem a ver com a Ilha do Corvo.

O Conselho de Ilha do Corvo testemunha, e vou ler para ser exato:

“No entanto, é de acentuar que se tem verificado situações de escassez na Ilha do Corvo sendo que se verifica o incremento de atividades da construção civil, nomeadamente quando se realizam investimentos municipais.

Tal facto é suscetível de poder colocar em crise o mercado local de forma potencialmente significativa para as atividades públicas e económicas na Ilha.”

A verdade é que a legislação não contempla uma possibilidade de crescimento em relação à disponibilidade com que é avançada neste documento.

Eu tenho receio que possa vir a comprometer a atividade económica na Ilha do Corvo, como sucedeu até há bem poucos meses em que estivemos durante 4/5 meses com muitas dificuldades de abastecimento.

Por isso, o PPM anuncia que se irá abster.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

A propósito da observação do Sr. Deputado Paulo Estêvão, fundamentada aliás naquilo que foi o parecer do Conselho de Ilha quando o conceito decorreu das reuniões da CAPAT, eu gostaria de referir que no Corvo estão previstas a delimitação de duas áreas de gestão, designadamente a Coroínha e a Lomba da Rosada, onde será naturalmente permitido, dentro daquilo que são as regras definidas para as áreas de gestão, a exploração destas massas inertes.

Essas duas áreas em conjunto têm cerca de 2,81 hectares, de acordo com a norma que está referenciada no Plano.

Permita-me também referir que no âmbito daquilo que são os designados espaços não interditos à atividades extrativa, se for necessário, é possível no Corvo como em qualquer outra ilha, se for necessário, licenciar explorações nessas zonas, desde que cumpram as regras ambientais exigíveis para esse efeito.

Portanto, não estando de facto previsto nenhuma percentagem no âmbito do mecanismo de reforço limitado para a Ilha do Corvo, há sempre a possibilidade de, se assim for necessário, e enquadrando naquela outra área definida no Plano, resolver um eventual problema que exista no futuro relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, penso então que podemos passar à votação desta proposta de DLR.

Vamos começar pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Deputado Berto Messias (PS) e Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Vamos passar agora à votação na especialidade.

Considerando as propostas de alteração que temos para os anexos...

A Sra. Deputada Bárbara Chaves pede a palavra? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que o Partido Socialista adotou as propostas de alteração que vem da Comissão.

Estas propostas de alteração decorrem, na sua totalidade, das questões colocadas pelos Conselhos de Ilha e que nós consideramos ser importantes que sejam contempladas nesta versão final do Plano.

Também gostaria nesta fase de reiterar e realçar o forte empenho do Governo Regional na participação pública, na criação de consensos, no cuidado que teve

na audição a entidades, câmaras de comércio, associações de industriais, Conselhos de Ilha, ou seja, realçar o facto de em torno de todo este processo ter sido criado um grande consenso que é extremamente importante numa área tão sensível como é a extração de inertes.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estava então a dizer que considerando as propostas de alteração que existem aos anexos deste diploma irei colocar à votação, em primeiro, as propostas de alteração aos anexos, uma vez que o artigo 1.º faz aprová-los. Portanto, parece-me que faz sentido votar em primeiro lugar estas propostas de alteração.

Portanto, está à votação as propostas de alteração ao Anexo I desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E...

Presidente: Estava só a confirmar se estavam todos em sintonia.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Anexo I ao diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao prómio do artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 1.º foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP...

Presidente: O PCP votou a favor.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas vai ser!

Presidente: A Sra. Secretária vai repetir a votação.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para pedir a repetição da votação, por favor!

Presidente: Será então repetida a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo anunciado foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 1.º do diploma com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora ao artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração proveniente da Comissão e subscrita pelo Partido Socialista ao artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 3.º do diploma foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 3.º do diploma com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 3.º do diploma, com as alterações, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Eu pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 4.º e 5.º?

Não havendo objecção estão à votação estes dois artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração subscrita pelo PS ao artigo 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 6.º do diploma com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado, com as alterações, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Por fim, falta-nos os artigos 7.º, 8.º e 9.º.

Pergunto se posso votá-los em conjunto?

Penso que sim. Portanto, estão à votação estes três artigos, os últimos deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está concluído este ponto da Agenda.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer de um modo muito rápido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que este foi mais um contributo para a sustentabilidade da região, em que se criou um instrumento de gestão territorial que promoverá o ordenamento de espaços e o ordenamento dos usos dos solos e que promoverá consequentemente uma boa gestão do território ao nível da extração de inertes que é um setor e uma área extremamente importante para a sustentabilidade económica da região e que faz todo o sentido ser ordenada e bem gerida.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigada.

Vamos então continuar os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto oito da Agenda, **Anteproposta de Lei n.º 13/X – “Amnistia de infrações tributárias praticadas com gasóleo agrícola”**, apresentada pela Representação Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Lúcia Arruda.

(Neste momento, a Sra. Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considerando as especificidades das explorações agrícolas da Região Autónoma dos Açores, e tendo em conta a morfologia das ilhas, a falta de emparcelamento da maior parte das explorações, a sua dimensão reduzida e a sua dispersão tal como a utilização generalidade de veículos ligeiros de transporte de mercadorias, de caixa aberta, vulgarmente conhecidos por carrinhas *pick up* nas tarefas agrícolas e considerando a prática corrente conhecida de todos e todas e desde há muito anos na nossa região do uso destas carrinhas na atividade agrícola, quer de uma forma direta ou indireta, sem que houvesse uma consciência generalidade da sua ilicitude, até porque a legislação anterior a 2014 atribuiu o direito a gasóleo agrícola por extensão de terra afeta à exploração e não por máquinas e veículos, e tendo vindo por iniciativa do Governo Regional a ser reconhecido este uso comum pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/A, de 20 de agosto;

Considerando que durante o ano transato por via da ação fiscalizadora intensa da Autoridade Tributária e Aduaneira, houve fiscalização e punição de uma série de sujeitos passivos e postos de abastecimento na nossa região pela utilização ou venda de gasóleo agrícola em veículos ligeiros de transporte de mercadorias de caixa aberta;

Considerando que esta ação fiscalizadora se deu em série e em massa de janeiro a julho de 2014;

Considerando a proximidade da alteração legislativa aos factos praticados autuados, e a inequívoca vontade do legislador açoriano em adequar a lei à realidade da nossa Região Autónoma;

Considerando ainda os pesados custos de contexto do setor tal como a crise económica que afeta muitos e pequenos empresários onde se encontram postos de gasolineras;

No entender do Bloco de Esquerda importa aliviar seja estes agricultores, seja estes postos de abastecimento da responsabilidade contraordenacional por tais ilícitos, que deixaram agora de o ser desde 20 de agosto de 2014.

Assim, e na ausência de disposição que faça retroagir a produção de efeitos do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/A, de 20 de agosto, vem esta Anteposta de Lei do Bloco de Esquerda propor que essas contraordenações sejam objeto de amnistia, bem como não seja exigível o imposto que venha a ser liquidado pela prática de tais contraordenações.

Atendendo-se ainda ao princípio da aplicação da Lei Penal mais favorável consagrada no artigo 29.º, n.º 4 da Constituição da República Portuguesa, pretende com esta Anteposta o Bloco de Esquerda que esta Assembleia reconheça a injustiça de que se revestem estas contraordenações e só estas (repito: e só estas!) relativas ao uso de gasóleo agrícola em carrinhas de caixa aberta para uso exclusivamente agrícola.

Esperamos, dizia eu, o voto favorável à amnistia das mesmas pelas razões aqui expostas.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação desta Anteproposta de Lei.

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

A iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda tem o seu mérito, é certo, no entanto o Governo Regional não pode desencadear diligências sobre esta matéria por não ser essa uma competência sua.

Neste sentido, atendendo à natureza e delicadeza que este assunto deve merecer de todos nós, aliás, excluído por alguns Srs. Deputados em sede de Comissão de Economia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que não estão reunidas as condições para aprovar esta Anteproposta de Lei apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A estrutura fundiária das explorações agrícolas açorianas não permitiu a correta adequação da aplicação do sistema de abastecimento de gasóleo agrícola ao longo do tempo e fez com que houvesse alguns *handicaps*, assim como o uso do gasóleo agrícola nas carrinhas, como foi apresentado aqui.

Embora com a recente alteração à lei, as carrinhas, mediante certos critérios, já podem ser incluídas. Não podemos esquecer que foram prejudicados tantos agricultores como postos de abastecimento, mas o que importa aqui são as

peças de bem, aqueles que agiram em plena honestidade sendo então prejudicados por um vazio legal.

Apela-se à aplicação da lei menos penalizadora, embora aqueles que pagaram por esta via não vão ser ressarcidos das multas.

Não achamos que esta seja a melhor via para resolver um problema delicado como este.

Apela-se, sim, aqui, ao bom senso da Autoridade Tributária que nestas questões respeite a forma como as coisas ocorrem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário Regional:

É de facto da mais elementar justiça que os nossos agricultores possam usufruir para a sua atividade de combustível a preços bonificados e a prova disso é que este Parlamento há praticamente um ano aprovou por unanimidade um Decreto Legislativo Regional que estabelece o sistema de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo agrícola à pesca na Região dos Açores que garante que os nossos agricultores possam abastecer as suas carrinhas de caixa aberta com gasóleo agrícola sem incorrer em incumprimento.

No que se refere, no entanto, à iniciativa do Bloco de Esquerda aqui em discussão, que é da amnistia de infrações tributárias praticadas com gasóleo agrícola, é importante lembrar que houve punição de vários agricultores e postos de abastecimento durante dois anos consecutivos pela mesma infração sem que nunca tivessem tido conhecimento que estavam a ser autuados.

Sras. e Srs. Deputados:

Entendendo a coima como um mecanismo dissuasivo da prática das infrações, garantindo por essa via o cumprimento da lei, a verdade é que mantendo em sigilo os processos de infração tributária, como aconteceu na região, torna-se difícil acreditar que a aplicação de coimas elevadas tenha de facto o efeito pedagógico subjacente à punição que é o de garantir que o infrator passe a cumprir a lei.

No entanto, em sede de Comissão, aquando da audição do Sr. Comandante da Guarda Nacional Republicana atualmente em funções na região, foi-nos garantido que de futuro haverá bom senso nas ações de fiscalização, mas lembrou que os Srs. Deputados no exercício das suas funções quando fazem ou aprovam legislação, deveriam igualmente fazer uso do mesmo bom senso.

Portanto, o Grupo Parlamentar do CDS-PP não pode deixar de alertar aqui que esta iniciativa do Bloco de Esquerda possa, infelizmente tornar-se num presente envenenado para os agricultores açorianos.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta câmara aprovou um regime específico para a Região Autónoma dos Açores. Aquilo que agora vem a ser proposto seria a amnistia dos infratores e das coimas aplicadas ou das multas aplicadas até à entrada em vigor da legislação que foi por nós aprovada e houve certamente muitos agricultores que fizeram o pagamento dessas multas.

A aprovação de um regime de amnistia iria criar um sistema discriminatório que entretanto seria amnistiado quem não pagou e quem pagou já tinha cumprido o seu dever.

Portanto, parece-me que isto introduzia aqui um fator de discriminação ao qual nós não podemos também dar o nosso voto favorável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como se sabe a Região Autónoma dos Açores goza nesta área de um regime específico, muito adaptado àquela que é a nossa realidade.

Eu considero que esta Anteposta de Lei da amnistia das infrações tributárias praticadas com o gasóleo agrícola pode vir a colocar em causa a legislação que nós aqui aprovámos.

Por isso, considero que é mais sensato não tomar essa posição e por isso nós não vamos acompanhar e não vamos votar positivamente esta proposta do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu gostaria neste momento de intervir de uma forma muito rápida para também dar conta de que através do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014, que foi aprovado aqui nesta Casa no passado mês de julho e que entrou em vigor no mês imediatamente seguinte, foram definidas as regras que neste momento funcionam e regulam a vida normal da agricultura na nossa região.

Dizer também que na eventualidade de algum agricultor se sentir penalizado, pode sempre, como qualquer cidadão em qualquer outra circunstância, no caso de haver uma lei mais favorável, recorrer pelas vias normais a essa ferramenta.

Portanto, dispõe dos mecanismos que lhe permite eventualmente repor essas situações.

Por isso, entendemos que com a gestão da vida dos agricultores regularizada nesta matéria não há qualquer motivo para se aprovar aquilo que o Bloco de Esquerda vem aqui propor.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Parreira, esta Anteposta do Bloco de Esquerda não pretende que o Governo Regional faça nada. O Governo Regional devia ter feito, sim, a partir do momento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

A Oradora: ... em que em 2011 foi contactado por várias associações agrícolas e pela Federação Agrícola a dizer que estavam a começar a haver alterações e o Governo Regional nada fez...

Deputado António Parreira (PS): Não é verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: ... quando tinha um regime legal que dava a aplicação por extensão e não por veículos.

Aí é que não houve interferência do Governo Regional quando devia ter havido. O Bloco de Esquerda não quer que o Governo Regional intervenha aqui. O Governo Regional devia ter intervindo em 2011 quando teve a queixa dos agricultores.

Eu não sei se o senhor leu o relatório da Comissão, mas em 2012 há apenas 30 autuações.

Sabe quantas é que há no ano 2014, em toda região? 370! Foi isto que aconteceu de janeiro a julho.

Aqui é que está o problema.

O Governo Regional demorou até julho para vir resolver e vir fazer a alteração ao Decreto Legislativo Regional, mas a alteração que é feita ao Decreto Legislativo Regional, e para os senhores não terem confusões, no entender do Bloco de Esquerda que votou a favor, é legítima porque corresponde à nossa especificidade e à especificidade das nossas explorações agrícolas e toda a gente sabe na nossa região que desde sempre há agricultores que nem sequer têm um trator, Sr. Deputado.

Há agricultores, exatamente quer pela extensão de terreno, nem precisavam de ter um trator, quanto menos uma carrinha. Ninguém lhe perguntava.

Agora pergunto-lhe, Sr. Deputado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem trator, nem carrinha!

A Oradora: Era por extensão de terreno.

Portanto, a partir do momento em que o agricultor compra a carrinha e abastece gasóleo agrícola, ele próprio nem tem a consciência deste regime de legitimidade.

Quando começam a haver autuações em 2011 era aí que o Governo Regional devia ter atuado.

Mais. Os senhores estão cheios de medo da legislação que nós aprovámos aqui, e bem, no entender do Bloco de Esquerda, porque essa, sim, tem em conta as nossas explorações reduzidas, dispersas e as nossas pequenas explorações.

Como foi dito, e repito, muitos dos agricultores só têm uma carrinha.

Não há problema nenhum, pelas diretivas europeias, que nós o façamos, lá por ser a única região.

Nós temos ou não temos condições específicas em que não há em mais.... Estamos sempre a dizer isto. Estamos sempre a referir isso sobre vários assuntos.

Temos ou não temos condições específicas? O que faz com que nós tenhamos outras prerrogativas que não tem o resto da Europa.

Se analisarem bem as diretivas europeias, as diretivas europeias não proíbem a adaptação.

Não é pelo facto de na Região Autónoma dos Açores, a única região que tem carrinhas que usam gasóleo agrícola, que nós estamos em infração.

Analisem as diretivas europeias como eu analisei.

Mais. Façam isto.

Há uma pergunta da Eurodeputada Patrão Neves, nem sequer é do Bloco de Esquerda ou da área da Esquerda, é daquela área...

Deputado Francisco César (PS): Já não é!

A Oradora: A ex-Eurodeputada Patrão Neves, em 2011, faz uma pergunta diretamente ao Sr. Comissário Europeu da Agricultura. Eu não vou ler o requerimento. Se quiserem, procurem. É de 23 de maio de 2011.

Vou só ler as perguntas que a Eurodeputada faz ao Comissário, e a segunda que é a que nos interessa.

“Dadas as condições excecionais do trabalho agrícola na Região Autónoma dos Açores, opor-se-ia a Comissão a um pedido para que as carrinhas *pick up*, que ali tenham comprovadamente fins agrícolas, possam operar com gasóleo agrícola?”

Não vou ler a resposta toda, como imaginam, mas passo a citar o Sr. Comissário a determinada altura (também está, foi respondida no dia 23 de junho de 2011, podem consultar).

O Sr. Comissário Europeu responde:

“Portugal tem a necessidade de aplicar níveis gerais de tributação inferiores aos níveis mínimos adotados nos Açores e Madeira, tal como adaptar a legislação europeia.”

Portanto, não percebo.

Se calhar o único medo que os senhores têm medo é que nós aqui não temos gasóleo colorido e, sim, devíamos ter, porque se houvesse gasóleo colorido

nesta região nem os postos de gasolina tinham sido autuados como foram, nem as cooperativas, nem os agricultores. Esta é que é a grande questão. Não é as carrinhas, Sras. e Srs. Deputados. É a coloração do gasóleo.

E por que é que não vos interessa? Isto é que era interessante também nós discutirmos aqui.

Sr. Deputado Aníbal Pires, relativamente à... Pois é claro que aquelas pessoas que pagaram, é impossível serem ressarcidas, mas vou dizer-lhe que se o senhor tivesse contactado os agricultores e as associações agrícolas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E contactei!

A Oradora: ... e a Federação como o Bloco de Esquerda contactou, ia ver que quem pagou as suas coimas foram aqueles agricultores que tinham coimas entre os 400 e 1000 euros, que eram apenas da GNR e não dos Serviços Tributários de Atuação Aduaneira.

Se for a ver e for a todas as cooperativas, como o Bloco de Esquerda foi, as cooperativas têm coimas de 30 e 40 mil euros, tal como os pequenos empresários dos postos agrícolas. Essas estão todas por pagar, tal como há muitos pequenos agricultores que não pagaram porque não têm dinheiro, Sr. Deputado.

Portanto, era melhor que falasse do que sabe.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem não pagou foram os grandes agricultores!

A Oradora: Relativamente a esta matéria, Sr. Secretário, pois é lamentável. Se por um lado o Bloco de Esquerda reconhece e bem que o Governo vem ao encontro da nossa especificidade e resolve-a com a alteração que traz a esta Casa em julho de 2014, é pena que não tivesse atuado a jusante, porque todas as associações que o Bloco de Esquerda falou dizem que desde 2011... Aliás, o Sr. Comandante da GNR, quando foi à Comissão, referiu que há autuações em 2011 e 2012, sendo estas, como eu já disse aqui, em número muito inferior

(100% inferior, se quisermos, e 200% inferior) ao ano de 2014, que foram 370 processos só de janeiro a julho.

É pena é que o Governo Regional não tenha atuado quando as associações e a Federação Agrícola chamaram a atenção para este assunto em 2011.

Portanto, fica aqui explícita qual é a vontade...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é outra questão!

A Oradora: ... do Governo em não resolver atempadamente, e agora o PS (não o Governo, porque o Governo não tem nada a ver com esta matéria, quem tem é o Partido Socialista)...

Deputado Francisco César (PS): Somos todos!

A Oradora: ... porque quem vota é o Partido Socialista.

Portanto, fica visível para todos os agricultores desta região e fica visível para todos os pequenos empresários desta região qual é a defesa que todos estes partidos que estão aqui dentro hoje fazem das suas atividades.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Só a Sra. Deputada é que tem razão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Sra. Deputada é como militar na parada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação desta Anteproposta de Lei.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do BE.

Presidente: Sra. Deputada Lúcia Arruda, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Pelo que ficou aqui exposto ficam os agricultores da Região Autónoma dos Açores, as cooperativas da Região Autónoma dos Açores e seus associados, a saber que o PS, PSD, PPM e PCP,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se esqueça do CDS!

A Oradora: ... para estes partidos, mais vale que sejam eles os penalizados do que votar favoravelmente esta Anteproposta de Lei e mais vale responsabilizar, dizia eu, os próprios agricultores, as cooperativas e os postos de gasolina que foram autuados do que responsabilizar o Governo Regional pelos seus erros como ficou aqui demonstrado.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM não recebe lições da oposição de nenhum partido.

Ninguém aqui faz mais oposição ao Governo do Partido Socialista do que o PPM.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não! Presunção e água benta...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quantifique, Sr. Deputado! Quantifique se faz favor!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão possa fazer a declaração de voto.

O Orador: Eu considero que ninguém nos pode acusar de qualquer género de cumplicidade com o Governo Regional dos Açores, a não ser única e exclusivamente quando estão em causa os interesses do povo dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E nesta situação há que ter em conta a situação que foi criada e a situação, do ponto de vista legal, que nós aqui construímos entre todos.

Eu não quero que esta situação que foi criada e que impede que a lavoura açoriana possa cair numa situação infernal devido a uma iniciativa...

Deputada Lúcia Arruda (BE): O senhor nem sequer sabe do que é que está a falar!

O Orador: ... sem qualquer tipo de viabilidade lá fora, chegue à Assembleia da República sem qualquer tipo de viabilidade e coloque as conquistas que aqui foram feitas em causa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Por isso nós, na defesa dos superiores interesses do povo dos Açores e...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente! Muito bem!

O Orador: ... na defesa dos superiores interesses dos agricultores dos Açores, não entrámos num barco demagógico em relação a esta questão.

Nós o que defendemos são os interesses dos açorianos e os interesses dos agricultores dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado! Já há muito tempo que não havia uma intervenção assim!

O Orador: Iniciativas que possam colocar em causa um quadro legal que lhes é favorável que impede que estas contraordenações possam suceder e possam continuar a suceder, pois não contem com o PPM para esse género de iniciativa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para *fait divers*!

Deputado Francisco César (PS): Nunca pensei dizer isso, mas apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Parreira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sra. Deputada isso de ir às associações, falar com os lavradores, eu praticamente todos os domingos vou à feira do gado, falo com os lavradores, faço a defesa deles como o PS faz a defesa dos agricultores.

Se a senhora olhar bem, desde 2005 até 2013,...

Presidente: Sr. Deputado António Parreira...

O Orador: ... está mais do que provado o que o PS faz...

Presidente: Declaração de voto, Sr. Deputado.

O Orador: ... pelos agricultores.

O *plafond* do gasóleo que ascende quase a 30 milhões de litros, dá uma verba na ordem dos 12 milhões de euros. Isso é que é apoiar os agricultores, Sra. Deputada.

Temos é que defender todos e não defender uns em detrimento dos outros, que é aquilo que a senhora queria fazer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voltámos à discussão na generalidade!

O Orador: Esta é que é a realidade dos factos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, estamos sempre prontos para defender todos os agricultores, sem exceção, mas é todos.

Não podemos criar uma regra para um e uma regra para os outros. Essa é a realidade dos factos, Sra. Deputada.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu julgo que teria ficado clara a posição da Representação Parlamentar do PCP relativamente ao seu sentido de voto. Apenas venho acrescentar o seguinte:

É que esta posição da Representação Parlamentar do PCP, ao contrário do que foi afirmado na declaração de voto do Bloco de Esquerda, resulta exatamente do sentir dos agricultores.

Resulta e resulta muito bem, porque efetivamente foi do contacto com os agricultores que resultou esta posição da Representação Parlamentar do PCP.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se esqueça de dizer que isto era um “roubo”!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, o PCP não necessita de... Ou melhor, o PCP não admite nem ao Bloco de Esquerda, nem a nenhum outro partido, lições de moral, nem indicações metodológicas de como deve fazer a sua atuação política, quer dentro, quer fora deste Parlamento.

Portanto, aquilo que se tratava aqui...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Aquilo que se tratava aqui era de justiça!

O Orador: Uma coisa é o passado, os *timings* que eventualmente possam não ter sido os melhores, mas não é isso que está em causa.

Aquilo que V. Ex.^a queria propor aqui, ou que estava a propor aqui ,...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Era que se fizesse justiça, coisa que o Governo Regional não teve!

O Orador: ... não era que se fizesse justiça, era que se introduzisse injustiça exatamente porque houve muitos cidadãos e cidadãs que se dedicam à agricultura que foram multados.

Pagaram as suas multas e V. Ex.^a aquilo que agora queria era amnistiar efetivamente os que incumpriram...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os prevaricadores!

Deputada Lúcia Arruda (BE): Oh, Sr. Deputado, isso é a sua declaração de voto?!

O Orador: ... e isso só resultaria na discriminação, criando uma injustiça profunda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, pede a palavra para?

Deputada Lúcia Arruda (BE): Sra. Presidente, era para um protesto.

Presidente: Sra. Deputada Lúcia Arruda...

Deputada Lúcia Arruda (BE): Um protesto porque o Bloco de Esquerda...

Presidente: Sra. Deputada, o Regimento não permite protestos a declarações de voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas devia permitir!

Presidente: Mas não permite, por isso não lhe posso dar a palavra, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço a todos um pouco da vossa atenção.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

O ponto nove da nossa Agenda é o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteposta de Lei n.º 15/X – “Regime jurídico sobre a**

atuação dos órgãos de comunicação social em períodos eleitorais”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PPM que diz respeito ao regime legal da cobertura da campanha eleitoral é um tema, como é do conhecimento geral, de grande atualidade e de grande urgência, uma vez que estamos a poucos meses da realização de eleições para a Assembleia da República.

Para esta matéria, como se sabe, existiu uma iniciativa assumida por parte do Partido Socialista...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... e por parte do Partido Social Democrata que estabelecia um regime de censura prévia que dizia o seguinte:

“Os órgãos de comunicação social que façam a cobertura jornalística do período eleitoral entregam à comissão mista, a que se refere o artigo 10.º, antes do início do período de pré-campanha, o seu plano de cobertura dos procedimentos eleitorais...”

Deputado Berto Messias (PS): Isto não é a urgência!

O Orador: Depois, tinha aqui um conjunto de procedimentos (como estou a explicar a urgência não posso desenvolver mais) que significavam uma autêntica censura prévia aos órgãos de comunicação social.

O resto da história os senhores sabem, uma enorme resistência por parte dos órgãos de comunicação social e agora o que se considera junto da opinião pública portuguesa dos partidos e também dos órgãos de comunicação social é que a situação como está não pode ficar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Também acho!

O Orador: Por isso, é urgente resolver esta situação, uma vez que os órgãos de comunicação social, a maior parte, já informou que com as regras que estão em vigor, não fará a cobertura da campanha eleitoral e a população não terá acesso ao conjunto de debates que antecedem estes atos eleitorais.

Deputado André Bradford (PS): O senhor quer é garantir o seu debate!

O Orador: Eu considero que é absolutamente fundamental e urgente que esta questão se resolva.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso é a urgência?!

O Orador: Por isso entrou neste momento na Assembleia da República uma proposta do PSD e do CDS e também chegou aos diversos partidos portugueses uma proposta da Associação Portuguesa de Radiodifusão que tenta encontrar um equilíbrio no que diz respeito à cobertura da campanha eleitoral estabelecendo, nomeadamente um período de total liberdade editorial antes da campanha eleitoral, sem privilégios de qualquer espécie, nomeadamente para os partidos com representação parlamentar.

Como sabem, esta questão tem que tramitar com muita urgência e é por isso que nós consideramos (o PPM considera!) que esta é a oportunidade de este documento poder ser analisado em tempo e de poder ser apresentado na Assembleia da República antes que o processo de revisão desta legislação se feche.

Por isso, Sr. Deputado André Bradford, esta é a única oportunidade. Daqui a um mês provavelmente o processo de revisão da lei referente à cobertura da campanha eleitoral já estará concluído.

Por isso é agora ou nunca.

Nessa perspetiva é esta a legislação que nós apresentamos, tendo em conta que esta legislação tem uma vantagem: não corresponde à legislação que o Partido Socialista tinha apresentado, ou pelo menos alguns Deputados do Partido Socialista assumiram a paternidade dessa legislação com o tal momento de

censura prévia e em que estabelece uma liberdade editorial ao longo de todo o período que antecede a campanha eleitoral propriamente dita, estabelecendo a partir daí, durante a campanha eleitoral, aí sim, a obrigatoriedade de um tratamento igualitário em relação às várias candidaturas.

Por isso, meus senhores, esta é a razão da urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

É naturalmente um privilégio que nós, por vezes, enxergamos melhor termos entre nós um Deputado simultaneamente líder nacional de um partido. Por isso mesmo há urgências, necessidades e preocupações elevadas que nós a uma primeira vista podemos eventualmente não enxergar de forma imediata, mas temos que perceber isso.

Também temos que perceber que o Sr. Deputado Paulo Estevão traz-nos com urgência e de uma assentada uma Anteproposta de Lei sobre um tema que, conforme tivemos oportunidade de ver recentemente, não é nada complexo, não é nada polémico nem sob o ponto de vista político, nem sob o ponto de vista jurídico. Aliás, basta olhar para este conjunto de artigos e de alíneas para percebermos que o que está aqui para ser revogado é coisa pouca.

Para além disso também, Sr. Deputado, tenho-o com gosto ouvido, sobretudo nos últimos tempos, por orar e por fazer a pedagogia do parlamentarismo.

Estamos naturalmente ambos de acordo nessa matéria, mas penso que esta rapidez não se compagina bem, nem é muito coerente com esse gosto e esse respeito pelo bom exercício do parlamentarismo, sobretudo quando estamos a falar de uma matéria onde há naturalmente um conjunto de parceiros sociais que, a respeito de matéria idêntica e de iniciativas homólogas, já fizeram bem

questão de que querem participar e ser ouvidos, como seja o sindicato dos jornalistas, a própria entidade de radiodifusão que o Sr. Deputado falou, etc..

Portanto, Sr. Deputado e líder nacional do PPM, permita-me, com a confiança que temos um com o outro, dizer-lhe que V. Ex.^a com esta pressa, se porventura fosse entronizado rei, mereceria com certeza o cognome de “Paulo o Breve”.

(Risos da Câmara)

Face a isto, creio que está mais do que explicado, Sr. Deputado Paulo Estêvão, Sras. e Srs. Deputados, por que é que esta iniciativa, ou melhor a urgência, será por nós reprovada e com tempo e com a ponderação que a importância da matéria merece, o diploma será convenientemente analisado na Comissão Parlamentar competente.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Lúcia Arruda, tem a palavra.

(*) **Deputada Lúcia Arruda (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Anteproposta aqui trazida com urgência pelo PPM, no entender do Bloco de Esquerda e como foi dito e muito bem pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, reveste-se de uma extrema importância. É uma matéria complexa, delicada, que exige, no nosso entender, um debate alargado, pareceres alargados. Portanto, por uma questão de responsabilidade o Bloco de Esquerda vota contra esta urgência.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar a urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 20 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há declarações de voto!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao cognome que aqui me arranjaram eu devo dizer que...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga-o então de forma breve!

O Orador: ... já antes um líder político, Presidente então do Partido Comunista Espanhol, tinha utilizado essa designação em relação ao rei Juan Carlos, quando iniciou o reinado. Disse que seria Juan Carlos, o Breve.

Afinal enganou-se. Juan Carlos esteve lá 40 anos.

Eu estou convencido que o Sr. Deputado também está enganado em relação à duração deste mandato e do exercício de funções.

Eu devo dizer o seguinte:

Nunca há pressa! Para algumas forças políticas nunca há pressa!

Não há pressa para mudar a Lei Eleitoral, era impossível!

Lembro-me que na legislatura anterior tínhamos chegado aos 64 deputados se o PPM não tivesse tido pressa. Mas nós tivemos pressa e essa pressa foi

recompensada e os açorianos não elegeram 64 deputados, elegeram 57 deputados na Legislatura seguinte.

Foi a pressa do PPM! Mas essa pressa valeu a pena.

Em relação à cobertura da campanha eleitoral, as forças políticas que aqui estão representadas e que estão representadas também lá fora na Assembleia da República não tiveram pressa de clarificar a situação.

Deputado André Bradford (PS): O seu problema é esse!

O Orador: A pressa agora é porque entretanto arranjaram, nomeadamente o Partido Socialista, um instrumento de censura prévia a poucos meses das eleições.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: Ah, não é verdade?

Deputado André Bradford (PS): Não, não é verdade!

O Orador: Ah, não?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Ah, o António Costa não sabia nada da lei?!

Deputado André Bradford (PS): O PSD não é o Partido Socialista!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu bem disse que não havia declarações de voto!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para a declaração de voto, faça o favor de continuar.

O Orador: Sra. Presidente, a questão aqui é a seguinte, e é fundamental.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista elaborou uma lei,...

Deputado André Bradford (PS): Outra vez a mesma coisa!

O Orador: ... que uma deputada do Partido Socialista reconheceu como sua, que tinha redigido. Alguém a redigiu! Ela disse “fui eu que a redigi”.

Deputado Berto Messias (PS): Não disse nada!

O Orador: Depois o Secretário-Geral do PS veio dizer: “bom, eu não sabia de nada, estamos a alterar a campanha eleitoral”.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem que se cingir... Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor sabe que tem que se cingir à declaração de voto sobre o facto de, neste caso, por que é que o senhor acha que devia ter sido aprovada a urgência.

O Orador: Sra. Presidente, tem toda a razão e eu vou redirecionar o meu discurso, mas eu estou a ser provocado. Estou a ser provocado pelo Sr. Deputado André “Brodfard”...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Mas também não pode entrar em diálogo com as bancadas, Sr. Deputado.

Bom, devo dizer...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga!

O Orador: ... que estava aqui a relembrar alguns episódios em que nós tivemos pressa...

Sra. Presidente, tenha a paciência de me ouvir.

Eu estou aqui a relembrar episódios em que o Partido Popular Monárquico teve pressa, teve pressa em resolver esta situação.

O que eu estou a dizer em relação às críticas de quem me acusa de que eu estou com muita pressa, é o seguinte:

Então estes partidos estiveram lá quatro anos. Agora que estamos a poucos meses, a seis meses das eleições, acusam os outros de pressa e entretanto estão na Assembleia da República e nada fizeram para alterar as regras da campanha eleitoral?

Eu pergunto: é preciso, de facto, que um partido que não está representado na Assembleia da República tenha vontade de alterar esta situação?

Termino dizendo o seguinte:

A minha pressa tem um motivo. É que todos nós falamos da qualidade da democracia. Todos nós falamos da qualidade da democracia e do parlamentarismo!

A questão que coloco é que só se consegue combater a abstenção com a informação.

Se a campanha eleitoral, como dizem os órgãos de comunicação social, não tiver a cobertura por parte dos órgãos de comunicação social, é evidente que tendencialmente a informação das pessoas fica afetada e isso pode fazer aumentar a abstenção.

Portanto, eu considero que é fundamental que este assunto se resolva com celeridade.

Devo dizer o seguinte também:

Hoje é quarta-feira. Temos muito tempo para analisar esta legislação.

Eu já vi aqui urgências com mais artigos e de maior extensão do que esta iniciativa, que é a vantagem de estar aqui há 7 anos.

Eu já vi legislação mais extensa aprovada também por urgência neste Parlamento.

Hoje é quarta-feira, o que significa que nós temos muito tempo, se quiserem os diversos partidos que aqui estão para discutir detalhadamente esta questão, nós temos muito tempo. É só trabalhar.

E nós queremos trabalhar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): O senhor quando quiser falar do meu nome vire-se para cá em vez de dizer piadas aí para o lado, para os seus colegas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos agora...

Deputado André Bradford (PS): Fica avisado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma ameaça?!

Presidente: Vamos fazer a última votação do dia.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS, do PPM e PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Joaquim Machado (PSD): A ameaça tem que ficar no diário das sessões!

Deputado Francisco César (PS): O senhor ameaça a bancada do PS permanentemente!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! A bancada do PS é que está a ameaçar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vocês sosseguem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Vamos fazer a última votação de hoje, mas para isso eu preciso da vossa atenção.

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, esta conversa pode continuar depois do plenário acabar. Agora vamos fazer a votação da **Proposta de Deliberação** final.

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de maio.”

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada a todos e um bom regresso a casa.

Eram 19 horas e 28 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Duarte Manuel Braga **Moreira**

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Procede à 37.^a alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo integralmente as Diretivas n.ºs 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do direito penal, e 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva n.º 2005/35/CE relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações - n.º 325/XII -. n.º 152/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 05 – 15

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 04;

Assunto: Aprova a Lei de Enquadramento Orçamental - n.º 329/XII - n.º 153/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 05 – 15

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 04;

Assunto: Aprova o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias - n.º 330/XII -n.º 154/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 05 – 15

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 04;

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1107/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que revoga as Diretivas n.ºs 79/117/CEE e 91/414/CEE, do Conselho - MAM (Reg. DL 215/2015) - n.º 177/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 05 – 18

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 05 – 27.

3 – Projeto de Lei:

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, que aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem - n.º 889/XII – n.º 155/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 05 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 04;

Assunto: Código Cooperativo – n.º 898/XII – n.º 156/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2015 – 05 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 06 – 04.

4 – Projeto de Deliberação:

Assunto: [Interrupção temporária dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Grupo Sata - n.º 3/X](#)

Proveniente: PS, PSD e CDS-PP e Representações Parlamentares do BE e PCP

Data de Entrada: 2015 – 05 – 19

Pedido de interrupção temporário da Comissão por 15 dias.

5 – Anteproposta de Lei:

Assunto: [Regime jurídico sobre a atuação dos órgãos de comunicação social em períodos eleitorais n.º 15/X](#)

Proveniente: PPM

Data de Entrada: 2015 – 05 – 20

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Relatórios da auditoria realizada pela Inspeção Regional de Saúde ao Hospital de Santo Espírito](#)

Autora: Lúcia Arruda (BE)

Data de Entrada: 2015 – 05 – 15
Referência: 54.06.03 – N.º 409/X;

Assunto: [Transporte escolar](#)

Autora: Lúcia Arruda (BE)
Data de Entrada: 2015 – 05 – 15
Referência: 54.06.00 – N.º 410/X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Agradecimento do envio de Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Edmundo Pacheco

Proveniência: Cúria Diocesana, Cón. Helder Manuel C. F. Sousa Mendes
Data de Entrada: 2015 – 05 – 14;

Assunto: Agradecimento do envio do Voto de Congratulação - 250 anos da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres

Proveniência: Bispo de Angra e Ilhas, Cón. Helder Manuel C. F. Sousa Mendes
Data de Entrada: 2015 – 05 – 14;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2015 - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015

Proveniência: Chefe de Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores
Data de Entrada: 2015 – 05 – 14;

Assunto: Ofício a acusar a receção do envio da Resolução n.º 17/2015 - Fim do Sistema de Quotas Leiteiras

Proveniência: Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro, Elsa Francisco

Data de Entrada: 2015 – 05 – 15;

Assunto: Ofício a agradecer o envio de Voto de Congratulação - 250 Anos da Irmandade do Senhor Santo Cristo

Proveniência: Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres

Data de Entrada: 2015 – 05 – 20.

8 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 05 – 19;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 44/X - Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores. A mencionada Proposta de Decreto Legislativo Regional deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 18 de novembro de 2014](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 05 – 19;

Assunto: [Petição Pública “ Pela realização de obras que criem condições de segurança de circulação na estrada regional de acesso à freguesia de Ribeira Quente \(São Miguel\) ”](#)

Proveniência: Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 05 – 19;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei - “Procede à primeira alteração à Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses – PCM – Reg. PL 195/2015” – n.º 176-OGP](#)

Proveniência: Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 05 – 20;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Economia

Data de Entrada: 2015 – 05 – 18;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei n.º 212/2015, que procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, que aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais – n.º 174-OGP](#)

Proveniência: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 05 – 18.

9 – Diários:

Está presente nesta Sessão Plenária o Diário n.º 99.

Diário elaborado pelos serviços da Redação.